

Igor Mota Morici

AS CATEGORIAS DE ARISTÓTELES E SUAS CATEGORIAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: História da Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rey Puente

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2008

100
M854c
2008

Morici, Igor Mota

As Categorias de Aristóteles e suas categorias
[manuscrito] / Igor Mota Morici. - 2008.

104 f.

Orientador: Fernando Eduardo de Barros Rey Puente.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Aristóteles. Categorias. 2. Filosofia – Teses. 3. Filosofia antiga – Teses. I. Rey Puente, Fernando. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas III. Título.

Dissertação defendida e *aprovada*, com a nota *100 (cem)* pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:

Fernando Rey Puente

Prof. Dr. Fernando Rey Puente (Orientador) - UFMG

Marcelo P. Marques

Prof. Dr. Marcelo Pimenta Marques – UFMG

Lucas Angioni

Prof. Dr. Lucas Angioni - UNICAMP

Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, 19 de março de 2008.

Dedico este trabalho a Janaína
e Luiz Guilherme, πρώτω φίλω.

*Para desvirginar o labirinto
Do velho e metafísico Mistério,
Comi meus olhos crus no cemitério,
Numa antropofagia de faminto!*

*A digestão desse manjar funéreo
Tornado sangue transformou-me o instinto
De humanas impressões visuais que eu sinto,
Nas divinas visões do íncola etéreo!*

*Vestido de hidrogênio incandescente,
Vaguei um século, improficuamente,
Pelas monotonias siderais...*

*Subi talvez às máximas alturas,
Mas, se hoje volto assim, com a alma às escuras,
É necessário que inda eu suba mais!*

Augusto dos Anjos, "Solilóquio de um visionário"

Agradecimentos

Ao prof. Fernando Rey Puente, que infundiu em mim paixão pelos textos de Aristóteles e pela investigação filosófica e se ocupou de nutrir essa paixão ao longo de sua orientação solícita, franca e cuidadosa desde a graduação. Aos professores Cláudio Veloso, Ernesto Perini-Santos, Miriam Campolina Peixoto por terem me feito sugestões e críticas de grande valia. Ao prof. Marcelo Marques por ter disponibilizado textos, aos quais eu não teria acesso de outro modo. Ao prof. Jacyntho Lins Brandão pelas aulas de grego. Ao prof. Lucas Angioni, que se dispôs a ler e comentar uma versão das considerações centrais dessa dissertação. Aos professores Antonio Mesquita e Maria Cecília Gomes dos Reis pelas críticas que me foram feitas por ocasião de um colóquio sobre Aristóteles na UFMG. Ao prof. Mark Wheeler, que muito gentilmente me enviou uma cópia de um artigo de sua autoria.

Aos membros do grupo de orientandos do prof. Fernando Puente; em particular, aos colegas estudiosos de Aristóteles, Edgard Cabral e Juliana Peixoto.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos concedida. Aos Programas de Pós-graduação em Filosofia e PET Filosofia da UFMG. Às secretárias Andréa, do Programa de Pós-graduação, e Edilma, do Departamento de Filosofia.

A Jeanete, Pedro Perini-Santos e Rodrigo Antunes, professores que me influenciaram de modo decisivo a fazer filosofia. Aos amigos pelo apoio e compreensão; especialmente, aos (também) colegas Janaína Mafra, Túlio Rebehy e Rafael Alves, pelas perspicazes conversas “aristotélicas”. Aos meus pais, Alfredo e Zucilde, e irmãos, Ivan e Sérgio, pelo apoio incondicional das minhas escolhas e carinho desde sempre, sem os quais não teria realizado este trabalho. A Virgínia Gonçalves pelo carinho e apoio constantes (palavras muito modestas para gratidão sem tamanho). A Rita e Cássio pela torcida. A Joaquim Ubaldo dos Santos, que primeiro me sensibilizou para as miudezas da vida.

RESUMO

A presente dissertação tem por objeto a noção aristotélica de categoria tal como caracterizada na obra intitulada *Categorias*. Embora tal noção seja central no pensamento de Aristóteles, jamais recebeu em seus textos qualquer definição. Assim, sempre esteve aberta às mais variadas interpretações. Examinamos algumas dessas interpretações, bem como o próprio texto aristotélico, com o objetivo de clarificar o que são as categorias e qual é o papel que desempenham no opúsculo em questão. Através de uma análise dos relativos, procuramos caracterizar a predicação como uma relação, cujos termos são as categorias. Assim, julgamos ter obtido uma chave de leitura que nos permitiu cumprir o objetivo proposto.

ABSTRACT

This dissertation is meant to analyze the notion of category as it appears in Aristotle's *Categories*. Despite its importance to his thought, Aristotle has never defined it. Consequently since later Antiquity it has been open to widely different interpretations. This study aims at elucidating what Aristotle understands categories to be and what role they are supposed to play in *Categories* through an examination of those interpretations and the text itself. In particular, we shall put forward the hypothesis that the Aristotelian notion of predication falls under the category of relation whose *relata* are the various categories. Thus, we intend to answer the questions we raised by providing an interpretative key based on that hypothesis.

Sumário

Advertências / 10

Introdução / 12

1 – Interpretações da noção aristotélica de categoria / 18

I – Observações preliminares / 19

II – “Categorizações” da noção de categoria / 19

2 – O problema das categorias / 29

I – Observações preliminares / 30

II – Categorias: gêneros supremos? / 38

III – As categorias nas *Categorias* / 43

IV – As categorias e os relativos: uma perspectiva interpretativa / 48

3 – De quantos modos a predicação é dita nas *Categorias*? / 53

I – Observações preliminares / 54

II – Inerência / 55

III – Predicação / 67

IV – Uma análise dos relativos / 70

V – A predicação como relação: a função das categorias / 79

Conclusão / 86

Anexo / 94

Bibliografia / 97

ADVERTÊNCIAS

Abreviaturas referentes às obras de Aristóteles:

<i>APo - Segundos Analíticos</i>	<i>Metaph. - Metafísica</i>
<i>APr - Primeiros Analíticos</i>	<i>Meteor. - Meteorologia</i>
<i>Cat. - Categorias</i>	<i>PA - As Partes dos Animais</i>
<i>DA - Sobre a alma</i>	<i>Phys. - Física</i>
<i>DC - Sobre a geração e a corrupção</i>	<i>Poet. - Poética</i>
<i>DI - Da interpretação</i>	<i>Pol. - Política</i>
<i>EN - Ética Nicomaqueia</i>	<i>SE - Refutações Sofísticas</i>
<i>GA - Geração dos animais</i>	<i>Top. - Tópicos</i>

Abreviaturas referentes a obras de outros autores:

Enn. - Enéadas de Plotino

LSJ - A Greek-English Lexicon de Liddell & Scott

Soph. - Sofista de Platão

Vidas - Vidas e doutrinas de filósofos ilustres de Diógenes Laércio

Para os comentários antigos das *Categorias* citados e referidos como “*In Cat.*” neste texto, utilizamos as suas respectivas edições contidas nos *Commentaria in Aristotelem Graeca* (Berlim, 1882-1907). Para os textos de Aristóteles, utilizamos as edições de I. Bekker, com exceção das *Categorias*, dos *Tópicos* e da *Metafísica*, para os quais recorreremos respectivamente às edições de Minio-Paluello [1949], Brunschwig [1967] e Ross [1924]. As

referências bibliográficas são indicadas pelo sobrenome do autor seguido do ano de publicação da primeira edição entre colchetes. Todas as traduções do inglês, do francês e do grego são de nossa responsabilidade, salvo explícita indicação contrária.

Introdução

Que importava ter lido e compreendido, sozinho, pelos vinte anos, a obra de Aristóteles, chamada As Dez Categorias, que me tinha vindo às mãos?

Santo Agostinho, *Confissões*¹

Assim se refere Santo Agostinho (354-430), com invejável desdém, às *Categorias* em suas *Confissões*. Atualmente, apenas por ingenuidade ou ignorância, alguém poderia ser desculpado por manifestar similar atitude. Trata-se de uma obra ímpar. A começar pelo fato de que *Categorias* é um dos poucos textos filosóficos que vêm sendo continuamente objeto de estudos desde o séc. I a.C., quando se iniciaram os comentários de tratados filosóficos². De forma que há um sem-número de interpretações elaboradas ao longo desse período a propósito de vários aspectos do texto.

Além disso, talvez por essa mesma razão, esse texto e a noção de categoria influenciaram o pensamento de muitos autores no decurso da história da filosofia: Immanuel Kant, Edmund Husserl, Charles Peirce, Gilbert Ryle, Peter Strawson, entre outros. Citemos dois exemplos.

Immanuel Kant (1724-1804), em sua *Crítica da Razão Pura*, faz uso do termo ‘categoria’ para se referir aos conceitos mais fundamentais do entendimento humano, que são, ao lado das formas puras da sensibilidade, as condições de possibilidade do conhecimento. É graças às categorias que o múltiplo da experiência sensível pode ser organizado em uma unidade inteligível, o que justamente possibilita o conhecimento. O tratamento kantiano do

¹ *Confissões* IV 16, 28. Tradução de J. Oliveira Santos, S.J., e A. Ambrósio de Pina, S.J., em *Santo Agostinho*, São Paulo, Editora Abril, 1973 (Col. Os Pensadores).

² Cf. Frede [1983], p. 11.

tema marca uma inflexão na história da idéia de categoria, porquanto determina problemas epistêmico-ontológicos em torno a qualquer tentativa de se estabelecer uma lista, ao mesmo tempo, completa, abstrata e geral de categorias:

- 1) sobre a sua gênese: qual a origem e o fundamento de tais conceitos, pela exigência de serem universais e necessários, não sujeitos à contingência dos fatos?
- 2) sobre sua composição: quais são as garantias do número limitado de categorias [...], ou seja, qual a justificativa para que a lista não seja em número maior ou menor? e
- 3) sobre sua aplicação: qual seria a estrutura lógica que permitiria a aplicação de conceitos à realidade, visando sua prova ontológica e legitimação objetiva?³

Inspirado na noção aristotélica de categoria, Gilbert Ryle (1900-1976) cunha a expressão “erro categorial” (*category-mistake*) para designar os absurdos que resultam não de irregularidades lexicais ou gramaticais, mas do esforço inútil de combinar coisas logicamente incombináveis. Em sua obra *O conceito de mente*, Ryle contesta o dualismo cartesiano argumentando que os problemas filosóficos sobre a natureza da mente e sua relação com o corpo emergem de um erro categorial: Descartes trata enunciados sobre fenômenos mentais do mesmo modo que aqueles sobre fenômenos físicos⁴.

Assim, propor-se a pesquisar essa obra requer um quê de temeridade. Antes de tudo, portanto, cabe-nos explicitar as razões que motivaram a realização do presente estudo.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a motivação de fundo se relacionava à nossa crença de que aquilo que Aristóteles chamara *filosofia primeira* — diríamos *ontologia* — seria o domínio de interesse filosófico por excelência e que, por essa razão, jamais poderia ser “naturalizado”⁵. Em outras palavras, tratava-se, para nós, de objetos cujo conhecimento competia somente à filosofia, sem a ameaça de haver transferência de suas capacidades explicativas para saberes científicos.

³ Salatiel [2006], p. 80.

⁴ Cf. *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. CD-Rom Version 1.0. London: Routledge, 1998; s. v. Ryle, Gilbert.

⁵ No sentido em que o filósofo W.O. Quine sugere que a epistemologia seja naturalizada, a saber, que ela não seja mais tida como um ramo à parte da ciência.

Em segundo lugar, a opção pelo tema se deveu a um interesse na relação entre realidade e pensamento. O problema de saber de que modo o pensamento faz referência às coisas no mundo. Constatamos, entretanto, que uma questão fundamental é saber que ‘coisas’ são essas. E, segundo Frede [1978] (p. 56), Aristóteles, nas *Categorias*, deu o primeiro passo para estabelecer a distinção entre objetos e propriedades, que está não só no cerne da sua teoria das categorias, como é também uma distinção central em ontologia. Aristóteles, em certo sentido, teria descoberto as coisas⁶. À vista disso, nossos interesses foram ao encontro do que parecia ser a temática das *Categorias*. Mas, à medida que as líamos, constatávamos certos descompassos entre aquilo que manuais traziam correntemente sobre o texto e o que o texto mesmo parecia nos dizer. Assumimos então a tarefa de repensar o sentido e a função da noção de categoria nessa obra de Aristóteles, que é o objetivo desta pesquisa. Apresentamos a seguir a sua estrutura.

A finalidade do primeiro capítulo é oferecer um panorama das interpretações modernas da teoria das categorias. A fim de evidenciar a necessidade e a validade dessa tarefa, procuraremos apontar, no segundo capítulo, as origens de alguns juízos mais correntes acerca dessa obra. Em particular, interessamo-nos em expor as dificuldades inerentes ao texto que tais juízos eclipsam.

O sentido corrente do vocábulo ‘categoria’ no vernáculo e nas demais línguas modernas (*categoría, catégorie, category, Kategorie* etc) advém justamente do modo inovador com que Aristóteles utilizou o termo no idioma grego. A primeira acepção do verbete no dicionário *Houaiss* é:

Conjunto de pessoas ou coisas que possuem muitas características comuns e podem ser abrangidas ou referidas por um conceito ou concepção genérica; classe, predicamento.

⁶ Tese sustentada por um discípulo de Michael Frede, Wolfgang-Rainer Mann. Não à toa, seu livro intitula-se *The discovery of things. Aristotle's Categories and their context*. (Princeton: Princeton University Press 2000).

Esse parece ser o sentido fundamental que Aristóteles conferiu ao termo. Veremos no segundo capítulo que esse sentido encontra respaldo na interpretação das categorias como sendo gêneros supremos. Depois de arrolar uma série de indícios e argumentos que nos problematizam a plausibilidade dessa interpretação, passaremos à consideração da forma pela qual as categorias são introduzidas na obra *Categorias*, qual seja, elas aparecem sob a denominação de “coisas ditas sem qualquer conexão” (*Cat.* 4, 1b₂₅: τὰ κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγόμενα). Em particular, procuramos responder em que consiste essa conexão.

Investigação que nos conduzirá à busca de uma perspectiva interpretativa para a noção de categoria. Nesse ponto, ancorados em uma passagem do quarto capítulo das *Categorias*, levantaremos algumas hipóteses tendo em vista a possibilidade de interpretar a predicação como uma relação (πρός τι), cujos termos relativos são as diversas categorias.

No terceiro capítulo, nosso propósito será o de delimitar o conceito de predicação presente nas *Categorias*, tendo em vista a seguinte questão: o que podemos depreender desses usos a fim de elucidar a própria noção de categoria tal como aparece nesse opúsculo? Para tanto, analisaremos as noções de inerência e predicação que perpassam essa obra. A seguir, efetuiremos uma análise da categoria dos relativos, tal como exposta nas *Categorias*. Partindo desse exame, retornaremos à hipótese de se considerar a predicação como relação. Aplicaremos à predicação todas as notas constitutivas da noção de relação. Por meio desse procedimento, acreditamos, afinal, ter obtido a pretendida clarificação da noção de categoria nesse opúsculo.

Na conclusão, enfim, oferecemos um sumário do caminho trilhado nesta dissertação, expondo os seus principais resultados em relação aos objetivos propostos.

Procuramos estruturar essa dissertação inspirados, em alguma medida, no procedimento aristotélico que figura em muitas de suas investigações. Partimos de algumas das opiniões mais ilustres, para posteriormente aprofundar alguns de seus aspectos,

problematizando-os, e, finalmente, propor o que nos parece ser o sentido mais apropriado da noção em questão nessa obra.

1

Interpretações da Noção Aristotélica de Categoria

I. Observações preliminares

Parece ser um ponto pacífico entre os intérpretes modernos que as categorias se prestam a *classificar* o que quer que seja entendido como objeto dessa classificação. O problema, portanto, passa a ser o de fixar aquilo que as categorias classificam. Há uma abundância de interpretações acerca da noção de categoria. Brakas [1988] (p. 21) agrupa essas interpretações em cinco teses principais segundo as quais as categorias classificam: (1) *coisas existentes*; (2) *conceitos*; (3) *expressões de sujeito e predicado*; (4) *sentidos das expressões de sujeito e predicado*; e (5) *diferentes sentidos da cópula*. Os comentadores endossam uma ou outra dessas teses, seja em sua forma “pura” ou em formulações aproximadas, seja ainda singularmente ou combinações entre elas. Sem embargo, passaremos em revista somente algumas das interpretações recentes mais importantes.

II. “Categorizações” da noção de categoria

Hermann Bonitz, em seu texto “Über die Kategorien des Aristoteles”⁷, publicado em 1853, advoga a idéia de que as categorias são os gêneros mais elevados do ser. Um gênero supremo é aquele além do qual não pode haver outro mais elevado⁸. Para Bonitz, as categorias classificam os seres, entendidos como aquilo que nos é dado através da experiência⁹. Ele sustentou essa opinião por oposição à de Friedrich A. Trendelenburg. Para este último, as categorias elas mesmas são os predicados mais elevados que se destinam a classificar os sujeitos e predicados de sentenças simples¹⁰. Trendelenburg tornou-se célebre em função de sua hipótese concernente à fonte da divisão categorial de Aristóteles. Trata-se de uma questão de inspiração kantiana, a de saber por meio de que fio condutor (*Leitfaden*) as categorias são obtidas. É uma das questões filosóficas importantes a propósito das teorias modernas das categorias o problema da origem e fundamento de tais conceitos, em função da exigência de serem universais e necessários, a fim de se garantir que não estejam sujeitos à contingência dos fatos.

Essa questão de saber como as categorias foram obtidas por Aristóteles recebeu tradicionalmente duas respostas¹¹. Uma e outra supõem que a sua obtenção tenha como fio condutor a análise da proposição, que nos levaria a seus elementos irreduzíveis. Trendelenburg afirma, em uma obra de 1846, que as categorias são adquiridas mediante a operação de decompor a proposição (*Satz*) em seus constituintes fundamentais. Com efeito, segundo o autor, as diversas categorias correspondem aos diversos casos gramaticais. Tese

⁷ Cf. *ibid.*, p. 22.

⁸ Cf. Porfírio, *Isagoge*, p. 4, 17; *In Cat.*, p. 84, 4-7.

⁹ É digno de nota que Porfírio de Tiro (séc. III a.C.) defendia opinião semelhante em seu comentário às *Categorias*. Aí Porfírio levanta a seguinte questão: por que Aristóteles afirma nas *Categorias* que as substâncias singulares são anteriores às substâncias universais, quando de fato ocorre precisamente o inverso (i.e. numa perspectiva platônica)? (*In Cat.*, p. 90, 12-91, 26) Com o intuito de compatibilizar as idéias de Platão e Aristóteles, Porfírio interpreta as substâncias universais (δεύτεραι ὁμοίαι) como “predicados comuns”, abstraídos a partir dos entes singulares, e não como Formas no sentido platônico. Nesse sentido, Porfírio parece sugerir que as categorias de Aristóteles são categorias que se aplicam ao sensível, mas não ao que seria propriamente inteligível.

¹⁰ Cf. Brakas [1988], p. 21-22.

¹¹ Para essa discussão, baseamo-nos no conciso relato de Mata [2004], p. 18-20.

cuja motivação encontra-se, em parte, no uso que faz Aristóteles do termo $\pi\tilde{\omega}\sigma\iota\varsigma$ ¹² nas *Categorias*. A partir da tradução de tal vocábulo por “caso” e de uma passagem das *Refutações sofísticas*¹³, Trendelenburg acredita ser o fio condutor da dedução categorial de natureza gramatical: a $\omicron\upsilon\sigma\acute{\iota}\alpha$ equivale à classe dos substantivos; $\pi\omicron\sigma\acute{\omicron}\nu$ e $\pi\omicron\iota\acute{\omicron}\nu$, à dos adjetivos; os $\pi\rho\acute{\omicron}\varsigma$ $\tau\iota$, a comparativos; o $\pi\omicron\upsilon$ e o $\pi\omicron\tau\acute{\epsilon}$, aos advérbios de lugar e de tempo, respectivamente; $\pi\omicron\iota\acute{\epsilon}\iota\nu$ exprime a voz ativa e $\pi\acute{\alpha}\sigma\chi\epsilon\iota\nu$, a passiva; $\kappa\acute{\epsilon}\iota\sigma\theta\alpha\iota$ denota intransitividade verbal; e $\acute{\epsilon}\chi\epsilon\iota\nu$, o aspecto perfectivo. O autor reconhece, em todo caso, o caráter genérico dessa solução, haja vista a sua insuficiência para decidir dificuldades relevantes: por que são dez as categorias? Que ordem categorial resulta desse fio condutor?

Émile Bréhier se pronunciou contra essa perspectiva, apresentando a seguinte objeção:

Ainda que essa classificação sirva-se da análise da linguagem, ela não se reduz a ela inteiramente, uma vez que, por exemplo, a forma lingüística substantiva ‘brancura’ pode designar uma qualidade e não uma substância.¹⁴

De fato, encontramos substantivos em quase todas as categorias, nem por isso, Aristóteles as qualifica como substâncias. Número, justiça e escravo, por exemplo, são substantivos, mas são classificados como sendo, respectivamente, quantidade, qualidade e relativo.

Otto Apelt, com sua obra de 1891, dá lugar à outra vertente, que nega a origem lingüística do quadro categorial. Apelt vê na análise do juízo (*Urteil*) — isto é, na proposição em que se afirma alguma coisa a respeito da realidade sensível, por oposição à proposição considerada sem tal pretensão — a via dedutiva das categorias. Para Apelt, as categorias classificam os conceitos expressos pela cópula¹⁵, de forma que, nesse sentido, é no próprio

¹² Cf. *Cat.* 1, 1a₁₃.

¹³ *SE* 4, 166b₁₀₋₁₉.

¹⁴ Bréhier [1928], p. 176.

¹⁵ Assim Apelt entende τὸ ὄν (cf. Brakas [1988], p. 24).

juízo que elas devem ser reconhecidas e, posteriormente, analisadas. Mas aqui surge um problema, uma vez que, segundo o próprio Aristóteles, o ser ou o não ser por si não são sinais de coisa (πρᾶγμα) alguma¹⁶. Em outras palavras, se a cópula é vazia, as categorias seriam categorias de nada. A solução de Apelt consiste em mostrar que a cópula adquire certo sentido e conteúdo em si mesma ao ser combinada com um predicado qualquer. Não se trata, porém, de dizer que a cópula e o predicado se combinem e que a unidade resultante tem determinado sentido. Na frase “Joana é saudável”, o predicado ‘saudável’ faz com que o ‘é’ adquira sentido em si mesmo, a saber, o de ‘é saudável’, e não apenas que ‘é’ e ‘saudável’ se unem para formar ‘é saudável’.

Ross [1924] (p. lxxxii) declara que a doutrina das categorias nas *Categorias* visam classificar os significados dos κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγόμενα por oposição aos κατὰ συμπλοκὴν λεγόμενα. Em outras palavras, a classificação tem por objeto os significados de palavras e frases em oposição a enunciados, juízos. Mas, como Aristóteles incluísse nessa classificação os sujeitos das proposições, além de predicados, e não sendo a substância primeira afirmada de nada mais, Ross assevera que não se trata de uma classificação de predicados. Sob esse aspecto, esta é uma objeção importante à interpretação de Apelt. Na medida em que as substâncias primeiras são indivíduos, elas não se enquadram na caracterização das categorias como conceitos expressos pela cópula combinada com predicados. Entretanto, segundo Ross, os nomes das categorias eles mesmos são predicados e constituem os termos mais elevados e amplos que podem ser predicados dos itens classificados por elas. Ross (p. xc), amparado por outras passagens do *Corpus*, defende, afinal, que a lista de dez categorias constituiria uma tentativa de formar um inventário dos elementos da realidade. Nesse sentido, afirma também que seria errôneo inferir de expressões

¹⁶ Cf. *DI* 3, 16b₂₂₋₂₅.

como *πολλαχῶς λέγεται τὸ ὄν* um interesse de Aristóteles nos significados de ‘ser’ em vez do interesse nas variedades das coisas existentes.

Em sua obra de 1952, *The Place of the Categories of Being in Aristotle’s Philosophy*, L.M. De Rijk argumenta que a doutrina aristotélica das categorias tem por objeto de sua classificação vários conjuntos de coisas¹⁷. As categorias são uma classificação do real, bem como classificam os termos proposicionais em geral, isto é, os significados dos sujeitos e predicados, os significados dos *κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγόμενα* das *Categorias*. Mas De Rijk julga que, além disso, elas classificam os sentidos da cópula.

Segundo Ackrill [1963] (p. 78-80), Aristóteles teria chegado à sua lista de categorias observando a linguagem comum, embora a classificação não seja de expressões, mas das coisas significadas pelas expressões. Uma maneira de classificar as coisas é procurar perguntas que possam ser feitas sobre alguma coisa e às quais apenas um conjunto limitado de respostas satisfaz de modo apropriado; por exemplo, uma resposta a ‘onde?’ não será o tipo de resposta apropriada a ‘quando?’ Tais questões incidem sobre uma substância. Destarte, à pergunta ‘onde está Sócrates?’ deve-se responder algo como ‘Sócrates está na ágora’, mas não ‘Sócrates é branco.’ Isso explica o fato de várias categorias possuírem o nome na forma interrogativa. Essa classificação tem por objeto expressões de predicado, isto é, aquelas que podem preencher a lacuna em uma frase do tipo ‘Sócrates é . . .’. Por outro lado, ao invés dessas questões direcionadas a uma substância, é possível ocupar-se das várias respostas a uma pergunta determinada que pode ser feita sobre qualquer coisa: a questão ‘o que é?’ Assim entende-se perguntar em qual espécie, gênero ou gênero superior está um indivíduo, espécie ou gênero. Prosseguindo com a mesma pergunta sobre a espécie, o gênero ou o gênero superior, obtemos alguns gêneros extremamente elevados. De sorte que à indagação ‘o que é esta coisa (por exemplo, um certo homem)?’ responder-se-á ‘um homem’, que dará ensejo à

¹⁷ Cf. Brakas [1988], p. 26.

outra questão ‘o que é homem?’, cuja resposta será ‘um animal’, que, por sua vez, ocasionará a pergunta ‘o que é animal?’, cuja resposta será ‘uma substância’. E substância (ὄν) é, nessa perspectiva, um dos gêneros supremos. Eis o procedimento que nos levaria aos gêneros supremos e irredutivelmente distintos sob os quais se encontram cada uma das coisas existentes, que constituem as categorias¹⁸. Através disso, classifica-se expressões de sujeito, quais sejam, aquelas que podem preencher a lacuna em ‘o que é . . .?’ Os dois modos de agrupar coisas produzem os mesmos resultados, pois que, como assevera Ackrill [1963] (p. 80), o pressuposto de que uma lista determinada de questões contém todas as questões radicalmente diferentes que podem ser respondidas corresponde ao pressuposto de que uma lista determinada de gêneros supremos contém todos os gêneros supremos.

Émile Benveniste [1966] defendeu mais uma vez a “vertente gramatical” das categorias aristotélicas. Benveniste, contudo, sustenta uma tese mais forte. O autor recorre ao texto aristotélico para exemplificar a sua tese de que o que podemos dizer delimita e organiza o que podemos pensar¹⁹. Tendo em mente o opúsculo *Categorias*, Benveniste procura mostrar que:

essas distinções são em primeiro lugar categorias de língua e que de fato Aristóteles, raciocinando de maneira absoluta, reconhece simplesmente certas categorias fundamentais da língua na qual pensa.²⁰

Destarte, os predicados que Aristóteles concebera não seriam atributos descobertos nas coisas, mas sim uma mera transposição das categorias lingüísticas. Ao modo de Trendelenburg, Benveniste identifica em cada uma das categorias aristotélicas o que seriam particularidades da língua grega. O intérprete pretende estabelecer assim uma correspondência do que seriam “categorias de pensamento” com as categorias de língua. Além da objeção que

¹⁸ Cf. Ross [1924], p. lxxxiv-lxxxv.

¹⁹ Cf. Neves [1987] (p. 75, n. 11), para uma síntese acurada das idéias de Benveniste relativas às categorias de Aristóteles.

²⁰ Benveniste [1966], p. 71.

Bréhier levantou contra a interpretação “gramatical” das categorias, pode-se argumentar que mostrar que os nomes utilizados para designar cada categoria — οὐσία, ποσόν, ποιόν, etc — provenham de formas lingüísticas preexistentes não implica necessariamente provar que o que se indica com tais nomes são as classes abarcadas por essas mesmas formas. Para Aristóteles, um verbo por si é um nome (*DI* 3, 16b₁₉₋₂₀: τὰ ῥήματα ὀνόματά ἐστι). Nesse quadro lingüístico, soaria estranha tal qualificação, sobretudo se pensarmos que os nomes são substantivos ou adjetivos.

Jonathan Barnes [1982] (p. 69-70) considera as categorias como uma classificação de tipos de predicados. Trata-se dos diferentes tipos de perguntas que se pode fazer acerca de um assunto particular. Tomemos como exemplo Macunaíma. Podemos fazer sobre ele várias perguntas: o *que* ele é? Um homem. *Como* ele é? Sem caráter. Etc. Cada questão exige diferentes tipos de predicado. A questão “*que altura* tem?”, por exemplo, requer predicados de *quantidade*. Mas teria ocorrido em Aristóteles uma passagem de classes de predicados a classes de *seres*. Segundo Barnes (p. 71), os entes são de diferentes tipos, do mesmo modo que os predicados, de forma que “a classificação é, por assim dizer, um mero reflexo, na linguagem, da classificação subjacente das coisas.”

Anton [1992] (p. 7) defende uma interpretação proposicional das categorias aristotélicas. O verbo κατηγορεῖν denota a realização de um enunciado atributivo por meio de signos verbais para exibir uma determinada conexão entre um sujeito e aquilo que a ele pertence essencialmente ou acidentalmente — o que o sujeito *é* ou *possui*:

Dado esse contexto mais amplo, uma categoria é, portanto, em sua função e estrutura um proferimento complexo, que Aristóteles identifica como um caso de κατὰ συμπλοκὴν λεγόμενον; ele emprega uma palavra para sujeito e uma palavra para predicado, um substantivo e um verbo ou significantes ligados pela cópula.²¹

²¹ Anton [1992], p. 10: *Given this fuller context, then, a category is in function and structure a complex utterance, what Aristotle calls a case of κατὰ συμπλοκὴν λεγόμενον; it employs a subject word and a predicate word, a noun and a verb or signifiers connected by the copula.*

As coisas ditas sem conexão, para esse autor, são os significantes, isto é, os nomes das coisas existentes. Cada qual podendo figurar como um elemento no ato expresso pelo verbo *κατηγορεῖν*. As categorias, afirma Anton (p. 10), fornecem as formas proposicionais últimas para anunciar e comunicar o conteúdo de enunciados verdadeiros, aos quais cabe a função lógico-lingüística de articular a experiência da realidade.

Para Richard Bodéüs [2001] (p. LXXXII-LXXX), as diferenças categoriais são, antes de tudo, distinções genéricas identificadas através das indicações fornecidas sobre um sujeito pelos diferentes predicáveis (i.e. o concomitante, o próprio, o gênero e a definição). Considerando inicialmente as categorias fora de uma perspectiva ontológica — sem as tomar como gêneros do ser —, Bodéüs afirma ser preciso abordá-las no contexto da predicação. Assim, o autor interpreta a noção de categoria baseando-se no nono capítulo do primeiro livro dos *Tópicos*. Aristóteles identifica os dez gêneros das categorias nos quais se encontram os quatro predicáveis de que se compõem todas as premissas dialéticas²²:

E eles são em número de dez: o que é, quanto, qual, relativo, onde, quando, jazer, ter, fazer, ser afetado. Com efeito, o concomitante, o gênero, o próprio e a definição sempre estarão em uma dessas categorias; pois todas as premissas <formadas> por meio destes indicam ou um ‘o que é’ ou um qual ou alguma das outras categorias.

ἔστι δὲ ταῦτα τὸν ἀριθμὸν δέκα, τί ἐστι, ποσόν, ποιόν, πρὸς τι, ποῦ, ποτέ, κείσθαι, ἔχειν, ποιεῖν, πάσχειν. αἰεὶ γὰρ τὸ συμβεβηκὸς καὶ τὸ γένος καὶ τὸ ἴδιον καὶ ὁ ὀρισμὸς ἐν μιᾷ τούτων τῶν κατηγοριῶν ἔσται· πᾶσαι γὰρ αἱ διὰ τούτων προτάσεις ἢ τί ἐστίν ἢ ποιὸν ἢ τῶν ἄλλων τινὰ κατηγοριῶν σημαίνουσιν.²³

A distinção operada nessa lista tem um alcance universal, porque se aplica indistintamente a qualquer premissa dialética, seja qual for a natureza da atribuição que ela venha a exprimir (a de um concomitante, a de um próprio, etc). Segundo Bodéüs, o que está em jogo nessa *perspectiva universal* das categorias é a distinção entre um gênero essencial e os demais gêneros não-essenciais, “acidentais”. O primeiro gênero, *τί ἐστι*, é o que indica

²² Cf. *Top.* I 9, 103b₂₀₋₂₅.

²³ *Ibid.*, 103b₂₁₋₂₇.

toda premissa em que um sujeito dado (um homem, a cor branca, uma grandeza, etc) liga-se à sua espécie ou ao seu gênero. Os outros nove gêneros são o que indica o predicável nas premissas em que um sujeito é ligado a outra coisa que a sua espécie e que o seu gênero. Por outro lado, Aristóteles nota que as predicacões do gênero essencial não são todas idênticas. Bodéüs distingue nesse sentido o que seria uma *perspectiva particular* da tábua das categorias. Uma vez que se pode fazer uso de ‘o que é’ a propósito dos dez gêneros, no interior do gênero essencial (τί ἐστί), há uma subdivisão em dez gêneros:

Mas é evidente a partir dessas coisas que quem indica o ‘o que é’ indica, às vezes, uma substância, mas, às vezes, um qual, às vezes, alguma das outras categorias.

δῆλον δ’ ἐξ αὐτῶν ὅτι ὁ τὸ τί ἐστί σημαίνων ὅτε μὲν οὐσίαν σημαίνει, ὅτε δὲ ποσόν, ὅτε δὲ ποιόν, ὅτε δὲ τῶν ἄλλων τινὰ κατηγοριῶν.²⁴

Nessa perspectiva, as categorias são simplesmente os diferentes gêneros de indicações fornecidas pela atribuição a um sujeito da sua espécie ou do seu gênero²⁵. Segundo Bodéüs (p. LXXXVI), o quarto capítulo das *Categorias* reproduz a tabela das categorias que corresponde às subdivisões do gênero essencial. Assim, Aristóteles não estaria interessado, nessa obra, na distinção entre essência (τί ἐστί) e os gêneros não-substanciais, mas na perspectiva menos universal. Essa escolha explica-se, conforme esse intérprete, por as *Categorias* serem um tratado introdutório à enumeração apenas dos lugares da *definição*:

As distinções categoriais consideradas pelas *Categorias* são, portanto, as indicações que fornecem em comum as coisas que se dizem de um sujeito definível. Em suma, elas são aquelas que a imputação da essência fornece.²⁶

²⁴ *Ibid.*, 103b₂₇₋₂₉.

²⁵ Cf. Bodéüs [2001], p. LXXXV.

²⁶ Bodéüs [2001], p. LXXXIX: *Les distinctions catégoriales envisagées par C sont donc les indications qui fournissent en commun les choses qui se disent d’un sujet définissable. Bref, ce sont celles que fournit l’imputation de l’essence.*

Dadas essas variações de leitura, poderíamos nos limitar a selecionar aquela que nos parecesse a mais adequada e dar nossa tarefa por encerrada. Após alguns exames, vimos, contudo, que o campo de discussão, embora bem delimitado, não está fechado à chegada de novos elementos que, talvez, possam clarear um pouco mais a questão. Iniciaremos o próximo capítulo retomando problemas já conhecidos em torno ao texto das *Categorias*, a fim de uma vez mais voltar os olhos para esse opúsculo procurando essa clarificação, por modestos que sejam os seus ganhos.

2

O Problema das Categorias

O que nos parece natural é unicamente o habitual do há muito adquirido, que fez esquecer o inabitual, donde provém. Este inabitual, todavia, surpreendeu um dia o homem como algo de estranho, e levou o pensamento ao espanto.

Martin Heidegger, *A Origem da Obra de Arte*

I. Observações preliminares

O opúsculo do *Corpus aristotelicum* que nos foi legado sob o título *Categorias* apresenta-se-nos como tendo autenticidade, colocação, temática e título bem definidos. É “sabido” que o livro *Categorias* de Aristóteles, conforme o seu título *Κατηγορίαι*, se concentra na doutrina das categorias, entendidas como termos isolados da proposição, e que, segundo a sua primeira posição no *Organon*, é uma obra de caráter lógico, desempenhando um papel de iniciação à totalidade da filosofia aristotélica²⁷. Sob a égide da tradição, esses juízos perpassaram pela história da filosofia, de certo modo, incólumes, pois, embora o opúsculo tenha sido objeto de diversas controvérsias entre os seus intérpretes modernos²⁸, a obra continuou a ser editada com o título, a autenticidade e a inserção tradicionais. A partir dessas indicações iniciais, intentamos proceder a uma crítica²⁹ desses juízos tradicionais por darem a ilusão de clareza onde efetivamente há obscuridades – e não apenas por serem

²⁷ Várias obras panorâmicas sobre Aristóteles sustentam estes juízos. Ver, por exemplo, ROSS, W. D. [1923], *Aristóteles*. Trad. Luís Filipe B. S. S. Teixeira. Lisboa: Dom Quixote, 1987, p. 32; LLOYD, G. E. R. [1968]. *Aristotle: the growth and structure of his thought*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 111; ACKRILL, J. L. [1981]. *Aristotle the philosopher*. Oxford: Oxford University Press, 1986, p. 79. No entanto, encontramos algumas hesitações sobre o assunto em um manual mais recente: SMITH, R. “Logic”, em BARNES, J. [1995]. (ed.) *The Cambridge Companion to Aristotle*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 28-29, sente-se inclinado a considerar as *Categorias* como obra dialética.

²⁸ Para constatá-lo, basta conferir o levantamento realizado por Denis O’Brien [1980].

²⁹ Discutiremos sumariamente somente a colocação da obra no *Corpus* e o seu título.

tradicionais. As origens dessa tradição interpretativa acham-se no fim da Antigüidade³⁰. Antes, porém, de caracterizar devidamente o que pensaram os primeiros exegetas das *Categorias* acerca do título e da inserção da obra no *Corpus*, precisemos algumas estranhezas³¹ verificáveis no texto, que, além de legitimar suspeitas sobre esses juízos, revelam aspectos enigmáticos do mesmo.

Primeiramente, há que observar que não se encontra na obra uma exposição acerca de seus propósitos e temática que indique uma unidade dos assuntos abordados³². Tampouco se encontra nela qualquer anúncio de que terá por objeto as categorias. Aliás, nas quatro únicas ocorrências do termo *κατηγορία* na obra (*Cat.* 5, 3a_{35, 37}; 8, 10b_{19, 21}), não há sequer um esboço de definição. Além disso, ao listar as dez categorias no quarto capítulo da obra (que seria o seu núcleo), Aristóteles (ou o seu autor)³³ não faz uso do termo grego ou algo que o valha³⁴. Trata-se, antes, de explicitar o que cada uma “das coisas ditas sem qualquer conexão” indica (*Cat.* 4, 1b₂₅). E, a prescindir das coisas listadas, nada há neste capítulo que nos remeta expressamente às categorias aristotélicas³⁵.

Outro ponto: para um tratado cujo escopo seria investigar minuciosamente as categorias, fala-se pouco acerca disso, já que somente quatro dos seus quinze capítulos se detêm no assunto. Os capítulos são os seguintes: o quinto, sobre a substância; o sexto, sobre a

³⁰ Trata-se dos comentadores gregos neoplatônicos dos sécs. III ao VI d.C. Ildefonse & Lallot [2002] (p. 9, n. 2) listam os autores dos comentários gregos às *Categorias*, dividindo-os em duas matrizes, a saber: de um lado, temos Porfírio (séc. III d.C.), largamente seguido por Dexipo (séc. IV d.C.); por outro, temos Amônio (séc. V-VI d.C.), cuja tradição prosseguiu com Filopono (séc. V-VI d.C.), Simplicio (séc. VI d.C.), Olimpiodoro (séc. VI d.C.) e Davi/Elias (séc. VI d.C.). Há ainda um comentário anônimo ao opúsculo, de cunho neoplatônico, contido no códice *Vaticanus Urbinas graecus* 35. Além desses autores, cabe mencionar Plotino (séc. III d.C.) que dedicara algumas páginas de suas *Enéadas* à crítica das *Categorias* de Aristóteles (*Enn.* VI 1, 1-24).

³¹ Apontadas por alguns comentadores, tais como Anton [1992]; Bodéüs [2001]; Menn [1995].

³² Ao contrário do que ocorre em outros textos do *Corpus* (por exemplo, em *DA* I 1, *APr* I 1, *Top.* I 1).

³³ Assumiremos aqui apenas que, tendo sido escrito ou não por Aristóteles, o conteúdo do opúsculo é, em geral, legitimamente aristotélico. Cf. Bodéüs [2001], p. CX.

³⁴ Como parece ser o caso em *Cat.* 8, 11a₃₈; 10, 11b₁₅. Frede [1981] (p. 31) diante dessas observações é mais drástico, pois afirma que a palavra “categoria” não só não possui outra equivalente no opúsculo, mas também que nas linhas 10b₁₉ e 10b₂₁ “é usada de maneira tão incidental que nada interessante pode ser inferido.”

³⁵ A única passagem do *Corpus*, além de *Cat.* 4, 1b₂₆₋₂₇, em que são enumeradas dez categorias é em *Top.* I 9, 103b₂₂₋₂₃, na qual Aristóteles está claramente distinguindo “os gêneros das categorias” (*Top.* I 9, 103b₂₀₋₂₁: τὰ γένη τῶν κατηγοριῶν). Mas, diferentemente das *Categorias*, encontra-se “o que é” (τί ἐστι) no lugar de “substância” (οὐσία).

quantidade; o sétimo, sobre os relativos; e o oitavo, sobre a qualidade³⁶. Os capítulos do quarto ao nono formam o que se chamou os *Praedicamenta* (“categorias”), sendo antecedidos pelos *Prepraedicamenta* (“pré-categorias”: caps. 1-3) e sucedidos pelos *Postpraedicamenta* (“pós-categorias”: caps. 10-15).

Há o problema da unidade das *Categorias*. A questão de saber se os *Postpraedicamenta* são ou não lavra de Aristóteles e se coadunam com o restante dessa obra, em função do que viria a ser o seu escopo. A esse respeito, é curiosa a constatação de De Rijk [1951] (p. 153). Ainda que costumem observar a descontinuidade entre o bloco formado pelos capítulos de 1 a 9 e aquele formado pelos capítulos 10 a 15, o autor aponta o fato de todos os comentadores antigos³⁷ parecerem considerar genuínos os capítulos de 10 a 15 das *Categorias*.

Ademais, o opúsculo não possui indicação alguma acerca do seu suposto caráter propedêutico ou instrumental. Também não há referência ao fato de que seja preliminar a qualquer obra. Aliás, não faz alusão a nenhuma outra obra de Aristóteles.

No tocante ao propósito do opúsculo, alguns intérpretes o colocam em situação de diálogo com o *Sofista* de Platão. Em sua obra sobre os pensadores gregos, Theodor Gomperz julga que a enumeração e a divisão categoriais visam solucionar temas procedentes da análise platônica da natureza do enlace existente entre sujeito e predicado, operada no *Sofista*³⁸. Para esse autor, Aristóteles lança luz sobre questões tais como: quantos tipos de predicação existem? Quais são eles? Quais são as subdivisões dessas divisões principais? Há ou não há opostos no interior de cada esfera de predicação? O que seria apresentado nas *Categorias*. Além disso, há outro propósito subsidiário, útil particularmente para a dialética: as categorias

³⁶ Não incluímos o nono capítulo, que versa sobre o fazer e o padecer (que são categorias), por não ser propriamente uma análise dessas coisas tal como as análises que são feitas nos capítulos 5-8 (cf. *Cat.* 9, 11b₁₋₈) — sendo considerado, aliás, fruto de interpolações tardias.

³⁷ Salvo Andrônico de Rodes, cuja posição não nos é clara quanto a isso.

³⁸ GOMPERZ, Theodor. [1893–1909]. *Greek thinkers: a history of ancient philosophy*. Vol. 4. Trans. by Laurie Magnus, G. G. Berry. London: John Murray, 1901-1912. p. 39-40.

viriam suprimir a confusão em torno à idéia de ser, tornada confusa pelo mau uso que dela fizeram eleatas e as erísticas megáricas. Elas pretenderiam responder à indagação acerca de o que *é possível* querer dizer sempre que afirmo de um sujeito que ele *é* alguma coisa. Sem embargo, Aristóteles não faz referência a nenhuma tese em particular sustentada por Platão ou algum partidário de suas idéias.

A questão complica-se ao nos voltarmos para aspectos menos evidentes, dado serem “extratextuais”. Em primeiro lugar, não há no *Corpus* aristotélico qualquer passagem alusiva às *Categorias*. Aristóteles usa o termo *κατηγορία* em expressões, ao mencionar algumas das distinções que são feitas em *Cat.* 4, 1b₂₆₋₂₇, como em “as figuras da categoria” (*Metaph.* Δ 7, 1017_{a23}: τὰ σχήματα τῆς κατηγορίας). Tais expressões não se referem a uma obra intitulada *Categorias* (Κατηγορίαί)³⁹. Em segundo lugar, *Categorias* era apenas um dentre outros títulos circulantes⁴⁰ na Antigüidade. Assim, em função da legitimidade ou espuriedade desses títulos, seguem-se orientações de leitura distintas. Vejamos de que maneira essas dificuldades concernentes ao opúsculo foram eclipsadas pelos juízos da tradição⁴¹.

Nos prolegômenos de seu comentário às *Categorias*, Amônio (séc. V-VI d.C.) opera uma divisão das obras aristotélicas (*In Cat.*, p. 4, 28-5, 4), dizendo que as obras instrumentais se ocupam do método “demonstrativo” (*In Cat.*, p. 5, 8-9: ἀποδεικτική). De modo que, sendo a demonstração um silogismo científico, é preciso conhecer antes o silogismo em geral. Para tanto, deve-se estudar primeiro as premissas (προτάσεις), das quais aquele é composto. As proposições, por seu turno, são compostas de nomes e verbos (ὀνόματα καὶ ῥήματα). Estes são, alega Amônio, ensinados nas *Categorias*; as premissas, no *Da Interpretação*; e o

³⁹ Ver também nota 35 acima. Cf. Bodéüs [2001], p. XXXI; Bonitz [1870], p. 378a 32-36.

⁴⁰ Como patenteiam os antigos exegetas, há pelo menos outros três títulos para o opúsculo: *Acerca dos dez gêneros do ser* (Porfírio, *In Cat.*, p. 57, 13); *Antes dos Tópicos* (Porfírio, *In Cat.*, p. 56, 18) ou *Antes dos lugares* (Amônio, *In Cat.*, p. 14, 20; Simplício, *In Cat.*, p. 379, 10); *Acerca dos discursos universais* (Simplício, *In Cat.*, p. 17, 26-28).

⁴¹ Apoiamo-nos cautelosamente, para a discussão relativa ao título e à colocação de *Categorias* no *Corpus*, nos resultados obtidos pelo autor da mais recente edição crítica dessa obra, Bodéüs [2001].

silogismo em geral, nos *Primeiros Analíticos*. Destarte, essa tríade de livros conformaria os princípios do método (*In Cat.*, p. 5, 1-17). Este quadro descrito por Amônio está presente, similarmemente, nos demais comentários antigos às *Categorias*⁴² posteriores ao séc. V d.C. Sabemos, entretanto, que a idéia de que as *Categorias* inauguram o ensino da filosofia já se encontra no séc. III d.C. em Porfírio, cujo comentário ao opúsculo reporta-se a essa tríade (*In Cat.*, p. 56, 20-25). E, como assevera Bodéüs [2001] (p. XIV), a concepção desse “tríptico” não tem nada de especificamente neoplatônico, podendo ter sido formado antes de Porfírio.

O catálogo metodicamente elaborado por Andrônico de Rodes (séc. I a.C.) das obras aristotélicas, tal como transmitido por um certo Ptolomeu⁴³, principia registrando as obras de caráter “instrumental”, mais precisamente, os tratados *Categorias*, *Da Interpretação*, *Tópicos* e *Primeiros Analíticos*⁴⁴, nessa ordem. Conseqüentemente, a despeito de não podermos assegurar que Andrônico perfilhava o “tríptico” lógico, isso não é totalmente impossível. Em todo caso, Bodéüs [2001] (p. XV) sugere que o processo de introdução dessas idéias fora provavelmente encetado antes de Andrônico, desde o fim do período helenístico⁴⁵. Pois um documento anterior a Andrônico⁴⁶, de inspiração estoíca, expõe a filosofia aristotélica como se fosse um “corpo” de doutrinas, subdivido em “partes”, sendo a parte instrumental, a lógica, constituída pelas obras consagradas, em termos estoícos, ao discernimento (κρίσις) das “premissas” (λήμματα) – os *Primeiros Analíticos* – e ao da “dedução” (συναγωγή)⁴⁷ – os *Segundos Analíticos*. Assim, parece que a influência da lógica estoíca projetou sobre as obras consideradas lógicas de Aristóteles uma ligação entre os estudos das premissas e o dos raciocínios, ligação correspondente à pretendida articulação dos tratados *Da Interpretação* e

⁴² Segundo Gottschalk [1990] (p. 66, n. 58): Simplício, *In Cat.*, p. 4, 22 e segs.; Olimpíodoro, *In Cat.*, p. 7, 24 e segs.; Filopono, *In Cat.*, p. 4, 23 e segs.; Davi/Elias, *In Cat.*, p. 115, 14 e segs.

⁴³ Não se trata obviamente do autor de *Almagesto*. Cf. Moraux [1951], p. 289-291; Gottschalk [1990], p. 60.

⁴⁴ Para o conteúdo do catálogo, ver Moraux [1951], p. 294-298.

⁴⁵ Cf. Bodéüs [2001], p. XIII-XV, para as idéias expostas nesse parágrafo.

⁴⁶ Bodéüs [2001] (p. XV, n. 3) pressupõe essa anterioridade. Embora a tenha discutido em BODÉÜS, R. [1995]. “L’influence historique du stoïcisme sur l’interprétation de l’oeuvre philosophique d’Aristote”, *RSPT* 79, p. 553-586, segundo indicação do autor. O documento em questão é: *Vidas* V 1, 28-29.

⁴⁷ Para a relação entre premissas e dedução nos estoícos, ver Long & Sedley [1987], v. 1, p. 213; v. 2, p. 214.

Primeiros Analíticos colocados mais tarde em série, depois daquele intitulado *Categorias*. Os dois últimos tratados dessa tríade já estavam potencialmente em seus lugares tradicionais antes de Andrônico, segundo o argumento que faz o estudo dos raciocínios depender do estudo prévio de seus elementos constituintes, a saber, as premissas; passando do mais simples ao mais complexo. E uma idéia semelhante parece ter levado Andrônico a inserir no começo da lógica um estudo dos termos. Cumpre notar que o autor do documento parece ignorar as obras intituladas *Categorias* e *Da Interpretação*, pois não as cita. Trata-se de um quadro muito provavelmente fornecido pelo modelo estóico, no qual há uma classificação das obras sem um conhecimento exato de seus conteúdos. O tratado *Primeiros Analíticos* é efetivamente um estudo acerca do raciocínio (συλλογισμός), e não da premissa. Descoberta que tornou necessário um reajustamento das obras, quando, na época de Andrônico, os textos foram mais bem conhecidos. Diante disso, parece legítimo supor que a análise ou descoberta⁴⁸ do *Da Interpretação* preencheu, para o estudo das premissas, o lugar deixado vazio pela atribuição dos *Primeiros Analíticos* ao estudo do raciocínio; bem como a análise ou descoberta das *Categorias*, por sua vez, forneceu um tratado que se ocuparia de analisar os termos mais simples em que pode ser decomposto todo raciocínio que se serve de premissa, e que seria, portanto, uma introdução a toda a lógica aristotélica⁴⁹.

Por conseguinte, parece claro que o “tríptico” é um conjunto de obras cujos liames foram forjados artificialmente. Poder-se-ia objetar que é necessário, de fato, entender minimamente o que são termos e premissas para que se torne possível o entendimento do que

⁴⁸ Long & Sedley [1987] (v. 2, p. 168) e Duhot [1991] (p. 222) falam de uma “redescoberta” dessas obras.

⁴⁹ Cf. Bodéüs [2001], p. XVII. Essa influência estóica é bastante provável, sobretudo pelo fato de os estóicos disporem de um conceito apenas aparentemente similar ao de categoria, qual seja, o de κατηγορημα (“predicado”). Veja-se Diógenes Laércio, *Vidas* VII 1, 64. Duhot [1991] afirma serem tais conceitos de naturezas distintas. Mas são parecidos porque tanto a categoria (*Cat.* 4, 2a₄₋₁₀) como o “categorema” (Sexto Empírico, *Contra os matemáticos* VIII, 74 *apud* Long & Sedley [1987], v. 1, p. 203) não são passíveis de verdade ou falsidade; e, se as categorias são ditas sem conexão, os “categoremas” são dizíveis incompletos necessários para a produção de uma proposição (ἀξιωμα). Além do mais, os estóicos concebiam a idéia de que o estudo dos dizíveis incompletos precede o dos dizíveis completos, que precede o estudo dos diversos raciocínios. E tal idéia não era alheia à vontade de “criar uma seqüência análoga com a ajuda do tríptico colocado à frente do *Organon*” (Bodéüs [2001], p. XVIII).

é o raciocínio. Ora, Aristóteles estabelece logo no início dos *Primeiros Analíticos* o que entende por “termo” (ὄρος) e “premissa” (πρότασις)⁵⁰, dispensando a exigência de qualquer estudo preparatório acerca disso. Ademais, o *Da Interpretação* não tem por objeto a premissa, mas a frase assertiva (λόγος ἀποφαντικός)⁵¹. Quanto à relação entre *Categorias* e *Da Interpretação*, nada nessas obras permite que sejam postas em conjunção⁵². Com isso, destituímos o opúsculo do caráter lógico e propedêutico que lhe fora indevidamente atribuído e imposto pela tradição. É forçoso, pois, perquirir o que são as categorias, se não são termos isolados da proposição, interpretação justificada pelo lugar que *Categorias* tradicionalmente ocupou no *Corpus*. Mais ainda: como pensar a conexão (συμπλοκή) presente na expressão “coisas ditas sem qualquer conexão”? Em outras palavras, do que não há conexão nessas coisas? Retenhamos essa pergunta e passemos ao problema de saber se o livro *Categorias* visa expender a doutrina aristotélica das categorias conforme sugere o seu título tradicionalmente considerado como mais legítimo. Pois que não houve – nem parece haver – argumentação favorável ou contrária à legitimidade de qualquer um dos títulos atribuíveis ao opúsculo que não estivesse intrinsecamente relacionada ao que se considerava ser sua temática.

O catálogo das obras aristotélicas mais antigo de que dispomos⁵³ não menciona, tal como o documento anterior a Andrônico, qualquer obra cujo título seja *Categorias*⁵⁴. A ignorância da obra, provavelmente sob outro título, não era total⁵⁵. De forma que o título

⁵⁰ *APr* I 1, 24b₁₆₋₁₈, para “termo”, e 24a₁₆₋₁₇, para “premissa”.

⁵¹ *DI* 4, 17a₄₋₇.

⁵² Bodéüs [2001] (p. XX) ainda admite uma possível relação entre os elementos do discurso e a contradição, no *Da Interpretação*, e as categorias e os contrários, nas *Categorias*, mas logo em seguida rejeita-a por ser superficial e não implicar articulação alguma entre as duas obras.

⁵³ Catálogo, que antecede os trabalhos de Andrônico (Moraux [1951], p. 187), contido em Diógenes Laércio, *Vidas* V 1, 22-27.

⁵⁴ Os títulos *Das categorias*, Κατηγοριῶν, n.º. 141 na lista, e *Da Interpretação*, Περὶ ἑρμηνείας, n.º. 142, certamente são interpolações tardias. Cf. Moraux [1951], p. 131.

⁵⁵ Pois em Quintiliano (séc. I d.C.), *Institutio Oratoria* III 6, 23-24 (*apud* Bodéüs [2001], p. XXII), há uma passagem sobre os “estados de causa” (στάσεις) que não só traz uma lista, que remonta a um orador mais antigo, correspondente à lista das dez categorias, mas também fornece os mesmos exemplos que estão presentes em *Cat.* 4, 1b_{27-2a4}.

Categorias poderia ser uma invenção de Andrônico, pois a primeira aparição do título *Κατηγορίαι* está em seu catálogo (Bodéüs [2001], p. XXV). Iniciativa que intentava afastar, como ilegítimo, um título mais antigo sob o qual o opúsculo parecia ser conhecido até então: *Antes dos lugares* (Πρὸ τῶν τόπων)⁵⁶. Pois Simplício relata que Andrônico rejeitava como espúrios (ou fora de lugar) os *postpraedicamenta*, porque teriam sido acrescentados às *Categorias* por aquele que deu a estas o título *Antes dos lugares*, em função da proximidade entre esses assuntos e os *Tópicos*⁵⁷. Esse relato prova que o opúsculo era conhecido na época helenística sob um título que Andrônico recusou, apontando o que havia de semelhante entre o opúsculo e os *Tópicos*; e, especialmente, que, enquanto o título *Categorias* aplica-se a uma parte do opúsculo, o título antigo aplicava-se à totalidade da obra. Parece que Andrônico estava à procura de uma exposição de Aristóteles sobre as categorias, a fim de introduzir na “lógica aristotélica” uma análise sobre os termos constitutivos das premissas de todo raciocínio. Por isso, Bodéüs [2001] (p. XXVII) assevera que se algo não tratasse desses termos, na parte seguinte aos *praedicamenta*, estava de antemão ameaçado de rejeição por Andrônico como sendo espúrio. Além do mais, o catálogo contido em Diógenes Laércio traz uma obra intitulada *As <coisas> antes dos lugares* (Τὰ πρὸ τῶν τόπων)⁵⁸. Possivelmente, este era o título mais usual da obra como um todo por volta do séc. III a.C., provável data desse catálogo⁵⁹.

⁵⁶ Título atestado pelos seguintes exegetas antigos: Amônio, Simplício, Davi/Elias, Olimpiodoro e o exegeta anônimo; Porfírio cita uma variante *Antes dos Tópicos* (Πρὸ τῶν Τοπικῶν). Logo, este título só não é atestado por Dexipo e Filopono. Ver Bodéüs [2001], p. XXXIV, n. 2-3; Moraux [1951], p. 58-65.

⁵⁷ Simplício, *In Cat.*, p. 379, 8-12. Boécio (séc. V-VI d.C.) relata algo semelhante (cf. Bodéüs [2001], p. XXV).

⁵⁸ Título n.º 59 na lista de obras do catálogo. Simplício (*In Cat.*, p. 15, 36-16, 4) menciona Adrasto de Afrodísia (séc. II-III d.C.), mestre de Alexandre de Afrodísia, como um defensor da legitimidade desse título, e que o teria feito em sua obra *Sobre a ordem da filosofia de Aristóteles*, onde também teria inserido o opúsculo antecedendo aos *Tópicos*. Alexandre de Afrodísia (séc. II d.C.), contudo, afirma, numa passagem corrompida de seu comentário aos *Tópicos* (*In Top.*, p. 5, 27-28), que “alguns acreditam que o primeiro livro não se intitula *Tópico*, mas *Antes dos lugares*”. Assim, tal título caberia ao primeiro livro dos *Tópicos*. Bodéüs [2001] (p. XXXVII), considerando o seu contexto, em que Alexandre expõe as obras dialéticas de Aristóteles, alega que a frase queria dizer que “à estima de alguns o primeiro livro consagrado à dialética (o que introduz o seu estudo) não se intitula *Tópico* (e não faz parte dos *Tópicos*), mas *Antes dos lugares* (e forma um tratado independente).” O que é consoante com a opinião de Adrasto. Diversamente Moraux [1951], p. 64-65.

⁵⁹ Cf. Menn [1995], p. 314, n. 5.

Inspirado em uma tese de Menn [1995], mas com diferenças importantes, Bodéüs declara que as *Categorias* são uma espécie de manual, um estudo introdutório à dialética, privando-as do seu estatuto filosófico. Contra esse juízo, pensamos que todo manual só pode ser preparado e redigido por um professor, isto é, alguém que possui competência no assunto relevante. Assim, se as *Categorias* não possuem uma perspectiva científica, a saber, não abordam questões de causas e princípios, elas a pressupõem. Só um filósofo primeiro poderia estabelecer a divisão ontológica operada no segundo capítulo ou ter estipulado as dez categorias que aparecem no quarto capítulo dessa obra⁶⁰.

Em todo caso, uma vez que constatamos mais decisivamente a ilegitimidade do título *Categorias*, indicativo de que a obra não se ocupa de modo privilegiado de categorias; impõe-se-nos, com mais razão, a tarefa de investigar qual é o sentido da noção de categoria nesse contexto intrincado e, afinal, que papel desempenha nele.

II. Categorias: gêneros supremos?

Antes de mais nada, é importante observar que Aristóteles confere a *κατηγορία* um sentido diverso do sentido jurídico que esse vocábulo possuía até então, qual seja, o de “acusação” por oposição a “defesa” (*ἀπολογία*)⁶¹. Hermann Bonitz, em seu artigo sobre as *Categorias* de 1853, apontou passagens em Aristóteles nas quais não está em foco a doutrina das categorias e *κατηγορία* quer dizer “nome” ou “designação”: *SE* 33, 181b₂₇; *Phys.* II 1, 192b₁₇; *PA* I 1, 639a₃₀; *Metaph.* Z 1, 1028a₂₈. Segundo Bonitz, a acepção técnica que esse vocábulo adquiriu em Aristóteles originou-se disso⁶². Mas qual seria o sentido atribuído ao termo no contexto das *Categorias*?

⁶⁰ Agradeço ao prof. Cláudio Veloso a sugestão dessa idéia.

⁶¹ Cf. Porfírio, *In Cat.*, p. 55, 3-7.

⁶² *Apud* Ross [1924], p. lxxxiii.

Retornemos a uma das interpretações mais proeminentes. Segundo Ackrill [1963] (p. 78-80), Aristóteles teria chegado à sua lista de categorias observando a linguagem comum, embora a classificação não seja de expressões, mas das coisas significadas pelas expressões. Uma maneira de classificar as coisas é a de procurar perguntas que possam ser feitas sobre algo e às quais apenas um conjunto limitado de respostas é satisfatório; por exemplo, uma resposta a ‘onde?’ não será o tipo de resposta apropriada a ‘quando?’ Tais questões incidem sobre uma substância (οὐσία). Destarte, à pergunta ‘onde está Sócrates?’ deve-se responder algo como ‘Sócrates está na ágora’, mas não ‘Sócrates é branco.’ Isso explica o fato de várias categorias possuírem o nome na forma interrogativa. Essa classificação tem por objeto expressões de predicado, isto é, aquelas que podem preencher a lacuna em uma frase do tipo ‘Sócrates é . . .’. Por outro lado, ao invés dessas questões direcionadas a uma substância, é possível ocupar-se das várias respostas a uma pergunta determinada que pode ser feita sobre qualquer coisa: a questão ‘o que é?’ Assim entende-se perguntar em qual espécie, gênero ou gênero superior está um indivíduo, espécie ou gênero. Prosseguindo com a mesma pergunta sobre a espécie, o gênero ou o gênero superior, obtemos alguns gêneros cuja abrangência é a mais extrema. De sorte que à indagação ‘o que é esta coisa (por exemplo, um certo homem)?’ responder-se-á ‘um homem’, que, por sua vez, dará ensejo à outra questão ‘o que é homem?’, cuja resposta será ‘um animal’, que, de novo, ocasionará uma outra pergunta, a saber: ‘o que é animal?’, cuja resposta será ‘uma substância’. E substância é, nessa perspectiva, um dos gêneros supremos. Eis o procedimento que nos levaria aos gêneros supremos e irreduzivelmente distintos sob os quais se encontram cada uma das coisas existentes, que constituem as categorias⁶³. Através disso, classificam-se expressões de sujeito, quais sejam, aquelas que podem preencher a lacuna em ‘o que é . . .?’ Os dois modos de agrupar coisas produzem os mesmos resultados, pois que, como assevera Ackrill [1963] (p. 80):

⁶³ Cf. Ross [1924], p. lxxxiv-lxxxv.

O pressuposto de que uma lista determinada de perguntas contém todas as perguntas radicalmente diferentes que podem ser feitas corresponde ao pressuposto de que uma lista determinada de gêneros supremos contém todos os gêneros supremos.⁶⁴

Cornford [1935] (p. 275) também expõe brevemente a noção de categoria em Aristóteles nesses termos. Com isso, pretende afastar uma leitura aristotélica dos assim chamados “gêneros supremos” de Platão (*Soph.*, 254d₄: μέγιστα γένη). Nesse sentido, Cornford declara ainda que a expressão platônica é erroneamente traduzida por “gêneros supremos” justamente por não serem ‘supremos’, traço essencial às categorias aristotélicas. Não obstante, o que pudemos constatar é que essa leitura tem raízes em Plotino, que, fazendo supremos os gêneros platônicos, projeta essa “supremacia” nas categorias de Aristóteles. Toda a sua crítica das categorias aristotélicas que consta em *Enéadas* VI 1, 1-24 ampara-se na carência de uma rigorosa unidade genérica que todos os gêneros supremos deveriam possuir em relação aos entes que abrangem. Em outras palavras, para todo gênero, tem de haver algo de comum que perpassa por tudo aquilo que se encontra sob ele. Um exame mais acurado, por exemplo, da exposição acerca da qualidade constante no oitavo capítulo das *Categorias* revela que, de fato, não se verifica isso nas categorias aristotélicas. Pretendemos mostrar mais adiante que uma passagem nesse opúsculo exhibe o que constitui uma grave inconsistência no sistema categorial de Aristóteles, caso as categorias sejam efetivamente gêneros supremos — o que, pensamos, elas não são.

A generalização crescente a que alude Ackrill supõe certa transitividade. Lê-se no terceiro capítulo das *Categorias*:

Quando uma coisa é predicada de outra como de um sujeito, tudo quanto é dito do que é predicado, também será dito do sujeito; por exemplo, homem é predicado de um certo homem, e o animal <é dito> de homem; portanto, o animal será predicado também de um certo homem. Com efeito, um certo homem é homem e animal.

⁶⁴ *The assumption that a certain list of questions contains all the radically different questions that may be asked corresponds to the assumption that a certain list of supreme genera contains all the supreme genera.*

Ὅταν ἕτερον καθ' ἑτέρου κατηγορῆται ὡς καθ' ὑποκειμένου, ὅσα κατὰ τοῦ κατηγορουμένου λέγεται, πάντα καὶ κατὰ τοῦ υποκειμένου ρηθήσεται· ὅσον ἄνθρωπος κατὰ τοῦ τινὸς ἀνθρώπου κατηγορεῖται, τὸ δὲ ζῶον κατὰ τοῦ ἀνθρώπου· Οὐκοῦν καὶ κατὰ τοῦ τινὸς ἀνθρώπου τὸ ζῶον κατηγορηθήσεται· ὁ γὰρ τις ἄνθρωπος καὶ ἄνθρωπός ἐστι καὶ ζῶον.⁶⁵

Podemos formalizar esse trecho do seguinte modo: para todo x , y e z , se x é dito de y e y é dito de z , então x é dito de z . Eis o que se convencionou denominar “regra da transitividade”. A regra é bem atestada sob duas formas no *Corpus*: enunciada explicitamente ou de maneira aproximada da forma citada e em princípios que a envolvem ou se baseiam nela⁶⁶. Rohr [1978] apontou, no entanto, uma incompatibilidade entre essa regra e a noção de categoria entendida como gênero supremo, amparado por uma passagem das *Categorias* e outra dos *Tópicos*⁶⁷:

E não devemos nos perturbar caso, tendo feito a exposição sobre qualidade, alguém diga termos ajuntado à enumeração muitos relativos, uma vez que os estados habituais e as disposições são relativos. Com efeito, em quase todos os casos desse tipo, os gêneros são ditos em relação a alguma coisa, mas nenhum dos singulares o é. Pois a ciência, que é um gênero, é dita ser ela mesma precisamente o que é de uma coisa diversa — visto que ciência é dita de alguma coisa; ao passo que nenhum dos singulares é dito ele mesmo precisamente o que é de uma coisa diversa — por exemplo, a gramática⁶⁸ não é dita gramática de alguma coisa, nem a música, música de alguma coisa. Mas se o são, é segundo o gênero que estas também são ditas em relação a alguma coisa; por exemplo, a gramática é dita ciência de alguma coisa, não gramática de alguma coisa, e a música, ciência de alguma coisa, não música de alguma coisa. Conseqüentemente as <ciências> singulares não são relativos.

Οὐ δεῖ δὲ ταράττεσθαι μή τις ἡμᾶς ὑπὲρ ποιότητος τὴν πρόθεσιν ποιησαμένους πολλὰ τῶν πρὸς τι συγκαταριθμεῖσθαι· τὰς γὰρ ἕξεις καὶ τὰς διαθέσεις τῶν πρὸς τι εἶναι. σχεδὸν γὰρ ἐπὶ πάντων τῶν τοιούτων τὰ γένη πρὸς τι λέγεται, τῶν δὲ καθ' ἕκαστα οὐδέν· ἢ μὲν γὰρ ἐπιστήμη, γένος οὔσα, αὐτὸ ὅπερ ἐστὶν ἑτέρου λέγεται, - τινὸς γὰρ ἐπιστήμη λέγεται. - τῶν δὲ καθ' ἕκαστα οὐδέν αὐτὸ ὅπερ ἐστὶν ἑτέρου λέγεται, ὅσον ἢ γραμματικὴ οὐ λέγεται τινὸς γραμματικὴ οὐδ' ἢ μουσικὴ τινὸς μουσικὴ, ἀλλ' εἰ ἄρα κατὰ τὸ γένος καὶ αὐταὶ πρὸς τι λέγεται· ὅσον ἢ γραμματικὴ

⁶⁵ *Cat.* 3, 1b₁₀₋₁₅.

⁶⁶ Exemplos do primeiro caso são *Cat.* 5, 3b₄₋₅; *APo* II 4, 91a₁₈₋₂₁; do segundo, *Top.* IV 2, 122a₃₁₋₃₄; 122b₇₋₁₀. Sobre esse tópico, baseamo-nos no artigo de Rohr [1978].

⁶⁷ Cf. *Top.* IV 4, 124b₁₅₋₁₉. O argumento, portanto, não perde sua força mesmo para quem considera inautêntico o opúsculo *Categorias*, já que o passo dos *Tópicos* expressa a mesma tese.

⁶⁸ Mantemos a tradução “gramática” para γραμματικὴ por simples conveniência. Ao longo das *Categorias*, usos como “uma certa gramática”, ἢ τις γραμματικὴ, dificultam uma tradução mais precisa, que, nesse caso, exigiria perífrase, já que γραμματικὴ não designa outra coisa que saber ler e escrever (cf. *Top.* VI 5, 142b₃₁₋₃₃).

λέγεται τινὸς ἐπιστήμη, οὐ τινὸς γραμματικὴ, καὶ ἡ μουσικὴ τινὸς ἐπιστήμη, οὐ τινὸς μουσικὴ ὥστε αἱ καθ' ἕκαστα οὐκ εἰσὶ τῶν πρὸς τι.⁶⁹

A passagem muito claramente destitui o caráter supremo de uma das categorias ao mostrar que aquilo que seria o gênero máximo de uma espécie justamente não funciona como tal. Ou seja: relativo é dito de ciência, ciência é dito de gramática, mas relativo não é dito de gramática. Observe-se que ciência, sendo um relativo, requer uma determinação que advém do domínio da realidade a que se aplica, pois a ciência é sempre ciência *de* alguma coisa; ao passo que a gramática não demanda tal determinação⁷⁰. Duas saídas, ao menos, se impõem: abandonar seja a regra da transitividade ou a leitura das categorias como gêneros supremos. Por um lado, como diz Rohr [1978] (p. 384), temos testemunhos suficientes do uso da regra por Aristóteles para não a rejeitar. Verifica-se, por outro lado, duas alusões às categorias através de γένος nas *Categorias*⁷¹. A primeira delas, que aparece na seqüência da última passagem citada, depõe contra a idéia de que as categorias seriam gêneros supremos irreduzíveis uns aos outros:

Ademais, se acontece a uma mesma coisa ser um qual e um relativo, não é absurdo que ela seja enumerada em ambos os gêneros.

ἔτι εἰ τυγχάνει τὸ αὐτὸ ποιὸν καὶ πρὸς τι ὄν, οὐδὲν ἄτοπον ἐν ἀμφοτέροις τοῖς γένεσιν αὐτὸ καταριθμῆσθαι.⁷²

A possibilidade de inclusão de uma coisa na enumeração de duas categorias distintas sucederia porque tal coisa pertenceria de fato a ambas. A outra ocorrência acha-se no décimo capítulo, referindo-se provavelmente às quatro categorias analisadas no opúsculo, no passo 11b₁₅. Nesse contexto, γένος não tem o sentido de “gênero” na acepção forte, enquanto termo

⁶⁹ *Cat.* 8, 11a₂₀₋₃₂.

⁷⁰ Cf. Morales [1994], p. 265.

⁷¹ Rohr [1978] (p. 381-382, n. 20) menciona ainda as seguintes passagens do *Corpus*: *DA* I 1, 402a₂₃₋₂₅; II 1, 412a₆; *APo* I 22, 83b₁₅₋₁₇; 32, 88b₁₋₃; II 13, 96b₁₉₋₂₀; *Phys.* I 6, 189a₁₄; 189b₂₃₋₂₄; V 4, 227b₄₋₆; *Metaph.* Δ 6, 1016b₃₁₋₃₄; Ι 3, 1054b₂₇₋₃₁.

⁷² *Cat.* 8, 11a₃₇₋₃₈.

que se relaciona à espécie de algo. Supomos que ‘gênero’ queira dizer aí algo mais vago como “tipo de coisa”.

Em todo caso, como são introduzidas as categorias nesse opúsculo?

III. As categorias nas *Categorias*

O quarto capítulo das *Categorias* delinea as categorias do seguinte modo:

Cada uma das coisas ditas sem qualquer conexão indica seja uma substância, ou um quanto, ou um qual, ou um relativo, ou um onde, ou um quando, ou um estar posicionado, ou um ter, ou um fazer, ou um ser afetado.

Τῶν κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγομένων ἕκαστον ἦτοι οὐσίαν σημαίνει ἢ ποσὸν ἢ ποιὸν ἢ πρὸς τι ἢ ποῦ ἢ ποτέ ἢ κείσθαι ἢ ἔχειν ἢ ποιεῖν ἢ πάσχειν.⁷³

Uma estranheza nessa enumeração é que, a prescindir das coisas listadas, nada há nesse capítulo que nos remeta expressamente às categorias aristotélicas. Aristóteles recorre aí a uma terminologia introduzida há poucas páginas, sendo necessário passá-la em revista.

Imediatamente após apresentar as noções de homonímia, sinonímia e paronímia, Aristóteles inicia o segundo capítulo das *Categorias* distinguindo, entre as coisas ditas, as que são ditas segundo uma conexão daquelas que o são sem conexão (*Cat.* 2, 1a₁₆₋₁₇: τῶν λεγομένων τὰ μὲν κατὰ συμπλοκὴν λέγεται, τὰ δὲ ἄνευ συμπλοκῆς). Frases como “um homem corre” e “um homem vence” constituem exemplos das primeiras, mas termos como “homem”, “boi”, “corre”, “vence” ilustram as últimas⁷⁴. Esses exemplos atestariam a idéia amplamente aceita de que esse opúsculo versa sobre os termos isolados da proposição⁷⁵, visto que as coisas ditas sem conexão são abordadas no quarto capítulo — suposto núcleo da

⁷³ *Cat.* 4, 1b₂₅₋₂₇.

⁷⁴ Cf. *ibidem*, linhas seguintes.

⁷⁵ Cf. nota 27 acima.

obra. A bem da verdade, nada no segundo capítulo nos obriga a interpretá-lo nesse sentido. Costuma-se antes de tudo averiguar que ‘coisas’ são essas: as coisas expressadas (significadas) pelo discurso ou as expressões (significantes) do discurso⁷⁶? Assim formulada a questão supõe a consideração *isolada* dessas coisas no discurso ou fora dele. Isso se deve a dois aspectos: são coisas ditas (λεγόμενα) sem conexão que estão em jogo e, além disso, elas cumprem uma função literalmente “semântica” (1b₂₆: σημαίνει). Essa pergunta será respondida ao propormos uma solução a esta outra: em que consiste a conexão (συμπλοκή) dessas coisas? Afinal, a primeira indagação ignora um aspecto dessas coisas cuja consideração nos fornece uma via interpretativa relevante, em última análise, para compreender a noção de categoria. Iniciemos então nossa análise tendo em vista solucionar tais questões.

Logo na primeira linha desse capítulo há um dado que pensamos demandar explicação, a saber, Aristóteles assevera que as coisas ditas sem conexão *são ditas* (1a₁₆: λέγεται)⁷⁷. Porfírio parece tê-lo considerado. Segundo esse exegeta, falamos sem conexão quando dizemos “Sócrates” e depois “Platão”, ou então “corre” e depois “vence”⁷⁸. Em outras palavras, tratar-se-ia de um mero proferimento de palavras em seqüência sem que houvesse qualquer conectivo que as colocasse em conjunção. Seria, porém, este o fato visado por Aristóteles? Se o fosse, não se entenderia por que um único termo como κάθηται, “(ele) está sentado”, pode ser uma afirmação, e não algo dito sem conexão:

O <que se encontra> sob a afirmação ou sob a negação, porém, não é de modo algum uma afirmação ou uma negação. Com efeito, a afirmação é uma frase afirmativa e a negação, uma frase negativa, mas nenhuma das coisas <que se encontram> sob a afirmação ou sob a negação é frase. Essas coisas, contudo, também são ditas se oporem umas às outras da mesma maneira que a afirmação e a

⁷⁶ Cf. Bodéüs [2001], p. 77, n. 9. Notemos de antemão que Aristóteles estava cômico dessa distinção e dispunha de meios para expressá-la. Cf., por exemplo, a ocorrência do termo “expressão” (λέξις) em 6b₃₃.

⁷⁷ Supondo que se trate de uma elipse desse verbo na linha subsequente.

⁷⁸ Cf. *In Cat.*, p. 71, 10-11. Talvez Porfírio (ou, antes, Aristóteles) tivesse em mente o passo 262b do diálogo *Sofista* de Platão.

negação. Com efeito, nesses casos também, o modo de oposição é o mesmo, pois, como <sucede> quando a afirmação se opõe à negação — por exemplo, a frase ‘<ele> está sentado’ à frase ‘<ele> não está sentado’ —, da mesma maneira também as coisas <que se encontram> sob uma e outra se opõem.

οὐκ ἔστι δὲ οὐδὲ τὸ ὑπὸ τὴν κατάφασιν καὶ ἀπόφασιν κατάφασιν καὶ ἀπόφασιν· ἡ μὲν γὰρ κατάφασιν λόγος ἐστὶ καταφατικὸς καὶ ἡ ἀπόφασιν λόγος ἀποφατικὸς, τῶν δὲ ὑπὸ τὴν κατάφασιν ἢ ἀπόφασιν οὐδέν ἐστι λόγος. λέγεται δὲ καὶ ταῦτα ἀντικείμενα ἀλλήλοις ὡς κατάφασιν καὶ ἀπόφασιν· καὶ γὰρ ἐπὶ τούτων ὁ τρόπος τῆς ἀντιθέσεως ὁ αὐτός· ὡς γὰρ ποτε ἡ κατάφασιν πρὸς τὴν ἀπόφασιν ἀντίκειται, οἷον τὸ κάθηται-οὐ κάθηται, οὕτω καὶ τὸ ὑφ' ἑκάτερον πρᾶγμα ἀντίκειται, τὸ καθῆσθαι-μὴ καθῆσθαι.⁷⁹

Nesse contexto, *κάθηται* é um *λεγόμενον κατὰ συμπλοκὴν*; no segundo capítulo, entretanto, mais precisamente, em 2a₃, *κάθηται* ilustra um *λεγόμενον ἄνευ συμπλοκῆς*, a saber, um estar posicionado (*κείμενα*).

A presença da conexão não se dá sem mais. Ou seja, não se trata de um simples conectivo que une algumas palavras. A julgar pelos exemplos dados por Aristóteles, são excluídas “conexões” do tipo ‘Platão *e* Sócrates’ ou ‘corre *e* vence’, ou mesmo do tipo ‘homem branco’, que figura numa passagem do *Da Interpretação* como nome complexo. Diversamente do que sugere Ackrill [1963] (p. 73), para quem “homem branco” é uma expressão que envolve conexão, dado ser “homem” uma substância e “branco” um qual. Não nos parece ser o caso, uma vez que em *DI* 2, 16a₂₂₋₂₄, Aristóteles deixa entender que “belo cavalo” (*καλὸς ἵππος*) está entre os nomes complexos (16a₂₄: *πεπλεγμένοις*) e, no entanto, não cita nenhum exemplo desse tipo nas *Categorias*. Ademais, um nome complexo enquanto tal não é passível de ser verdadeiro ou falso, pois nenhuma de suas partes — observa Aristóteles — significa algo em separado. O nome “homem branco” pode se aplicar a alguém, digamos, como apelido (que é uma convenção entre conhecidos), ainda que essa pessoa tenha se submetido a um processo de bronzeamento artificial deixando de ser branca. De fato, esse nome não constitui uma asserção, parafraseando *DA* III 3, 427b₂₀₋₂₁, os nomes dependem de

⁷⁹ *Cat.* 10, 12b₅₋₂₆.

nós por serem fruto de uma convenção, mas não a asserção, por ser necessariamente verdadeira ou falsa. Traço característico da asserção, como veremos mais adiante.

Ademais, os exemplos fornecidos para a categoria ‘onde’ são sintagmas adverbiais: ‘no Liceu’ e ‘na ágora’ (*Cat.* 4, 2a₁₋₂: ποὺ δὲ οἶον ἐν Λυκείῳ, ἐν ἀγορᾷ.). Quer isto dizer que Aristóteles tem em mente uma conexão determinada, e não uma conexão *tout court*.

Ancorado em uma passagem dos *Tópicos*⁸⁰, Bodéüs [2001] (p. 77, n. 9) argumenta que a συμπλοκή em questão nas *Categorias* não é uma conexão estabelecida no e pelo discurso, mas uma ligação existente entre *coisas* simples que vem a constituir as *coisas* compostas. Desse ponto de vista, os λεγόμενα não designam formas de discurso (a asserção e a palavra), conforme se verifique ou não o estabelecimento de uma conexão. Tratar-se-ia de discriminar, em função do discurso, dois aspectos do real, quais sejam, o simples e o complexo. A partir disso, Bodéüs sugere ainda que algumas unidades significativas do discurso teriam a propriedade de analisar a complexidade do real fazendo conhecer os entes simples que o constituem.

No entanto, não pensamos ser esta a distinção operada por Aristóteles a propósito dos λεγόμενα. No passo 1b₂₈ das *Categorias*, Aristóteles exemplifica as coisas ditas sem conexão que indicam substância mencionando “homem” (ἄνθρωπος) e “cavalo” (ἵππος), que são substâncias segundas. Sendo ditas sem conexão, portanto, as substâncias segundas revelam substâncias primeiras, ou seja, indivíduos, entes ontologicamente complexos:

Pois, dentre as coisas predicadas, só essas [*sc.* as espécies e os gêneros das substâncias primeiras] revelam a substância primeira.

μόνα [*sc.* τὰ εἶδη καὶ τὰ γένη τῶν πρώτων οὐσιῶν] γὰρ δηλοῖ τὴν πρώτην οὐσίαν τῶν κατηγορουμένων.⁸¹

⁸⁰ *Top.* VI 11, 148b₂₃.

⁸¹ *Cat.* 5, 2b₃₀₋₃₁.

Por outro lado, se as coisas ditas sem conexão não fossem proferidas em alguma circunstância *sem conexão*, pareceria incongruente a observação feita no quarto capítulo do opúsculo de que por si mesmas elas não são ditas em afirmação alguma, nem são passíveis de serem verdadeiras ou falsas. O sentido dessa consideração parece repousar no fato de o proferimento dessas coisas eventualmente assumir a forma gramatical de uma asserção sem constituir uma. Um falante pode responder a “o que é (isto)?” dizendo “isto é um homem.” Gramaticalmente temos um sujeito e um predicado, embora em termos categoriais não haja predicado. Por essa razão, tampouco pensamos que esses λεγόμενα são expressões do discurso, isto é, palavras significantes enquanto tais.

Veremos na seqüência do presente texto o que confere à conexão sua especificidade. Retenhamos por ora o fato de tais coisas serem ditas, mesmo sem conexão, a fim de confrontá-lo com um trecho do quarto capítulo que oferece uma dificuldade a essa hipótese. Depois de ter exemplificado cada uma das coisas ditas sem conexão, Aristóteles prossegue dizendo o seguinte:

No entanto, cada uma das coisas mencionadas por si mesma não é dita em nenhuma afirmação, mas é pela conexão delas umas em relação às outras que uma afirmação é produzida. Pois toda afirmação parece ser verdadeira ou falsa, mas nenhuma das coisas ditas sem qualquer conexão é verdadeira ou falsa; por exemplo, “homem”, “branco”, “corre”, “vence”.

ἕκαστον δὲ τῶν εἰρημένων αὐτὸ μὲν καθ' αὐτὸ ἐν οὐδεμιᾷ κατάφασιν λέγεται, τῇ δὲ πρὸς ἄλληλα τούτων συμπλοκῇ κατάφασιν γίνεται· ἅπαντα γὰρ δοκεῖ κατάφασιν ἢ τοι ἀληθῆς ἢ ψευδῆς εἶναι, τῶν δὲ κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγομένων οὐδὲν οὔτε ἀληθὲς οὔτε ψεῦδός ἐστιν, οἷον ἄνθρωπος, λευκόν, τρέχει, νικά.⁸²

Esse passo acresce um traço às coisas ditas segundo uma conexão, que é serem passíveis de verdade ou falsidade. O que nos permite responder à supracitada indagação acerca do que seria a conexão estudada nesses capítulos iniciais das *Categorias*: é a

⁸² *Cat.* 4, 2a₄₋₇.

predicação, isto é, a atribuição de um predicado a um sujeito. Nos termos da *Poética*⁸³, trata-se de uma figura da linguagem bem caracterizada: a *asserção* (ἀπόφανσις), cujas modalidades são a afirmação e a negação⁸⁴. De modo que o dito ‘amputemos esse cavalo ferido’ não é algo dito em conexão, pois isso é um pedido (ou uma ordem)⁸⁵, como reza o quarto capítulo de *Da interpretação*:

[...] o pedido é certamente um discurso, mas que não é verdadeiro nem falso.

ἢ εὐχὴ λόγος μὲν, ἀλλ' οὐτ' ἀληθῆς οὔτε ψευδής.⁸⁶

O trecho das *Categorias* acima referido seria o mais decisivo a corroborar a tese supramencionada de que esse opúsculo teria por objeto de estudo os termos da asserção considerados isoladamente. Surge assim a questão de saber como compatibilizar essa tese com o dado que ressaltamos, qual seja, o fato de as coisas ditas sem conexão serem, em todo caso, ditas no contexto assinalado.

IV. As categorias e os relativos: uma perspectiva interpretativa

Aristóteles observa o fato de as coisas ditas sem conexão não figurarem em afirmação alguma e ser, antes, a sua conexão o que vem a engendrar uma afirmação. Do ponto de vista gramatical, o que evidencia a oposição entre essas duas orações é o emprego das partículas μέν... δέ..., ao lado das quais aparecem, respectivamente, καθ' αὐτό (“por si”) e πρὸς ἄλληλα (“umas em relação às outras”). Pensamos que essa oposição entre esses dois sintagmas não é gratuita, visto que é com o seu auxílio que Aristóteles qualifica a conexão focada. Aristóteles parece tomar por suposto que a conexão das categorias não se dá sem

⁸³ Cf. *Poet.* 19, 1456b₁₀: τὰ σχήματα τῆς λέξεως.

⁸⁴ Cf. *DI* 5, 17a₈₋₉.

⁸⁵ Diversamente do que pensa Bodéüs [2001], p. 87, n. 9.

⁸⁶ *DI* 4, 17a₄.

mais, mas umas *em relação às* outras. Em outras palavras, os termos da predicação seriam relativos no sentido “técnico”, a saber, como *πρός τι*⁸⁷. Sem embargo, vários tradutores modernos entendem o sintagma como se desempenhasse uma função meramente enfática, razão pela qual não incluem na tradução a palavra “relação”⁸⁸.

Nesse sentido, é digno de nota que, embora não faça menção desse sintagma ao comentar as linhas 2a₆₋₇ das *Categorias*, Porfírio sinta necessidade de qualificar a conexão:

Porque nenhuma categoria por si é uma afirmação, mas é pela conexão *de certo tipo* que uma afirmação é produzida.

ὅτι καθ' ἑαυτὴν οὐδεμία κατηγορία πρότασις ἐστίν, ἀλλὰ τῇ ποιᾷ συμπλοκῇ πρότασις γίνεται.⁸⁹

Contudo, se lermos essa oposição feita por Aristóteles no quarto capítulo da maneira que propomos, algumas questões e dificuldades prontamente se impõem.

Uma dificuldade advém da aparente transformação de todas as categorias em relativos, algo que Aristóteles explicitamente se empenha em não fazer nas *Categorias*. Em várias passagens nos capítulos concernentes às próprias categorias, há uma discussão de casos litigiosos que tenderiam a uma espécie de sobreposição categorial e que estão ligados à categoria dos relativos. Além disso, poder-se-ia levantar duas objeções. Primeiramente, Aristóteles não poderia ter exprimido o que quis de outra forma em seu idioma, de sorte que não se pode depreender do emprego de *πρὸς ἄλληλα* qualquer tese em particular. Em segundo lugar, admitindo que esse emprego seja, por assim dizer, intencional, não se encontra nele qualquer indício de um sentido não trivial que nos autorizasse a interpretá-lo como

⁸⁷ Agradeço ao prof. Cláudio Veloso a sugestão dessa idéia, embora eu não saiba se ele aprovaria o seguimento que dei a ela. De modo que qualquer erro é de minha inteira responsabilidade.

⁸⁸ Por exemplo: Ackrill [1963], p. 5: *with one another*; Angioni [2006], p. 196: *uns com os outros*; Bodéüs [2001], p. 6: *unes avec les autres*; Santos [1995], p. 39: *umas com as outras*.

⁸⁹ *In Cat.*, p. 87, 31-32. Grifo nosso.

qualificando a conexão; afinal, é de todo implausível sustentar que Aristóteles entendia estar em jogo a categoria de relação para todo uso da preposição *πρός*⁹⁰.

A propósito do modo como a noção de conexão é utilizada nas *Categorias*, costuma-se remontá-lo ao diálogo *Sofista* de Platão⁹¹. Em uma das passagens desse diálogo, torna-se imprescindível resguardar a possibilidade ontológica do discurso sob pena de impossibilitar a existência da própria filosofia⁹². Essa seria a consequência drástica de separar todas as coisas de tudo, pois o discurso vem a ser para nós por causa da conexão das formas umas com as outras (259e₆₋₇: διὰ γὰρ τὴν ἀλλήλων τῶν εἰδῶν συμπλοκὴν ὁ λόγος γέγονεν ἡμῖν). Ora, aqui está uma resposta à primeira objeção, uma vez que o texto de Platão dá testemunho de uma formulação semelhante à que encontramos nas *Categorias* sem o auxílio de *πρός*. Aliás, se a oposição operada no quarto capítulo do opúsculo fosse simplesmente entre *αὐτὸ καθ' αὐτό* e *συμπλοκή*⁹³, Aristóteles poderia ter dispensado de todo o pronome recíproco, porquanto o objeto da conexão encontra-se explicitado por meio de *τούτων* (2a₆)⁹⁴. E é precisamente isso o que sucede em um trecho da obra *Sobre a geração e a corrupção*⁹⁵. Aristóteles diz aí que, segundo Leucipo e Demócrito, as primeiras grandezas (*μεγέθη*) foram, pela conexão delas (*τῇ συμπλοκῇ τούτων*), geradoras de todas as coisas. Convém ressaltar, nesse contexto, que a conexão se dá entre os seus elementos sem restrições; diversamente, como procuramos mostrar, do que acontece com a conexão estudada nos segundo e quarto capítulos das *Categorias*, o que justifica uma sua qualificação. Por que Aristóteles teria marcado essa oposição, senão pelo motivo que assinalamos? Oposição, de resto, que ocorre a

⁹⁰ Agradeço ao meu orientador, prof. Fernando Rey Puente, essas objeções, pois sem elas não teria percebido aspectos do texto que, a meu ver, se não corroboram, fundamentam as hipóteses interpretativas aqui sustentadas.

⁹¹ Cf., por exemplo, Ackrill [1963], p. 73 e Angioni [2006], p. 163.

⁹² Cf. *Soph.*, 259e-260b.

⁹³ Como sugere Angioni [2006], p. 168.

⁹⁴ Curiosamente, em sua tradução das *Categorias*, que integra a obra *The Works of Aristotle Translated into English* editada por W.D. Ross, E.M. Edghill omite o sintagma: *it is by the combination of such terms that positive or negative statements arise* (2a₆₋₇).

⁹⁵ Cf. *DC* III 4, 303a₇; citado em LSJ, s. v. *συμπλοκή*.

respeito de relativos no opúsculo. Tendo declarado a ausência de contrariedade no caso da quantidade, Aristóteles analisa casos litigiosos que seriam contrários, como o muito e o pouco ou o grande e o pequeno⁹⁶. Mas Aristóteles nega que essas coisas sejam quantidades. Elas são inclusas nos relativos, “pois nada é dito grande ou pequeno por si mesmo, mas são referidos em relação a uma coisa diversa” (5b₁₆₋₁₈: οὐδὲν γὰρ αὐτὸ καθ’ ἑαυτὸ μέγα λέγεται ἢ μικρόν, ἀλλὰ πρὸς ἕτερον ἀναφέρεται).

Quanto à segunda objeção, não se pode deixar de reconhecer que considerar todas as ocorrências de πρὸς como alusivas à categoria de relação é um absurdo⁹⁷. Mas isso não impossibilita que seja conferido à preposição um sentido específico em certos contextos. Investiguemos o sintagma πρὸς ἄλληλα, que aparece mais vezes no texto. No sexto capítulo, as ocorrências estão associadas às partes de um quanto que ocupam uma posição (θέσις, que é um relativo⁹⁸) umas em relação às outras. As partes estão em relação enquanto ocupantes de uma posição⁹⁹. Das duas outras ocorrências, presentes no décimo capítulo, que versa sobre os opostos, uma¹⁰⁰, em consonância com a primeira definição dos relativos, como veremos, reitera o recurso a πρὸς como sendo uma maneira geral de se reportar aos relativos; e a outra¹⁰¹, ainda mais relevante para a nossa hipótese de leitura, acha-se em um trecho no qual, após ter apresentado os opostos relativos, Aristóteles passa à consideração dos opostos contrários. Nesse ponto, ele nos diz que os opostos contrários não são de modo algum ditos serem o que são uns em relação aos outros (πρὸς ἄλληλα), mas são, diferentemente, ditos contrários uns dos outros (ἀλλήλων). A caracterização dos contrários se dá, portanto, pela

⁹⁶ Cf. *Cat.* 6, 5b_{16-18, 20-22, 31-32}.

⁹⁷ Das 135 ocorrências dessa preposição nas *Categorias*, presumimos haver 22 ocorrências que não significam *relação*. São elas: 4b_{26, 27, 29, 35, 36}; 5a_{2, 3, 5, 7, 10, 12} (2 ocorrências), 13, 19, 22, 26 (que fazem parte do sintagma συνάπτειν πρὸς τι, “estar em contato com algo”); 6a_{13, 15}; 8a₃₂; 10a₁₂; 12b₁₂ e 13a₂₇.

⁹⁸ Cf. *Cat.* 7, 6b₂₋₃.

⁹⁹ Cf. *Cat.* 6, 4b₂₁; 5a_{15, 17, 22, 25, 26}.

¹⁰⁰ Cf. *Cat.* 10, 11b₃₃.

¹⁰¹ Cf. *ibidem*, linha seguinte.

ausência de relação, assinalada por $\pi\rho\acute{o}s$. Tal fato atesta justamente que Aristóteles estava ciente do sentido filosófico emprestado à preposição nas *Categorias*.

Nossa hipótese é a de que o contraste entre $\alpha\upsilon\tau\acute{o}$ $\kappa\alpha\theta'$ $\alpha\upsilon\tau\acute{o}$ e $\pi\rho\acute{o}s$ $\acute{\alpha}\lambda\lambda\eta\lambda\alpha$ tem razão de ser porque, por um lado, as coisas ditas sem conexão, ou melhor, cada uma delas por si mesma só é dita por um falante a outro em um contexto específico, embora isso não constitua uma asserção; e, por outro, porque é segundo uma conexão determinada que essas coisas ditas vêm a constituir uma asserção, isto é, conforme a relação existente entre os seus termos. Os argumentos mobilizados até este ponto, não obstante serem necessários para tornar lícita essa hipótese, não são suficientes para fundá-la de modo inequívoco. À vista disso, pretendemos exhibir a sua fertilidade examinando o que significa compreender a predicação como relação. Qual é, afinal, o resultado disso para a interpretação da noção de categoria presente no opúsculo?

3

De Quantos Modos a Predicação é Dita nas *Categorias* de Aristóteles?

I. Observações preliminares

Freqüentemente opera-se uma distinção concernente à predicação em Aristóteles. Considera-se haver, de um lado, a predicação essencial e, de outro, a predicação accidental. Concordamos com a conceituação efetuada por Angioni [2006] (p. 17):

Por *predicação*, entende-se [*sc.* em Aristóteles] o enunciado que (i) possui a forma “S é P” ou alguma forma equivalente e redutível àquela, (ii) pretende reportar-se a fatos dados no mundo e, assim, apresenta-se como pretensão de constatação ou registro desses fatos — o que [...] consiste em dizer que ela é uma pretensão de verdade.

O autor prossegue apresentando os nomes e verbos usados por Aristóteles para designar essa noção: (a) κατηγορεῖσθαι (“ser predicado”), κατηγορεῖν (“predicar”) e κατηγορία (“categoria”); (b) ἀπόφανσις (“asserção”); (c) πρότασις (“proposição”); (d) κατάφασις (“afirmação”); (e) συμπλοκή (“conexão”) e συμπλέκω (“conectar”)¹⁰². À exceção de ἀπόφανσις, todos os termos — ressalva Angioni — podem designar outros conceitos a depender do contexto. Nas *Categorias* em particular, encontram-se ocorrências do

¹⁰² Cf. Angioni [2006], p. 17.

primeiro grupo de termos, bem como a noção de *συμπλοκή*, como vimos. Basicamente, as predicções essenciais envolvem uma atribuição por sinonímia, ou seja, entre uma espécie e um indivíduo que é por ela abarcado, ou entre uma espécie e um gênero que a subsuma, ou ainda entre um gênero e um gênero superior que o englobe. No vocabulário das *Categorias*, uma predicção essencial é aquela na qual tanto o nome quanto a definição do predicado se aplicam ao sujeito; por exemplo: “Sócrates é homem”, “Branco é cor”. Esses predicados satisfazem a transitividade posta no terceiro capítulo do opúsculo. Daí serem também denominadas “homogêneas”. Diferentemente, as predicções “heterogêneas”, são aquelas em que o sujeito e o predicado pertencem a gêneros diversos, portanto, aquelas em que o nome do predicado se aplica ao sujeito, mas não a sua definição. Ilustram estas últimas, frases como “Sócrates é branco”.

Uma dificuldade prontamente emerge do fato de, afora as ocorrências dos substantivos *συμπλοκή* e *κατηγορία*, as demais ocorrências que marcam a noção de predicção nos dois sentidos sucederem por meio do mesmo verbo, qual seja, *κατηγορεῖσθαι*¹⁰³.

Como demarcar os dois usos? Correspondem aos dois sentidos distinguidos acima? Podemos depreender desses usos alguma interpretação que clarifique a noção de categoria no opúsculo? É o que ora intentamos perquirir.

II. Inerência

No segundo capítulo das *Categorias*, Aristóteles estipula uma divisão quaternária dos entes (1a₂₀: τῶν ὄντων) lançando mão de dois critérios: *ser dito de um sujeito* (καθ’ ἑ

¹⁰³ As ocorrências da forma verbal aparecem no terceiro capítulo (1b₁₀, 11, 13, 14, 22, 23), no quinto (2a₂₁, 22, 23, 25, 27, 28, 30, 31, 33, 37; 2b₁₆, 20, 31; 3a₄, 16, 17, 19, 25, 28, 35, 38; 3b₂, 4) e no décimo (12a₁, 7, 14, 16, 40; 12b₂₉).

ὑποκειμένου λέγεσθαι) e *estar em um sujeito* (ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι)¹⁰⁴. A conjugação desses critérios e suas respectivas negações resulta no que se denominou “quadrado ontológico”¹⁰⁵:

	É DITO DE UM SUJEITO	NÃO É DITO DE UM SUJEITO
NÃO ESTÁ EM UM SUJEITO	substâncias universais	substâncias singulares
ESTÁ EM UM SUJEITO	entes não-substanciais universais	entes não-substanciais singulares

Pode-se pensar que os dois critérios são modalidades de predicação¹⁰⁶. A primeira seria a predicação propriamente dita e a segunda, a inerência. No âmbito da primeira modalidade, teríamos a predicação essencial, ao passo que, no da segunda, está em questão a inerência de um acidente a um sujeito. Poderíamos ter-nos por satisfeitos diante do quadro assim configurado, bastando-nos confrontar essas duas modalidades com as passagens em que são empregadas. No entanto, como apontamos acima, assim como a expressão “ser predicado de”, “ser dito de” é usada (a) ora para assinalar a inerência de uma não-substância a uma substância, (b) ora para atribuir sinonimicamente um predicado a um sujeito:

(a) “um corpo é dito branco.”

λευκὸν γὰρ σῶμα λέγεται.¹⁰⁷

(b) “homem é dito de um sujeito, um certo homem.”

ἄνθρωπος καθ’ ὑποκειμένου λέγεται τοῦ τινὸς ἀνθρώπου.¹⁰⁸

¹⁰⁴ Cf. *Cat.* 2, 1a₂₀-b₉; 5, 2a₁₁₋₁₄, 2a₂₇-b₆, 2b₁₅₋₁₇, 3a₇₋₃₂. Cabe ressaltar que esse par aparece no quarto capítulo do livro IV dos *Tópicos*, mais especificamente, em 127b₁₋₄. G.E.L. Owen [1965] (p. 97) verte as ocorrências de ὑπάρχειν em *Cat.* 10, 11b₃₈-12a₁₇ para o inglês com “*belonging to something*”, subentendendo a inerência. Com isso, ele conta esse trecho no grupo daqueles em que figuram os dois critérios mencionados. Acompanhamos Ackrill [1963] (p. 109), para quem os critérios não estariam em questão nessa passagem, segundo a qual é necessário estar presente (ὑπάρχειν) um ou outro dos atributos dicotômicos (i.e. que não admitem intermediários entre si, como saúde e doença) no sujeito relevante.

¹⁰⁵ Sobre esse tópico, ver Angelelli [1985].

¹⁰⁶ Cf., por exemplo, Puente [2001], p. 28; Veloso [2004], p. 585.

¹⁰⁷ *Cat.* 5, 2a₃₂.

¹⁰⁸ *Ibid.*, 2a₂₁₋₂₂.

Começemos nosso exame pela inerência. Aristóteles precisa o sentido da expressão “estar em um sujeito” (ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι) dizendo:

Por ‘<estar> em um sujeito’ quero dizer o que pertence a algo, não como parte, e é impossível existir separadamente daquilo em que está.

ἐν ὑποκειμένῳ δὲ λέγω ὃ ἐν τινι μὴ ὡς μέρος ὑπάρχον ἀδύνατον χωρὶς εἶναι τοῦ ἐν ᾧ ἐστίν.¹⁰⁹

Mantendo-se fiel ao espírito “analítico” da série na qual é publicada sua tradução das *Categorias*¹¹⁰, Ackrill [1963] (p. 74) analisa a definição de inerência em termos de condições necessárias e suficientes. À primeira vista, essa definição comportaria duas condições. Para que possamos afirmar que x está em y , é necessário e suficiente que (i) x não seja uma parte de y e (ii) x seja inseparável de y . Ackrill nota, no entanto, uma incongruência nessa definição: “estar em x ” não é definido simplesmente como ‘capaz de existir separadamente de x ’, mas como ‘**em** x , não como uma parte de x , e incapaz de existir separadamente daquilo **em** que está’. De acordo com o comentador, não é possível que o sentido das duas ocorrências de ‘em’ no *definiens* coincida com o daquele que ocorre no *definiendum*, pois que alguém ainda não familiarizado com o seu sentido técnico, a ser explicado, não o poderia entender. Destarte, ele atribui a essas duas ocorrências um sentido não-técnico, ordinário. Acresça-se a isso uma dificuldade. Quando Aristóteles estipulou esse critério, pensava provavelmente em expressões correntes no idioma grego antigo como ‘saúde no corpo’ ou ‘coragem em Sócrates’. O problema que emerge disso, assevera Ackrill, é que nem todas as categorias não-substanciais podem ser naturalmente descritas na linguagem ordinária como estando *em* substâncias. Um relativo dificilmente pode ser dito inerir a uma substância, por exemplo,

¹⁰⁹ *Cat.* 2, 1a₂₄₋₂₅.

¹¹⁰ Leia-se o terceiro capítulo de Berti [1992], a propósito da leitura de Aristóteles à maneira da filosofia analítica. Berti [1992] (p. 163, n. 51) aponta o fato de J.M.E. Moravcsik ter incluído a tradução e o comentário de Ackrill dos cinco primeiros capítulos das *Categorias* em sua obra *Aristotle. A collection of critical essays* de 1968 como exemplos desse tipo de leitura, isto é, “analítica”.

‘dobro em 10 pessoas’; pelo contrário, dizemos o ‘dobro *de* 10 pessoas’. Ackrill sugere que entendamos a definição do seguinte modo:

x está em y (no sentido técnico) se e somente se

(i) é possível dizer naturalmente na linguagem ordinária que x está em y ,

ou que x é de y , ou que x pertence a y , ou que y tem x , (ou que...);

(ii) x não é uma parte de y ;

(iii) x é inseparável de y .

A terceira condição implica que somente *indivíduos* não-substanciais podem estar *em* substâncias individuais. Não se pode falar que a virtude está em Ubaldo, porque poderia haver virtude mesmo sem Ubaldo. Somente esta virtude singular, a saber, a virtude de Ubaldo, está *em* Ubaldo. Conforme assegura Ackrill [1963] (p. 74-75):

Para que uma propriedade esteja em um tipo de substância, não basta que algumas ou todas as substâncias daquele tipo tenham aquela propriedade, nem é necessário que todas as substâncias daquele tipo a possuam; o que é requerido é que todos os casos dessa propriedade pertençam a alguma substância individual daquele tipo. Assim a inerência de uma propriedade em um tipo de substância deve ser analisada considerando-se a inerência de indivíduos dessa propriedade em substâncias individuais daquele tipo.¹¹¹

Por conseguinte, propriedades singulares não seriam compartilháveis por mais de um sujeito¹¹². Mas se as coisas sucedem assim, como entender o passo 2a₃₄-b₆? Nele lê-se que as substâncias primeiras são sujeitos para todas as demais coisas, as que são ditas delas e as que

¹¹¹ *For a property to be in a kind of substance it is not enough that some or every substance of that kind should have that property, nor necessary that every substance of that kind should have it; what is requisite is that every instance of that kind should belong to some individual substance of that kind. Thus the inherence of a property in a kind of substance is to be analysed in terms of the inherence of individual instances of the property in individual substances of that kind.*

¹¹² Idéia atestada já por Porfírio, *In Cat.*, p. 75, 32-76, 8, cujo exemplo de concomitante particular é uma certa gramática: “uma certa gramática é, digamos, a de Aristarco” (*In Cat.*, p. 75, 38-76, 1: ἔστι δὲ τις γραμματικὴ ἢ Ἀριστάρχου φέρε εἰπεῖν). Além disso, ante a dificuldade de saber por que Sócrates não é um concomitante — pois que Sócrates *está em* um lugar, embora não pertença a ele como parte, não pode existir a não ser em um lugar —, Porfírio responde do seguinte modo: “porque o concomitante que está em um certo corpo não pode abandonar este corpo e surgir em vários em seguida, e, embora Sócrates não seja separável do lugar, ele pode se separar deste lugar” (*In Cat.*, p. 79, 16-18: ὅτι τὸ συμβεβηκὸς ἔν τινι σώματι ὃν οὐ δύναται ἀπολιπεῖν τοῦτο τὸ σῶμα καὶ ἐν ἄλλῳ καὶ ἄλλῳ γενέσθαι, ὁ δὲ Σωκράτης τόπου μὲν οὐ χωρίζεται, τοῦδε δὲ τοῦ τόπου χωρίζεται).

a elas inerem. Aristóteles busca sustentar essa tese recorrendo à evidência dos casos particulares:

E isso é evidente pelos exames de casos <que envolvem coisas> singulares; por exemplo, o animal é predicado do homem, portanto também de um certo homem. Pois se não o fosse dos homens singulares, tampouco o seria do homem em geral. Por sua vez, a cor está no corpo, portanto também em um certo corpo. Pois se não estivesse em nenhum dos singulares, tampouco estaria no corpo em geral.

τοῦτο δὲ φανερόν ἐκ τῶν καθ' ἕκαστα προχειριζομένων ὅσον τὸ ζῷον κατὰ τοῦ ἀνθρώπου κατηγορεῖται, οὐκοῦν καὶ κατὰ τοῦ τινὸς ἀνθρώπου, - εἰ γὰρ κατὰ μηδενὸς τῶν τινῶν ἀνθρώπων, οὐδὲ κατὰ ἀνθρώπου ὅλως· - πάλιν τὸ χρῶμα ἐν σώματι, οὐκοῦν καὶ ἐν τινὶ σώματι· εἰ γὰρ μὴ τινὶ τῶν καθ' ἕκαστα, οὐδὲ ἐν σώματι ὅλως.¹¹³

Essa passagem contradiz o corolário da terceira condição inferido por Ackrill. Aristóteles estabelece a existência das substâncias primeiras como condição necessária para que possamos nos reportar aos entes por termos universais. Em outras palavras, diversamente do que sugere esse intérprete, é lícito falar da inerência de uma propriedade em um sujeito, sem que se trate aí de singulares, desde que a condição exigida por Aristóteles esteja satisfeita.

Owen [1965] levanta outra possibilidade interpretativa criticando um dogma cuja admissão Ackrill [1963] e outros¹¹⁴ imputam a Aristóteles. O dogma consiste em crer que entes não-substanciais singulares não se encontram em mais de um sujeito. Seguem-se duas conseqüências disso: (α) identificar qualquer indivíduo outro que uma substância implicaria a identificação da substância individual que é o seu único possuidor; e (β) qualquer não-substância cuja identificação *não* satisfaça (α) *não* pode ser dito estar em sujeito individual algum¹¹⁵. Cabe ressaltar que, se concedesse que (α) fosse verdadeiro, Aristóteles seria obrigado a sustentar que ao se *perceber* um branco singular, *percebe-se* imediatamente aquilo

¹¹³ *Cat.* 5, 2a₃₅-b₃.

¹¹⁴ Ele cita, por exemplo, Porfírio e Anscombe & Geach [1961], p. 7-10.

¹¹⁵ Cf. Owen [1965], p. 100.

a que inere o branco. Nos termos da obra *Sobre a alma*, isso equivaleria a tomar um perceptível por concomitância como se o fosse por si¹¹⁶: diante do branco que inere à superfície de uma mesa singular, seríamos capazes de apreender perceptivelmente a mesa. Mas justamente nossos sentidos não são em nada afetados pela mesa enquanto tal, como reza o passo 418a₂₀₋₂₄ do sexto capítulo do segundo livro dessa obra.

O dogma acarreta a opinião de que atributos gerais não inerem a indivíduos, bem como atributos singulares não estão em mais de um sujeito. Diante desse quadro, Owen propõe algumas objeções à presumida adoção do dogma por Aristóteles. Caso o estagirita o endossasse, seria essencial que ele distinguisse o que subjaz aos indivíduos não-substanciais daquilo que subjaz aos entes universais não-substanciais. Esperaríamos um exemplo que apresentasse um sujeito singular para uma propriedade singular. Aristóteles, não obstante, ilustra a noção de inerência, tanto (i) para o singular quanto (ii) para o universal, mencionando um ente universal:

(i) Por exemplo, uma certa gramática está em um sujeito, *na alma*, mas não é dita de sujeito algum; e um certo branco está em um sujeito, *no corpo*, (pois toda cor está em um corpo), mas não é dito de sujeito algum.

ὄλον ἢ τις γραμματικὴ ἐν ὑποκειμένῳ μὲν ἔστι τῇ ψυχῇ, καθ' ὑποκειμένου δὲ οὐδενὸς λέγεται, καὶ τὸ τὸ λευκὸν ἐν ὑποκειμένῳ μὲν ἔστι τῷ σώματι - ἅπαν γὰρ χρῶμα ἐν σώματι -, καθ' ὑποκειμένου δὲ οὐδενὸς λέγεται.¹¹⁷

(ii) Por exemplo, a ciência está em um corpo, *na alma*, mas é dita de um sujeito, da gramática.

ὄλον ἢ ἐπιστήμη ἐν ὑποκειμένῳ μὲν ἔστι τῇ ψυχῇ, καθ' ὑποκειμένου δὲ λέγεται τῆς γραμματικῆς.¹¹⁸

Estes seriam indícios negativos. Há uma passagem que depõe mais decisivamente contra esse suposto endosso, a saber, o passo 2a₃₅-b₃ citado anteriormente por nós¹¹⁹. Owen [1965] levanta ainda outras duas objeções. Em primeiro lugar, se todo indivíduo não-

¹¹⁶ Cf. *DA* II 6.

¹¹⁷ *Cat.* 2, 1a₂₅₋₂₉. Grifo nosso.

¹¹⁸ *Ibid.*, 1b₁₋₃. Grifo nosso.

¹¹⁹ Cf. nota 113 acima.

substancial só pudesse ser identificado como sendo tal *de* alguma coisa singular, todos os entes não-substanciais seriam transferidos para a categoria dos relativos, satisfazendo inclusive o corolário decorrente da segunda definição¹²⁰. Redução que, sem dúvida, Aristóteles não admite. Lembremo-nos dos casos litigiosos concernentes às categorias examinadas nas *Categorias*, que amiúde envolvem o risco de uma sobreposição categorial. Em segundo lugar, há o paradoxo da implicação, segundo o qual:

Se *x* é um indivíduo, o enunciado de que um *y* particular (digamos, uma cor particular) está em *x* não implicará, mas, na verdade, impedirá dizer que *y* sem mais está em *x*.¹²¹

As coisas se passam como se não fosse possível — ou, ao menos, seria equivocado — falar, digamos, da cor desconsiderando a superfície particular a que inere. Afinal, toda cor é cor de algo singular. Se alguém pergunta qual é a cor de Hulk e responde-se ‘o verde de Hulk’, pode-se pensar que a resposta é pouco informativa. Ao se tentar isolar a informação relevante, o dogma elimina a resposta como equivocada: ‘a cor no corpo de Hulk é verde’. O verde não poderia figurar em uma frase sem referência apropriada ao seu possuidor.

Aristóteles ilustra os entes inerentes a um sujeito sem serem deste ditos com “um certo branco” (que está em um corpo) e “uma certa gramática” (que está em uma alma)¹²². Assim, se estendermos o corolário para outros exemplos de categorias não-substanciais, revela-se desprovido de sentido. Examinemos o exemplo da gramática. Caso admitamos como verdadeira a hipótese de Ackrill, teremos de negar a existência de conhecimentos singulares que pudessem ser compartilhados. Ou seja, é como admitir que o saber ler a frase *ἔγω οὐκ εἶμι Σωκράτης* de Beatriz inere somente a Beatriz, de sorte que deveríamos falar do saber ler essa frase de Paula ou o de Astolfo entendendo que não são idênticos. Com efeito, nessa

¹²⁰ Cf. *Cat.* 7, 8a₃₅-b₁₅.

¹²¹ Cf. Owen [1965], p. 101: *If X is an individual, the statement that a particular Y (say a particular colour) is in X will not entail but actually preclude saying that Y without qualification is in X.*

¹²² Cf. *Cat.* 2, 1a₂₅₋₂₆: ἡ τις γραμματική; 1a₂₇: τὸ τὶ λευκόν.

hipótese, não se pode dizer que um mesmo saber inere a Beatriz, Paula e Astolfo. O que é um absurdo, uma vez que se pode aprender a ler tal frase sem Beatriz, Paula ou Astolfo, embora, para que exista como tal, seja necessário inerir, ao menos, a um sujeito.

Outro contra-exemplo mobilizado por Owen refere-se ao tamanho: mais de um corpo pode ter a *mesma* altura. Bruno e Silvia podem ambos medir 1,68 metro de altura. Aliás, ser *igual* (ou desigual) é próprio da quantidade:

Mas é principalmente próprio do quanto o ser dito igual e desigual. [...] Dentre as demais coisas, porém, tudo que não é quanto — pareceria — não é, certamente, dito igual e desigual. A disposição, por exemplo, não é, certamente, dita igual e desigual, mas antes semelhante; e o branco não é, certamente, dito igual e desigual, mas semelhante.

ἴδιον δὲ μάλιστα τοῦ ποσοῦ τὸ ἴσον τε καὶ ἄνισον λέγεσθαι. [...] τῶν δὲ λοιπῶν ὅσα μὴ ἔστι ποσόν, οὐ πάνυ ἂν δόξαι ἴσον τε καὶ ἄνισον λέγεσθαι, οἷον ἢ διάθεσις ἴση τε καὶ ἄνισος οὐ πάνυ λέγεται ἀλλὰ μᾶλλον ὁμοία, καὶ τὸ λευκὸν ἴσον τε καὶ ἄνισον οὐ πάνυ, ἀλλ' ὅμοιον.¹²³

Um problema adicional que levantamos para os defensores do dogma advém de uma passagem do primeiro livro da *Metafísica*¹²⁴. Ali Aristóteles nos diz que o que habilita um homem a possuir a técnica de cura, a medicina, é ter ele apreendido noções universais concernentes às diversas doenças e seus respectivos sintomas nos enfermos. O objeto de cura do médico, não obstante, não é o universal (o homem), e sim os homens singulares. Ora, se as doenças singulares fossem entendidas à luz do dogma, então a medicina não seria possível como técnica, a não ser, talvez, como prática empírica (ἐμπειρία) — sendo sempre concernente a singulares; por exemplo, a febre de Sócrates, a febre de Cálias, etc, sendo impossível existir uma noção universal acerca da febre.

¹²³ *Cat.* 6, 6a₂₆₋₃₅.

¹²⁴ Cf. *Metaph.* A 1, 981a₅₋₂₀.

Pensamos que, no contexto das *Categorias*, o emprego de “um certo” (τίς, τί), assim como na expressão τόδε τι¹²⁵, no caso dos indivíduos não-substanciais assinala a individualidade do ente, não por um aspecto intrínseco a ele próprio, mas pelo fato de não consistir apenas em ser não-substancial. Ele pertence efetivamente a uma substância primeira. Em outros termos, não nos parece, por exemplo, que a expressão “um certo azul” queira dizer “um matiz determinado da cor azul”, uma *infima species* de azul, e sim “o azul presente em tal e tal corpo”. O que não equivale a assumir que atributos singulares não se encontram em mais de um sujeito. Para retomar o exemplo da gramática, é o mesmo saber ler a frase ἔγω οὐκ εἰμι Σωκράτης que está em Beatriz, Paula e Astolfo, que poderíamos considerar como sendo uma certa gramática em cada um desses sujeitos. E, graças a isso, diz-se que uma certa gramática inere à alma. Esta seria a razão pela qual Aristóteles discrimina substâncias *primeiras* e *segundas*, mas não o faz a propósito das não-substâncias.

Owen [1965] (p. 104) julga, finalmente, haver duas possibilidades de leitura da terceira cláusula da definição de inerência: é impossível que x exista separadamente daquilo em que está¹²⁶. Pode-se pensar que aquilo em que x está é a mesma coisa que aquilo de que ele não é parte (segunda cláusula), como Ackrill sustenta. Por outro lado, nada impede que se entenda — e é o que Owen defende — que a terceira cláusula sugira um terceiro elemento. Ou seja, um sujeito diverso daquele da efetiva inerência de x a y . A proposta de Owen resultaria na seguinte análise:

x está em y se e somente se

- (i) x pertence a y ;
- (ii) x não é uma parte de y ;
- (iii) x não pode existir sem que alguma coisa o contenha (é necessário existir uma coisa z , tal que x pertença a z).

¹²⁵ Cf. Smith [1921] e Veloso [2000] e [2004], p. 612-615.

¹²⁶ Cf. nota 109 acima.

Assim, admitir que não haja branco ou um certo branco separado daquilo que os contém equivale a admitir que alguma coisa deve contê-los se existem de fato.

Há ainda uma terceira abordagem importante do tema feita por Michael Frede [1978]. A motivação de Frede emerge de três dificuldades impostas pela divisão operada no segundo capítulo das *Categorias*: como é possível falar de indivíduos no caso de não-substâncias? Como pode haver uma noção unívoca de ser um indivíduo que se aplica tanto a objetos (i.e. substâncias) quanto a propriedades (i.e. não-substâncias)? Que tipos de objetos são os objetos gerais, os gêneros e as espécies?

Segundo Frede [1978] (p. 50), o primeiro uso do termo ἄτομον — literalmente, “indivisível” — para denotar “indivíduo” encontra-se nas *Categorias*, a saber, nos passos 1b₆; 3a_{35, 38, 39}; 3b_{2, 7, 12}. E o que Aristóteles pretende com esse uso do termo ἄτομον? Em *Cat.* 2, 1b₆₋₇ e 5, 3b₁₂, o termo é glosado por “o que é um por número” (ἐν ἀριθμῷ). Por vezes, essa expressão contrasta com “um por espécie”, ou “um por gênero”. A unidade em questão deve ser de um tipo especial. Coisas *genericamente* unas não são divisíveis pelo gênero, assim como coisas *especificamente* unas não o são pela espécie; mas o primeiro grupo de coisas pode ser especificamente dividido, ao passo que o segundo pode ser *numericamente* dividido. Isso sugere que tanto o primeiro grupo como o segundo são unos sob um aspecto, mas divisíveis sob outro. Quanto aos indivíduos, entretanto, sob aspecto algum são divisíveis — o que motivaria o uso por Aristóteles do vocábulo ἄτομον (diversamente dos atomistas, para designar as grandezas indivisíveis, e dos platônicos, para designar as espécies últimas). Mas qual é o processo de divisão em relação ao qual os indivíduos são indivisíveis? Apoiando-se no passo 3b₁₆₋₁₈, no qual é afirmado que homem e animal não são indivíduos, porque são ditos de muitos sujeitos, Frede (p. 52) sugere que “um indivíduo não tem parte alguma efetiva e é indivisível, porque não tem sujeitos.” O sentido de *parte* em questão — que podemos chamar de “subjetivo” — é o de que x é parte de y se e somente se x é um sujeito de y . Há dois modos

pelos quais x pode ser sujeito de y : ou y é dito de x como seu sujeito, ou y está em x como seu sujeito. Frede (p. 53) analisa esses modos conforme os esquemas:

(α) y é *dito de* x como seu sujeito se e somente se

(i) y é verdadeiramente predicado de x ;

(ii) o nome de y aparece como substantivo-predicado na frase em que y é predicado de x ;

(iii) se, nessa frase, a definição de y for substituível pelo nome sem que se altere a verdade do enunciado.

(β) y está *em* x como seu sujeito se e somente se

(i) y é verdadeiramente predicado de x ;

(ii) y não é dito de x como seu sujeito.

Assim, o modo pelo qual x é sujeito de y , de modo a x ser uma parte subjetiva de y , é: x é uma parte subjetiva de y se e somente se (α) y é dito de x como seu sujeito. O que nos permite chegar à seguinte definição de indivíduo:

x é um indivíduo se

(i) é a parte subjetiva de algo e

(ii) ele mesmo não possui partes subjetivas.

Essa definição, junto com o pressuposto de que há outras coisas além das substâncias, acarreta o fato de nem todos os indivíduos serem substâncias. Frede [1978] (p. 55) julga haver dificuldade para entender essa consequência. Concebemos facilmente a idéia de indivíduo, porque nomes universais podem ser usados no plural para fazer referência a indivíduos. Quando falamos, por exemplo, de ‘homem’ designamos uma espécie, que abrange alguns objetos, mas ao falarmos de ‘homens’ referimo-nos a indivíduos e não a uma universalidade específica ou genérica. Entretanto, a aplicação desse procedimento aos substantivos abstratos que significam não-substâncias não ocorre sem problemas. Não falamos normalmente de

‘saúdes’ ou ‘coragens’. E, se eventualmente o fazemos, é para assinalar tipos de qualidade e não tanto indivíduos. Assim, ‘coragens’, por exemplo, refere-se a tipos de comportamentos que demonstram coragem, não propriedades¹²⁷. Como interpretar a existência de indivíduos não-substanciais asserida por Aristóteles?

Frede, assim como Owen, rejeita o dogma segundo o qual apenas propriedades individuais, que não são compartilháveis por mais de uma substância, são reputadas propriedades. A seu ver, o passo 1a₂₄₋₂₅, que contém a definição de inerência, entende fornecer uma definição da classe de entes que estão em uma coisa como seu sujeito. O traço característico desses entes, conforme Frede [1978] (p. 59), é que, para cada um deles, pode-se especificar *pelo menos* um sujeito do qual é verdadeiro dizer que seria impossível existir sem tal sujeito. Não há, portanto, um sujeito privilegiado do qual se poderia dizer que sem ele tal ou qual propriedade não poderia existir.

Já se observou que a predicação descrita pela inerência envolve uma relação *ontológica*, isto é, uma relação que se verifica entre entes e não apenas entre os seus predicados. Partindo das considerações precedentes, nossa hipótese é a de que a inerência *não* descreve uma relação predicativa. Diversamente do que pensa Ackrill [1963] (p. 74), não pensamos que o ‘em’ do *definiendum* é usado em sentido técnico diverso daquele presente no *definiens*. Como sugere Frede [1978], Aristóteles define o que é ser uma não-substância, o tipo de coisa que está em um sujeito. Ou seja, trata-se de uma expressão que possui uma só lacuna (*x* está em um sujeito), e não duas. Mesmo para os relativos deve-se supor que haja inerência. Essa suposição parece conferir uma adesão do relativo ao seu sujeito maior do que de fato ocorre, porquanto todo relativo o é precisamente *em relação a algo diverso*. À primeira vista, diríamos que um relativo como ‘maior’ (6a₃₈: τὸ μείζον) não inere a um sujeito, porque significaria dizer que o sujeito é maior em si. Mas o relativo deve sim inerir a

¹²⁷ Para Frede [1978] (p. 56), esses problemas se devem ao fato de Aristóteles ser o primeiro a fazer na história da filosofia a distinção entre objetos e propriedades, a par da distinção platônica entre universal e particular. Em Platão, a primeira distinção teria sido obscurecida pela segunda.

um sujeito, já que, por princípio, se trata de uma não-substância. Uma passagem deixa entrever o modo dessa inerência:

Assim, nenhuma das coisas mencionadas é um próprio da qualidade; mas as coisas são ditas semelhantes e dessemelhantes apenas segundo as qualidades. Com efeito, uma coisa não é semelhante a outra por nenhuma outra coisa que aquilo segundo o que ela é um qual.

τῶν μὲν οὖν εἰρημένων οὐδὲν ἴδιον ποιότητος, ὅμοια δὲ καὶ ἀνόμοια κατὰ μόνας τὰς ποιότητας λέγεται· ὅμοιν γὰρ ἕτερον ἑτέρῳ οὐκ ἔστι κατ' ἄλλο οὐδὲν ἢ κατ' ὃ ποιόν ἔστιν.¹²⁸

Ora, sendo o semelhante um relativo¹²⁹, parece plausível deduzir disso que o relativo inere a um sujeito, graças a uma segunda propriedade (digamos, uma qualidade) inerir anteriormente ao sujeito em questão. Falamos que uma coisa é semelhante (ou dessemelhante) a outra em função das respectivas qualidades relevantes que inerem a cada uma delas. Pensemos no ‘maior’. Podemos dizer que Túlio é maior que Tereza, porque inere, no momento *t* dessa comparação, uma dada altura ao primeiro sujeito e outra ao segundo. Não é à toa que Aristóteles reconhece uma deficiência de ser, por assim dizer, nos relativos¹³⁰.

III. Predicação

Quanto à assim chamada predicação essencial, cabe expor algumas dificuldades. Discute-se sobre o que constituiria uma anomalia no modo pelo qual a expressão “não ser dito de um sujeito” (μη κατ' ὑποκειμένου λέγεσθαι) aparece nas *Categorias*. Qual é a anomalia?

¹²⁸ *Cat.* 8, 11a₁₅₋₁₈.

¹²⁹ Cf. *Cat.* 7, 6b₉₋₁₀: τὸ ὅμοιον τινὶ ὅμοιον λέγεται.

¹³⁰ Cf. *Metaph.* N 1, 1088a_{29-b1}.

Segundo L.M. De Rijk¹³¹, Filopono incorrera no erro de diferenciar rigorosamente lógico e ontológico. Para De Rijk, a distinção entre lógico e ontológico, enquanto oposição consciente e rigorosa, não se aplica ao pensamento aristotélico. Desta sorte, não vê razões para discernir com precisão e rigor sentido lógico e sentido ontológico das categorias; pelo contrário, trata-se de dois aspectos da mesma coisa. O comentador considera o aspecto ontológico essencial e o lógico apenas o seu reflexo¹³². Filopono¹³³ teria dito que Aristóteles emprega καθ’ ὑποκειμένου λέγεσθαι erroneamente (καταχρηστικῶς) em vez de ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι em um trecho dos *Segundos Analíticos*, segundo o qual:

É preciso que todas as coisas que não designem substância sejam predicadas de um certo sujeito.

Ἔσα δὲ μὴ οὐσία σημαίνει, δεῖ κατὰ τινος ὑποκειμένου κατηγορεῖσθαι.¹³⁴

O que sucederia igualmente no quarto capítulo dessa obra, mais precisamente, em 73b₈₋₉. Posteriormente, Fritz [1958] (p. 72) apontou que os melhores manuscritos do texto de Filopono trazem συνήθως, “habitualmente”, e não καταχρηστικῶς, como a edição de que se valera De Rijk. Seja como for, já haveria em Filopono uma preocupação em ressaltar a maneira com que Aristóteles recorrera à expressão: era preciso dizer que se tratava de um uso habitual. Sobretudo, porque Aristóteles serve-se de outra expressão, cuja outra ocorrência está nos *Tópicos*¹³⁵, para demarcar os entes não-substâncias, conforme mostramos acima. E a anomalia terminológica surge nesse contexto, como veremos.

Suzanne Mansion [1946] (p. 366) havia notado a discrepância no uso que é feito nas *Categorias* de “não ser dito de um sujeito”, uma vez que, ao longo do *Corpus*, Aristóteles

¹³¹ Para a posição desse autor, apoiamo-nos na exposição de Fritz [1954].

¹³² Cf. Fritz [1958], p. 73.

¹³³ Cf. *In Analytica post.*, p. 241, 21-22.

¹³⁴ *APo* I 22, 83a₃₀₋₃₁.

¹³⁵ Cf. nota 104 acima.

costuma servir-se disso justamente como critério de substancialidade¹³⁶. Nas *Categorias*, a nota “não ser dito de um sujeito” torna-se critério de individualidade. Para diferenciar no interior da multiplicidade de entes as substâncias e as não-substâncias, Aristóteles cunhou a nota “(não) estar em um sujeito”. Mansion (p. 368) aborda o uso dessa nota como se ela decorresse de uma correção de um discípulo de Aristóteles. Mas o que nos parece ter escapado à análise da intérprete é que se trata de uma utilização abonada por outro texto certamente aristotélico: o *Da interpretação*. O sétimo capítulo dessa obra, logo nas suas primeiras linhas, traz a seguinte distinção:

Dado que há coisas que são universais e outras que são singulares (por ‘universal’ quero dizer aquilo é naturalmente predicado a respeito de várias coisas, mas por ‘singular’, o que não o é; por exemplo, ‘homem’ é um universal, ao passo que ‘Cálias’ é um singular), é necessário mostrar que uma coisa pertence ou não ora a algo universal, ora a algo singular.

Ἐπεὶ δὲ ἔστι τὰ μὲν καθόλου τῶν πραγμάτων τὰ δὲ καθ’ ἕκαστον, - λέγω δὲ καθόλου μὲν ὃ ἐπὶ πλείονων πέφυκε κατηγορεῖσθαι, καθ’ ἕκαστον δὲ ὃ μὴ ὄν ἄνθρωπος μὲν τῶν καθόλου Καλλίας δὲ τῶν καθ’ ἕκαστον, - ἀνάγκη δ’ ἀποφαίνεσθαι ὡς ὑπάρχει τι ἢ μὴ, ὅτε μὲν τῶν καθόλου τινί, ὅτε δὲ τῶν καθ’ ἕκαστον.¹³⁷

Apesar de a utilização do verbo πέφυκε tornar o conceito de ‘universal’ mais estrito, interessa-nos o paralelismo entre os termos dessa passagem e os critérios de universalidade e singularidade que aparecem nas *Categorias*. Aristóteles empregou uma expressão de sentido equivalente ao da expressão μὴ καθ’ ὑποκειμένου λέγεσθαι de que lança mão nas *Categorias* para denotar a individualidade de um ente. Com efeito, o sentido das palavras “ser dito de um sujeito” nas *Categorias* expressa a mesma idéia daquilo que é definido nessa passagem como sendo universal. Prova disso é o trecho nesse opúsculo em que Aristóteles explica por que razão a espécie ‘homem’ e o gênero ‘animal’ não são indivíduos:

¹³⁶ Mansion [1956] (p. 355, n. 13-14) aponta várias passagens relevantes na *Metafísica* (Z 3, 1028b₃₆₋₃₇, 1029a₈₋₉; 13, 1038b₁₅; 16, 1040b₂₃₋₂₄; K 10, 1066b₁₄; etc), na *Física* (I 2, 185a₃₁₋₃₂; 7, 190a₃₆₋₃₇; III 5, 204a₂₃₋₂₄) e as duas passagens já mencionadas acima dos *Segundos Analíticos*.

¹³⁷ *DI* 7, 17a₃₈-b₃.

Pois o sujeito não é um, tal como a substância primeira, mas o homem e o animal são ditos de muitos <sujeitos>.

οὐ γὰρ ἓν ἔστι τὸ ὑποκείμενον ὡςπερ ἡ πρώτη οὐσία, ἀλλὰ κατὰ πολλῶν ὁ ἄνθρωπος λέγεται καὶ τὸ ζῷον.¹³⁸

Assim sendo, não pensamos ser anômala a utilização da expressão μὴ καθ’ ὑποκειμένου λέγεσθαι como critério de individualidade; pelo contrário, trata-se, ao que tudo indica, de um uso perfeitamente aristotélico. E, procedendo desse modo, Aristóteles viu a necessidade de um outro critério para determinar a substancialidade dos entes, reservando a nota “não estar em um sujeito” para esse fim. Pois que é comum a toda substância o não estar em um sujeito, embora não seja um próprio em virtude de uma exceção, as diferenças (διαφοραί)¹³⁹.

Como conseqüência dessa análise, não devemos confundir o critério de universalidade (“ser dito de”) evocado no segundo capítulo das *Categorias* com a própria predicação. Tampouco devemos misturar esse critério com o que chamaríamos de “predicação essencial”, que, a bem dizer, não é predicação. Em outras palavras, pretendemos a seguir evidenciar a distinção que consideramos haver entre “afirmar algo de algo”, a vinculação de um atributo a um sujeito, e o enunciado (não-assertivo) que faz ver o que uma coisa é.

Vimos ao final do capítulo precedente que a predicação parece poder ser classificada como uma relação. Prosseguiremos então com uma análise do sétimo capítulo das *Categorias*, já que todas as características que couberem aos relativos terão igualmente de pertencer aos termos da predicação.

IV. Uma análise dos relativos

¹³⁸ *Cat.* 5, 3b₁₆₋₁₈.

¹³⁹ Cf. *Cat.* 5, 3a₇₋₃₂.

Como é sabido, o sétimo capítulo das *Categorias* versa sobre os relativos, que Aristóteles designa não por um substantivo, mas pela locução *πρός τι* (literalmente, “em relação a algo”). O capítulo é aberto com a seguinte definição¹⁴⁰:

Todas as coisas que são ditas elas mesmas ser precisamente o que são de coisas diversas ou, de algum outro modo, em relação a uma coisa diversa, as coisas desse tipo são chamadas *relativos*.

Πρός τι δὲ τὰ τοιαῦτα λέγεται, ὅσα αὐτὰ ἄπερ ἔστιν ἑτέρων εἶναι λέγεται ἢ ὁπωσοῦν ἄλλως πρὸς ἕτερον.¹⁴¹

Fazem parte dos relativos para Aristóteles: dobro, metade, sensação, ciência, disposição, posição, estado habitual, senhor, escravo etc. Todas essas coisas são elas mesmas o que são *de* alguma coisa. O dobro, por exemplo, é dito dobro *de* algo, pois o dobro é dobro da metade; assim como a sensação o é do sensível. Esses relativos são ligados aos seus respectivos correlativos no idioma grego por meio do caso genitivo. Mas há ainda coisas cuja relação é expressa por outros casos, como o dativo — por exemplo, o semelhante é dito semelhante *a* alguma coisa (6b₉: τινί); bem como o acusativo precedido por *πρός*: a montanha é dita grande em relação a uma coisa diversa (6b₈: πρὸς ἕτερον). Destarte, os correlativos são lingüisticamente marcados por um caso ou uma preposição. O critério para detectar a presença de relação, de acordo com essa definição, seria gramatical. Mas isso é insuficiente, porque termos de outras categorias podem ser agrupados por um caso ou mesmo por *πρός*¹⁴².

Pode-se pensar que a frase “ser precisamente o que são” especifica o tipo de termo visado, a saber, termos que são intrinsecamente lacunares, cujo próprio sentido demanda uma referência a outra coisa a ser explicitada. Assim, palavras como ‘maior’ e ‘dobro’ correspondem a predicados relacionais, respectivamente, ‘é maior do que’ e ‘é o dobro de’.

¹⁴⁰ Pois de definição se trata. Cf. *Cat.7*, 8a_{29, 33}: ὀρισμός.

¹⁴¹ *Ibidem*, 6a₃₆₋₃₇.

¹⁴² Cf. Morales [1994], p. 258.

“Fulano é maior” exige uma complementação para ter sentido: maior do que o quê?¹⁴³ Entretanto, termos como ‘escravo’ seriam contra-exemplos a essa idéia por serem dotados de sentido completo (“Fulano é escravo.”)¹⁴⁴. Alternativamente, pode-se sugerir que o apanágio dos relativos é o fato de estarem em relação com alguma coisa. Essa opção, todavia, justamente compromete a especificidade dos relativos transformando os entes não-substanciais em relativos, que *são ditos da* substância. Veremos mais adiante como esse problema pode ser resolvido pela segunda definição que Aristóteles dá aos relativos.

Pareceria que a segunda “parte” dessa definição — “ou, *de algum outro modo*, em relação a uma coisa diversa” — diria respeito a outros casos diferentes do genitivo¹⁴⁵. Contudo, pensamos que essa parte visa estabelecer um modo geral de se referir aos relativos, ou seja, *πρός* seria não apenas mencionado nomeando uma categoria, mas também usado para designar essa categoria, *incluindo aqueles relativos expressos mediante o caso genitivo*. Prova disso nos fornece o passo 7a₃₄₋₃₉ desse capítulo. A despeito de o escravo ser dito escravo *de* um senhor (6b₂₉: ὁ δούλος δεσπότης), isso não impede Aristóteles de afirmar de maneira mais geral que o escravo é dito *em relação a* um senhor (7a₃₄₋₃₅: ὁ δούλος ἐὰν πρὸς δεσπότην λέγεται). Isso traz como conseqüência outro argumento a favor da possibilidade de o sintagma constituído por essa preposição e pelo pronome recíproco conformar uma qualificação da conexão.

Aristóteles passa a pôr em discussão as propriedades dos relativos. Primeiramente, constata a existência de contrariedade no interior dos relativos, embora isso não se aplique a todos os casos; por exemplo, a virtude é o contrário do vício, mas não há contrário ao dobro¹⁴⁶. Observa também que somente alguns relativos admitem o mais e menos, já que

¹⁴³ Supondo que não se trate de uma simples elipse, isto é, que o contexto deixe claro que Fulano é maior que Beltrano, por exemplo.

¹⁴⁴ Cf. Ackrill [1963], p. 99.

¹⁴⁵ Como sugere Morales [1994] (p. 257, n. 5), seguindo Cornford [1935] (p. 283).

¹⁴⁶ Cf. *Cat.* 7, 6b₁₅₋₁₉.

podemos dizer que algo é mais ou menos semelhante a outra coisa, o que, novamente, não sucede no caso do dobro¹⁴⁷.

Depois disso, chega a estabelecer um traço comum aos relativos, a saber, todos os relativos são ditos em relação a recíprocos (πρὸς ἀντιστρέφοντα), de tal sorte que o escravo é dito escravo de um senhor e o senhor, senhor de um escravo¹⁴⁸. Genericamente, dizer que *A* e *B* são recíprocos equivale a dizer que ‘*x* é *A* de (para, do que, etc) *y*’ implica ‘*y* é *B* de *x*’ e ‘*y* é *B* de *x*’ implica ‘*x* é *A* de *y*’¹⁴⁹. A fim de que esse traço se verifique, algumas exigências devem ser satisfeitas. O correlativo tem que ser fornecido de modo apropriado, caso contrário parecerá não haver reciprocidade: se asa é dado como de um pássaro, não há reciprocidade em pássaro de asa, visto que existem coisas que possuem asa e não são pássaros. Ora, é como alado que o pássaro tem asa: asa de um alado, alado *com* asa (Aristóteles chama atenção para uma eventual modificação na expressão que alguns casos podem requerer). Ocasionalmente pode ser necessário criar nomes para garantir essa reciprocidade, se não existir um nome apropriado para o correlativo enquanto tal. Para o estabelecimento de novos nomes, é sugerido que se os cunhe a partir daqueles já existentes, como a partir de ‘leme’, ‘lemado’. Mesmo quando já dispomos dos nomes dos relativos, há o risco de se fornecer algo concomitante, comprometendo a reciprocidade. Aqui está em questão o que é concomitante por oposição à relação pertinente; por exemplo, se escravo é dito, não de senhor, mas de um homem, ou de um gramático.

Aristóteles afirma ainda que a maior parte dos relativos são simultâneos por natureza¹⁵⁰, conforme explica no décimo terceiro capítulo:

Simultâneas por natureza são todas as coisas que são recíprocas segundo a consequência do ser, mas de modo algum uma é responsável pelo ser da outra; por

¹⁴⁷ Cf. *ibid.*, 6b₂₀₋₂₇.

¹⁴⁸ Cf. *ibid.*, 6b_{28-7b₁₄}.

¹⁴⁹ Cf. Ackrill [1963], p. 100.

¹⁵⁰ Cf. *Cat. 7*, 7b_{15-8a₁₂}.

exemplo, o caso do dobro e da metade: pois essas coisas são recíprocas — uma vez que, havendo dobro, há metade, e havendo metade, há dobro —, mas nenhuma é responsável pelo ser da outra.

φύσει δὲ ἅμα ὅσα ἀντιστρέφει μὲν κατὰ τὴν τοῦ εἶναι ἀκολούθησιν, μηδαμῶς δὲ αἴτιον θάτερον θατέρῳ τοῦ εἶναι ἔστιν, οἷον ἐπὶ τοῦ διπλασίου καὶ τοῦ ἡμίσεος ἀντιστρέφει μὲν γὰρ ταῦτα, - διπλασίου γὰρ ὄντος ἔστιν ἡμισυ, καὶ ἡμίσεος ὄντος διπλάσιόν ἔστιν, - οὐδέτερον δὲ οὐδέτέρῳ αἴτιον τοῦ εἶναι ἔστιν.¹⁵¹

Estabelecidas essas características dos relativos, Aristóteles ocupa-se da apreciação de um caso litigioso¹⁵²: haveria substâncias segundas que são relativos? Na maior parte dos casos, a resposta é negativa. Homem, por exemplo, não é dito homem de alguma coisa. O problema surge do fato de partes das substâncias serem consideradas como substâncias e de serem ditas de alguma coisa. A cabeça é dita cabeça de alguma coisa, bem como a mão é dita mão de alguma coisa¹⁵³. Pela definição apresentada no início da exposição sobre os relativos, esses exemplos constituiriam casos de relativos. A estratégia de que se vale Aristóteles para solucionar o problema é mobilizar uma segunda definição dos relativos¹⁵⁴:

[...] relativos são as coisas para as quais o ser é o mesmo que estar em relação a alguma coisa de algum modo.

ἔστι τὰ πρὸς τι οἷς τὸ εἶναι ταυτόν ἔστι τῷ πρὸς τί πως ἔχειν.¹⁵⁵

Aristóteles assevera que todos os relativos são efetivamente ditos de alguma coisa, em conformidade com a primeira definição, mas não é nisso que consiste o ser para eles. É interessante observar que temos nessa segunda definição a fórmula da essência de algo: τὸ εἶναι + dativo (o ser para algo) — o que reforça ainda mais seu caráter definicional.

Diversamente do que sustentam aqueles que interpretam as categorias como gêneros

¹⁵¹ *Cat.* 13, 14b₂₇₋₃₃.

¹⁵² Cf. *Cat.* 7, 8a₁₃-b₂₄.

¹⁵³ Cf. *ibid.*, 8a₂₆₋₂₈.

¹⁵⁴ De certo modo, a exigência de uma solução fora posta pelo passo 3a₂₉₋₃₂ do quinto capítulo, conforme o qual as partes das substâncias são consideradas *substâncias*, a despeito de *inerirem* aos seus sujeitos (mas justamente como partes).

¹⁵⁵ *Ibid.*, 8a₃₁₋₃₂.

supremos, para os quais, sendo supremos, esses gêneros permanecem indefiníveis, se toda definição se dá pela menção ao gênero e à diferença específica. Além do mais, se na exposição dessa categoria Aristóteles não encontra um próprio, não se pode perder de vista o fato de que a definição é um próprio¹⁵⁶.

Como corolário dessa definição, Aristóteles declara o seguinte:

Por conseguinte, é manifestamente necessário que, caso alguém saiba de modo determinado que isto é um relativo, saiba também de modo determinado aquilo em relação a que é dito.

Ὡστε φανερόν ὅτι ἀναγκαῖόν ἐστιν, ὃ ἂν εἰδῆ τις τῶν πρὸς τι ὀρισμένως, κακείνο πρὸς ὃ λέγεται ὀρισμένως εἶδέναι.¹⁵⁷

A solução para a dificuldade concernente às substâncias segundas adviria disso. Contrariamente aos relativos, para saber de modo determinado o que é uma cabeça ou uma mão, não é necessário saber em relação a que são ditas. Acerca de “conhecer/saber de modo determinado”, há problemas. Como devemos entender essa frase? Conhecer de modo determinado um dos relativos é identificá-lo precisamente como tal? É ser capaz de defini-lo? Em um primeiro momento, o que nos é dito é: alguém sabe que *A* é relativo somente se souber a que coisa *A* é relativo. Ackrill [1963] (p. 102) alega que este é um critério muito forte, porque não seria satisfeito por termos que são inquestionavelmente relativos como ‘metade’ e ‘escravo’: alguém pode saber que 793 é metade de algum número sem que saiba de modo determinado qual é; e que Fulano é escravo sem saber de modo determinado quem é o seu senhor. A despeito disso, Morales [1994] avança uma interpretação das definições dos relativos, com a qual concordamos e a cuja expensão procederemos agora.

Consoante à primeira definição, são considerados relativos os termos cuja predicção requer, além da presença de um sujeito, a existência de “uma coisa diversa” que deve

¹⁵⁶ Segundo *Top.* I 4, 101b₁₉₋₂₃.

¹⁵⁷ *Cat.* 7, 8b₁₃₋₁₅.

satisfazer certas condições, podendo ser mencionada no caso gramatical apropriado. Um relativo envolve a existência de, pelo menos, duas coisas subjacentes que tomam parte na relação correspondente. A título de ilustração, pensemos em ‘Fulano é *escravo* [de Beltrano, seu senhor].’ Para Morales (p. 261), há uma indefinição (*indefiniteness*) peculiar aos atributos relacionais e é com base nisso que é estipulado o critério para o seu reconhecimento. A indeterminação é o fato de os termos relativos serem de per se lacunares: o que eles são depende forçosamente da referência a outras coisas. O branco (i.e. a cor) enquanto tal, que é uma qualidade, não supõe essa referência. O autor aponta como evidência dessa indefinição o passo 1088a₂₉-b₁ do primeiro capítulo do livro N da *Metafísica*, no qual é sustentado que os relativos são entre todos os entes aqueles menos substanciais, que têm menos ser, porque uma coisa pode ser dita ‘menor’, ‘maior’ ou ‘igual’ sem sofrer mudança, em função daquilo com que é comparada. A coisa a que é relativo não está incluída no atributo relacional, o que torna patente a indefinição que comportam os relativos.

Quanto aos contra-exemplos ‘escravo’ e ‘793 é metade de algum número’ supramencionados, como bem observa Morales (p. 263), assumimos a existência de um relativo por alguma razão (digamos, porque alguém nos contou ou porque temos familiaridade com uma lei matemática geral). Em outros termos: a sua existência não é inferida a partir dos elementos básicos que constituem a relação. Com efeito, se digo que Carla tem o dobro da idade de Mônica, a inteligibilidade do atributo relacional depende do conhecimento da idade de Mônica. O atributo ‘escravo’ comporta em si mesmo indeterminação. De fato, a pergunta “escravo de quê (ou de quem)?” é pertinente: pode-se dizer que a escravidão de um indivíduo se deva à sua sujeição não a outro indivíduo, mas, digamos, a suas paixões – o que atesta o caráter lacunar do termo.

Qual é a extensão do conhecimento necessário da coisa de que o relativo é tal? O autor assegura que o conhecimento exigido varia em cada caso, a depender do *sentido* do termo

relacional envolvido. Assim, essa coisa conta como correlata, em primeiro lugar, se ela existe, e, em segundo lugar, se ela satisfaz certas condições impostas pelo sentido do termo relacional.

No que tange ao problema das substâncias segundas, Morales (p. 264) tece as seguintes considerações. Ele evoca uma passagem da *Política*¹⁵⁸ na qual Aristóteles esclarece que, sendo o todo necessariamente anterior às partes, caso um pé ou uma mão sejam separados do todo, não serão pé ou mão, a não ser por homonímia; pois “todas as coisas”, assevera o estagirita, “são definidas pela função e pela capacidade” (1253a₂₃: πάντα δὲ τῷ ἔργῳ ὄρισται καὶ τῇ δυνάμει). Morales não vê necessidade de referir os termos que designam partes aos todos dessas partes, já que o sentido relevante de ‘mão’ e ‘cabeça’ (qual seja, o sentido que não é por homonímia) compreende uma série determinada de funções que tais partes cumprem no organismo vivo. Por conseguinte, as partes das substâncias não preenchem a condição posta pelo corolário da segunda definição, graças a esse aspecto. As partes, diferentemente dos relativos, não possuem em si mesmas uma indeterminação que tornasse obrigatória a menção a uma coisa diversa para saber o que são. Essas partes têm a peculiaridade de, ao serem separadas dos seus todos, serem partes apenas por homonímia.

Torna-se oportuno neste momento fazer uma pequena digressão, a título de clarificação da noção de homonímia. As duas primeiras linhas das *Categorias* exprimem o seguinte:

As coisas das quais somente um nome é comum, ao passo que a fórmula segundo o nome é diversa, são chamadas *homônimas*.

ὁμώνυμα λέγεται ὅν ὄνομα μόνον κοινόν, ὁ δὲ κατὰ τοῦνομα λόγος τῆς οὐσίας ἕτερος.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Cf. *Pol.* I 2, 1253a₂₀₋₂₅.

¹⁵⁹ *Cat.* 1, 1a₁₋₂.

Assumimos que, para Aristóteles, homônimas, sinônimas e parônimas são as coisas significadas pelos nomes¹⁶⁰. Destarte, a homonímia é uma ligação nominal, que pode implicar outras ligações entre os homônimos, a saber, a de semelhança de ordem qualitativa¹⁶¹. Uma passagem que corrobora essa interpretação é a seguinte:

Se, então, cada um dos animais, e cada uma de suas partes, fosse pela figura e pela cor, Demócrito falaria com razão, pois parece que ele assim supõe. Diz ele, pelo menos, que é evidente a qualquer um que tipo de coisa é o homem quanto à configuração, sendo este conhecimento pela figura e pela cor. Todavia, também o <homem> morto tem a mesma configuração da figura, mas, não obstante, não é um homem. Ademais, é impossível que exista uma mão disposta de uma maneira qualquer, por exemplo, de bronze ou de madeira, senão por homonímia, como o médico desenhado. Com efeito, ela não será capaz de fazer seu trabalho, como não poderá fazer seu trabalho nem um aulo de pedra nem o médico desenhado. De maneira semelhante a eles, tampouco nenhuma das partes do morto seria ainda algo do gênero, quero dizer, por exemplo, um olho, uma mão.

Εἰ μὲν οὖν τῷ σχήματι καὶ τῷ χρώματι ἕκαστόν ἐστι τῶν τε ζῶων καὶ τῶν μορίων, ὁρθῶς ἂν Δημόκριτος λέγοι φαίνεται γὰρ οὕτως ὑπολαβεῖν. Φησὶ γοῦν παντὶ δῆλον εἶναι οἷόν τι τὴν μορφήν ἐστὶν ὁ ἄνθρωπος, ὡς ὄντοκ αὐτοῦ τῷ τε σχήματι καὶ τῷ χρώματι γνωρίμου. Καίτοι καὶ ὁ τεθνεὼς ἔχει τὴν αὐτὴν τοῦ σχήματος μορφήν, ἀλλ' ὅμως οὐκ ἐστὶν ἄνθρωπος. Ἔτι δ' ἀδύνατον εἶναι χεῖρα ὅπως οὖν διακειμένην, οἷον χαλκῆν ἢ ξυλίνην, πλὴν ὁμωνύμως, ὡσπερ τὸν γεγραμμένον ἰατρον. Οὐ γὰρ δυνήσεται ποιεῖν τὸ ἑαυτῆς ἔργον, ὡσπερ οὐδ' αὐλοὶ λίθινοι τὸ ἑαυτῶν ἔργον, οὐδ' ὁ γεγραμμένος ἰατρός. Ὁμοίως δὲ τούτοις οὐδὲ τῶν τοῦ τεθνηκότος μορίων οὐδὲν ἔτι τῶν τοιούτων ἐστί, λέγω δ' οἷον ὀφθαλμός, χεῖρ.¹⁶²

Várias passagens do *Corpus* aristotélico¹⁶³ deixam entrever que os homônimos possuem entre si uma semelhança de figura e cor¹⁶⁴. Ora, figura e cor, segundo Aristóteles, são qualidades¹⁶⁵. Entretanto, se não há ao menos um nome comum entre duas coisas, elas não poderão ser chamadas homônimas. À vista disso, Aristóteles enfatiza antes de tudo o vínculo nominal entre os homônimos. Daí inclusive designá-los por ὁμώνυμα. Quanto às partes, caso se verifique nelas a indefinição assinalada por Morales, então não se trata de uma

¹⁶⁰ Cf. Ackrill [1963], p. 71; Veloso [2004], p. 437.

¹⁶¹ Sobre esse ponto, apoiamo-nos em Veloso [2004] (p. 433 e segs.).

¹⁶² PA I 1, 640b₂₉-641a₅. Tradução de Veloso [2004], p. 438-439.

¹⁶³ Além das passagens das obras *Política* e *Partes dos animais*, Veloso [2004] (p. 439, n. 20) aponta as seguintes passagens: *Metaph.* Z 10, 1035b₂₄₋₂₅; *Meteor.* IV 12, 389b₃₁₋₃₂; *GA* I 19, 726b₂₂₋₂₄; II 1, 412b₂₀₋₂₂; *DI* 11, 21a₂₃.

¹⁶⁴ Cf. *Poet.* 1, 1447a₁₈₋₁₉.

¹⁶⁵ Cf. *Cat.* 8, 9a₂₈₋₃₁; 10a₁₁₋₁₂.

parte (*e.g.* uma mão, um pé etc), mas de um seu simulacro (*e.g.* uma mão esculpida de pedra, ou mesmo de um cadáver), que não exerce a função que caberia àquilo de que o simulacro é tal.

Retomando a segunda definição dos relativos, Morales (p. 266) diz que, em sendo definidas, o ser das partes das substâncias não é o mesmo que “estar em relação a alguma coisa de algum modo”.

V. A predicação como relação: a função das categorias

Agora podemos aplicar tudo que analisamos até aqui à conexão das coisas ditas sem conexão *umas em relação às outras*. Entendida desse modo, essa qualificação especifica inclusive que não se trata de uma conexão qualquer entre as palavras¹⁶⁶. Porquanto se de relação se trata, há que se averiguar em que termos ela se dá. Uma passagem no quinto capítulo do opúsculo nos fornece esses termos:

Ademais, as substâncias primeiras pelo fato de serem sujeito para todas as outras coisas são chamadas mais propriamente substâncias. E precisamente como as substâncias primeiras estão em relação a todas as outras coisas, assim também as espécies e os gêneros das substâncias primeiras estão em relação a todo o resto: pois todo o resto é predicado dessas coisas.

Ἔτι αἱ πρῶται οὐσίαι διὰ τὸ τοῖς ἄλλοις ἅπασιν ὑποκεῖσθαι κυριώτατα οὐσίαι λέγονται· ὡς δέ γε αἱ πρῶται οὐσίαι πρὸς τὰ ἄλλα πάντα ἔχουσιν, οὕτω τὰ εἶδη καὶ τὰ γένη τῶν πρώτων οὐσιῶν πρὸς τὰ λοιπὰ πάντα ἔχει κατὰ τούτων γὰρ πάντα τὰ λοιπὰ κατηγορεῖται.¹⁶⁷

A estrutura gramatical utilizada para exprimir as relações existentes entre as coisas envolvidas nessa passagem é a seguinte: πρὸς + acusativo + ἔχειν. Essa estrutura

¹⁶⁶ Como, de resto, observam os comentadores: Ackrill [1963], p. 73; Angioni [2006], p. 168; Bodéüs [2001], p. 87, n. 8.

¹⁶⁷ *Cat.* 5, 2b₃₇-3a₄.

corresponde, como vimos, ao ser dos relativos¹⁶⁸. Destarte, Aristóteles torna manifesto as expressões pelas quais podemos designar os termos relativos da predicação. O que unifica a relação da substância primeira às demais coisas, de um lado, e a das substâncias segundas ao restante, de outro, é que tudo é predicado delas. Eis, pois, um dos termos da relação, o *predicado*. Termo de per si insuficiente para caracterizar a relação, dado que é necessário haver uma reciprocidade entre os termos¹⁶⁹. Se algo é predicado de algo, o último algo não o é reciprocamente. Sabendo que aquilo de que o predicado é tal é o *sujeito*, como deixa entrever as ocorrências do verbo ὑποκείσθαι¹⁷⁰, este é o outro termo da relação. Dessa forma, obtemos a reciprocidade requerida entre os relativos: o sujeito é sujeito para um predicado e o predicado é predicado de um sujeito¹⁷¹.

Parece-nos que sujeito e predicado sejam simultâneos no sentido explicitado acima¹⁷²: havendo predicado, há sujeito e havendo sujeito, há predicado. Dado que uma predicação é dita ser verdadeira ou falsa, em virtude de as coisas serem ou não¹⁷³; sendo falsa a atribuição de um predicado a um sujeito, a relação entre ambos nesse caso é inviabilizada. Idéia que pensamos ser compatível com o que diz Aristóteles ao final do décimo capítulo das *Categorias*:

Mas, no caso da afirmação e da negação, quer <o sujeito> exista quer não exista, uma <frase> sempre será falsa e a outra, verdadeira. Com efeito, <no caso das frases> “Sócrates está doente” e “Sócrates não está doente”, se ele existe, manifestamente uma delas será verdadeira ou falsa, e se ele não existir, semelhantemente. Pois, se ele não existe, <a frase> “ele está doente” será falsa, mas “ele não está doente” será verdadeira. Por conseguinte, somente no caso dessas coisas, todas as que se opõem ao modo de afirmação e negação, seria um próprio o sempre ser uma das duas verdadeira ou falsa.

¹⁶⁸ Cf. nota 155 acima.

¹⁶⁹ Cf. *Cat.* 5, 2b₂₀₋₂₁, em que Aristóteles argumenta que a espécie é mais substância do que o gênero afirmando que os gêneros são predicados das espécies, mas as espécies não o fazem reciprocamente (ὄκ ἀντιστρέφει).

¹⁷⁰ Cf. *ibid.*, 2b_{15, 19, 38}.

¹⁷¹ A prescindir do modo como chegamos a essa conclusão, Jonathan Barnes mantém a mesma idéia em uma obra recente, a saber, no segundo capítulo de sua obra intitulada *Truth, etc. Six lectures on ancient logic* (Oxford: Oxford University Press, 2007). Tivemos acesso a uma amostra do seu conteúdo no sítio eletrônico <http://www.oup.co.uk/pdf/0-19-928281-1.pdf>.

¹⁷² Cf. nota 151 acima.

¹⁷³ Cf. *ibid.*, 4b₈₋₁₀.

ἐπὶ δέ γε τῆς καταφάσεως καὶ τῆς ἀποφάσεως αἰεὶ, εἴαν τε ἢ εἴαν τε μὴ ἢ, τὸ μὲν ἕτερον ἔσται ψεῦδος τὸ δὲ ἕτερον ἀληθές· τὸ γὰρ νοσεῖν Σωκράτη καὶ τὸ μὴ Σωκράτη, ὄντος τε αὐτοῦ φανερόν ὅτι τὸ ἕτερον αὐτῶν ἀληθές ἢ ψεῦδος, καὶ μὴ ὄντος ὁμοίως· τὸ μὲν γὰρ νοσεῖν μὴ ὄντος ψεῦδος, τὸ δὲ μὴ νοσεῖν ἀληθές· ὥστε ἐπὶ μόνων τούτων ἴδιον ἂν εἴη τὸ αἰεὶ θάτερον αὐτῶν ἀληθές ἢ ψεῦδος εἶναι, ὅσα ὡς κατάφασις καὶ ἀπόφασις ἀντίκειται.¹⁷⁴

Quando não há sujeito, não há predicado. De sorte que se não há Sócrates, não há relação possível de ser estabelecida entre ele e um predicado qualquer. À vista disso, a asserção negativa a propósito de Sócrates no trecho acima é verdadeira. Nesse sentido, é digno de nota o fato de os exemplos de coisas ditas segundo uma conexão nas *Categorias* serem sempre afirmativas¹⁷⁵.

Outro aspecto dos relativos é aquele expresso pelo corolário da segunda definição: a predicação requererá igualmente que as coisas que podem ocupar seus termos sejam conhecidas de modo determinado. O que seria conhecer de modo determinado os termos relativos implicados na predicação? O último trecho que citamos do quinto capítulo contém o critério que permite estabelecer as coisas das quais algo pode ser ‘predicado’: é necessário serem substâncias. Analogamente, as coisas para as quais algo pode ser ‘sujeito’ devem ser não-substâncias. Caso alguém saiba que x é predicado de y , então é necessário conhecer de modo determinado y ; isto é, saber que y é uma substância. Retornemos agora ao quarto capítulo das *Categorias*.

De acordo com Aristóteles, cada uma das coisas ditas sem qualquer conexão indica alguma categoria¹⁷⁶. É importante observar que uma coisa dita (λεγόμενον), conforme os exemplos do opúsculo, não é ‘substância’, ‘qual’, ‘onde’, etc, e sim ‘homem’, ‘cavalo’, ‘branco’, ‘no Liceu’, etc¹⁷⁷. Disso resultam duas observações. Em primeiro lugar, σημαίνει não deve ser entendido (tampouco traduzido) como ‘significa’, sob pena de lermos

¹⁷⁴ *Cat.* 10, 13b₂₇₋₃₃.

¹⁷⁵ Cf., por exemplo, *Cat.* 10, 13b₁₃₋₁₅: “Sócrates está são” e “Sócrates está doente”.

¹⁷⁶ Cf. nota 73 acima.

¹⁷⁷ Cf. *Cat.* 4, 1b_{27-2a4}.

erroneamente nesses exemplos de Aristóteles palavras que têm por *significado* cada uma das categorias que lhes correspondem. Ora, o que significa substância, por exemplo, é a palavra ‘substância’ e não a palavra ‘homem’. Em segundo lugar, o que nos parece estar em jogo é que o proferimento de cada uma das coisas ditas sem conexão *indica* de algum modo, isto é, dá a conhecer¹⁷⁸, um ente que nos é presente. Isso se torna mais claro ao nos voltarmos para a outra única passagem do *Corpus aristotelicum* em que são citadas dez categorias.

O tema das categorias é introduzido no primeiro livro dos *Tópicos* para mostrar que qualquer concomitante, gênero, próprio ou definição pertence a alguma categoria. Como justificativa, Aristóteles assevera que todas as premissas formadas a partir deles, dos assim chamados “predicáveis”, indicam (103b₂₇: σημαίνουσιν) alguma categoria. A essa altura, é feita uma ressalva: embora τί ἐστι, “o que é”, tenha sido empregado nomeando a categoria da substância, trata-se de uma expressão com múltiplo valor. Segundo Aristóteles, quem indica o “o que é” pode indicar, não somente substância, mas ora um qual, ora um quanto, etc. É digno de nota que a situação parece ser aquela descrita em um passo anterior nesse mesmo livro, a saber, *Top.* I 5, 102a₃₂₋₃₆. Dois falantes têm diante de si algo que se apresenta a um deles como indeterminado, razão por que este questiona o que é tal coisa (102a₃₄: τί ἐστὶν τὸ προκείμενον). A isso o outro dará como resposta o seu gênero ou a sua espécie. Lê-se no nono capítulo do primeiro livro dos *Tópicos*:

Depois disso, é preciso, então, determinar os gêneros das categorias nos quais se encontram os quatro <predicáveis> que foram mencionados. E eles são em número de dez: o que é, quanto, qual, relativo, onde, quando, estar posicionado, ter, fazer, ser afetado. [...] Mas é evidente a partir dessas coisas que quem indica o ‘o que é’ indica, às vezes, uma substância, mas, às vezes, um qual, às vezes, alguma das outras categorias. Com efeito, quando de um homem exposto <alguém> enuncia que o exposto é um homem ou um animal, diz o que é e indica uma substância. Ao passo que, quando de uma cor branca exposta <alguém> enuncia que o exposto é branco ou uma cor, diz o que é e indica um qual. E semelhantemente também se de uma grandeza exposta de um côvado <alguém> enuncia que o exposto é de um côvado

¹⁷⁸ Segundo Roquete & Fonseca [1848] (p. 383), ‘indicar’, ‘designar’, ‘signalizar’ e ‘marcar’ “referem-se todos estes vocábulos á idéa commum de fazer conhecer ou dar a conhecer algum objeto; e distinguem-se pelo differente modo de conseguir este fim.”

ou é uma grandeza, dirá o que é e indica um quanto. E semelhantemente também nos outros casos.

Μετὰ τοίνυν ταῦτα δεῖ ὀρίσασθαι τὰ γένη τῶν κατηγοριῶν, ἐν οἷς ὑπαρχουσιν αἱ ῥηθεῖσαι τέτταρες. ἔστι δὲ ταῦτα τὸν ἀριθμὸν δέκα, τί ἔστι, ποσόν, ποιόν, πρὸς τι, ποῦ, ποτέ, κείσθαι, ἔχειν, ποιεῖν, πάσχειν. [...] δῆλον δ' ἐξ αὐτῶν ὅτι ὁ τὸ τί ἔστι σημαίνων ὅτε μὲν οὐσίαν σημαίνει, ὅτε δὲ ποσόν, ὅτε δὲ ποιόν, ὅτε δὲ τῶν ἄλλων τινα κατηγοριῶν. ὅταν μὲν γὰρ ἔκκειμένου ἀνθρώπου φῆ τὸ ἐκκείμενον ἄνθρωπον εἶναι ἢ ζῶον, τί ἔστι λέγει καὶ οὐσίαν σημαίνει· ὅταν δὲ χρώματος λευκοῦ ἔκκειμένου φῆ τὸ ἐκκείμενον λευκὸν εἶναι ἢ χρῶμα, τί ἔστι λέγει καὶ ποιὸν σημαίνει. ὁμοίως δὲ ἐὰν πηχυαίου μεγέθους ἔκκειμένου φῆ τὸ ἐκκείμενον πηχυαῖον εἶναι μέγεθος, τί ἔστι ἐρεῖ καὶ ποσὸν σημαίνει. ὁμοίως δὲ καὶ ἐπὶ τῶν ἄλλων.¹⁷⁹

Presumimos que ὁ τὸ τί ἔστι σημαίνων é um falante que responde à questão “o que é (isto)?”¹⁸⁰ Razão pela qual traduzimos a expressão por “quem indica o ‘o que é’”, e não “o que/aquilo que indica...” Repare-se que o que é enunciado não são as categorias elas mesmas¹⁸¹. Isso afasta a idéia de que as categorias seriam os predicados mais genéricos a que poderíamos ser conduzidos numa série de respostas cada vez mais abrangentes a respeito de um dado indivíduo. As categorias são, por seu turno, indicadas pelo que é proferido sobre o exposto, isto é, seu gênero ou sua espécie.

Contrariamente ao que deixa supor o comentário do neoplatônico Amônio — para quem, ainda que se dissesse dez mil vezes ‘homem’, isso não tornaria esse λεγόμενον passível de ser verdadeiro ou falso¹⁸² —, pensamos que Aristóteles com a expressão “coisas ditas” (sem conexão) não quer dizer que ordinariamente proferimos palavras tais como ‘homem’ ou ‘branco’ sem mais. Aristóteles parece visar um contexto específico para o seu uso, a saber, um falante que está ante algo exposto (ἐκκείμενον) e que, não tendo clareza do que seja esse algo, pergunta “o que é (isto)?” a outrem¹⁸³, cuja resposta será o enunciado de

¹⁷⁹ *Top.* I 9, 103b₂₀₋₃₅.

¹⁸⁰ Cf. Veloso [2000], p. 169-170.

¹⁸¹ Contra Ross [1924], p. lxxxiv: *Thus the names of the categories might properly be called ‘predicates’*.

¹⁸² Cf. *In Cat.*, p. 34, 16-17, passo em que comenta *Cat.* 4, 2a_{8,9}.

¹⁸³ Cf. Veloso [2000], p. 168.

uma das coisas ditas sem conexão. Não nos parecem ser outras as condições sob as quais as coisas ditas sem conexão são ditas, segundo as *Categorias*:

Com efeito, se alguém fosse explicar o que é um certo homem, responderia adequadamente pela espécie ou pelo gênero; e faria mais conhecido [sc. o que é] respondendo “homem” do que “animal”. Ao passo que se alguém fosse explicar com alguma das outras coisas, teria respondido de modo inadequado; por exemplo, respondendo “branco” ou “corre” ou quaisquer coisas desse tipo.

τὸν γὰρ τινὰ ἄνθρωπον ἂν ἀποδιδῶ τις τί ἐστίν, τὸ μὲν εἶδος ἢ τὸ γένος ἀποδιδοῦς οἰκείως ἀποδώσει — καὶ γνωριμώτερον ποιήσει ἄνθρωπον ἢ ζῶον ἀποδιδοῦς. Τῶν δ' ἄλλων ὅ τι ἂν ἀποδιδῶ τις, ἀλλοτρίως ἔσται ἀποδεδικώς, οἷον λευκὸν ἢ τρέχει ἢ ὀτιοῦν τῶν τοιούτων ἀποδιδοῦς.¹⁸⁴

Vemos portanto que esse proferimento revela o que é uma dada coisa que até então aparecia a um falante como sendo *indeterminada*. Depreendemos disso que as coisas ditas sem conexão têm o papel de *determinar* esse algo, segundo um passo das *Categorias*:

Mas, no caso das substâncias segundas, decerto parecem, pela figura da designação, indicar semelhantemente um certo isto, quando alguém diz ‘homem’ ou ‘animal’. No entanto, isso não é verdadeiro, mas indicam antes um certo qual, pois o sujeito não é um como a substância primeira, mas o homem e o animal são ditos de muitos. Não indicam, porém, um certo qual de modo simples, como <o faz> o branco. Pois o branco nada indica de outro que um qual, mas a espécie e o gênero determinam o qual a respeito de uma substância, uma vez que indicam de que tipo é uma substância. E a determinação que é produzida é mais ampla pelo gênero do que pela espécie, pois quem profere ‘animal’ abarca mais coisas do que quem profere ‘homem’.

ἐπὶ δὲ τῶν δευτέρων οὐσιῶν φαίνεται μὲν ὁμοίως τῷ σχήματι τῆς προσηγορίας τόδε τι σημαίνειν, ὅταν εἴπῃ ἄνθρωπον ἢ ζῶον οὐ μὴν ἀληθές γε, ἀλλὰ μᾶλλον ποιόν τι σημαίνει, — οὐ γὰρ ἓν ἐστὶ τὸ ὑποκείμενον ὡσπερ ἡ πρώτη οὐσία, ἀλλὰ κατὰ πολλῶν ὁ ἄνθρωπος λέγεται καὶ τὸ ζῶον — οὐχ ἀπλῶς δὲ ποιόν τι σημαίνει, ὡσπερ τὸ λευκόν οὐδὲν γὰρ ἄλλο σημαίνει τὸ λευκόν ἀλλ' ἢ ποιόν, τὸ δὲ εἶδος καὶ τὸ γένος περὶ οὐσίαν τὸ ποιὸν ἀφορίζει, — ποιὰν γὰρ τινα οὐσίαν σημαίνει. — ἐπὶ πλείον δὲ τῷ γένει ἢ εἴδει τὸν ἀφορισμὸν ποιῆται ὁ γὰρ ζῶον εἰπὼν ἐπὶ πλείον περιλαμβάνει ἢ ὁ τὸν ἄνθρωπον.¹⁸⁵

Aristóteles explicita aqui que, entre as duas coisas que podem ser enunciadas para efetuar essa determinação — gênero ou espécie —, uma o faz de modo mais extenso que a

¹⁸⁴ *Cat.* 5, 2b₃₁₋₃₆.

¹⁸⁵ *Ibid.*, 3b₁₃₋₂₃.

outra. Determinação que é pressuposta para a realização de uma predicação, porquanto para que algo seja predicado de alguma coisa, é forçoso conhecer de modo determinado do que é que se está a predicar esse algo. O que equivale a saber que tal coisa é uma substância, o único ente apto a ser sujeito nessa relação.

Nesse sentido, julgamos plausível a idéia de que as coisas ditas sem qualquer conexão são, por assim dizer, anteriores à predicação. Tendo como fio condutor uma análise dos relativos, chegamos ao que nos parece ser a função desempenhada pelas indicações categoriais: *revelar* (δηλοῦν) o tipo de ente que um (certo) isto é¹⁸⁶. Quando se diz, por exemplo, que Sócrates é homem, não se está afirmando “homem” de Sócrates, mas sim indicando que um certo isto, Sócrates, é uma substância e não simplesmente uma figura, que é uma qualidade. Caso um falante esteja em presença de uma coisa, ele tem percepção dela, ou seja, está em face de uma qualidade ou uma quantidade¹⁸⁷, um isto. Não se percebendo propriamente uma substância¹⁸⁸, ela é, nesse sentido, um certo isto, uma espécie de isto, por não se reduzir às qualidades e quantidades que exhibe. Ora, antes dessa determinação, não se poderia tomar Sócrates como sujeito de uma predicação, passível de ser verdadeira ou falsa. Destarte, no supracitado exemplo, Sócrates poderia ser simplesmente uma qualidade, pois poder-se-ia estar diante de uma estátua, um simulacro de homem¹⁸⁹, embora não seja esse o caso do nosso exemplo. Perante algo, não sabendo exatamente em que consiste, perguntamos: o que é isto?¹⁹⁰ A partir da indicação de que isto é uma substância ou uma qualidade ou algum outro tipo de ente, faz-se uma predicação. Pois que em “Sócrates é saudável”, sendo Sócrates um homem, o fato de ele ser homem já está pressuposto.

¹⁸⁶ Cf. *Cat.* 5, 2b₃₁, 3b₁₂; 8, 10a₂₀.

¹⁸⁷ Veloso [2000], p. 170-171.

¹⁸⁸ Cf. *DA* II 6.

¹⁸⁹ Veloso [2000] (p. 172), baseado em *Poet.* 1, particularmente em 1447a₁₈₋₁₉, alega que “os meios de imitação em si não são artefatos, mas qualidades ou quantidades”.

¹⁹⁰ Cf. *id.*, p. 169-170.

Conclusão

Procederemos agora a uma síntese dos resultados alcançados ao longo dessa investigação.

Nosso ponto de partida foi apresentar algumas das concepções dominantes entre os comentadores sobre a noção de categoria. Segundo Anton [1992] (p. 8), a história dos comentários sobre a doutrina das categorias revela um contínuo: a mesma abordagem orientada pela busca de “elementos simples últimos” (*ultimate simples*):

Para assegurar essa busca, os intérpretes defenderam a fusão da distinção aristotélica entre “gêneros do ser” e “gêneros das categorias ou categorias”. Uma tradição se estabeleceu por meio da qual eles persistentemente procuraram identificar as categorias (a) logicamente com os *κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγόμενα* (“coisas não ditas em combinação”) e (b) ontologicamente com os *γέννη τοῦ ὄντος* (“gêneros do ser”).¹⁹¹

Interessa-nos a identificação dessa tendência, na medida em que procuramos destacar um aspecto que está presente em muitas dessas concepções, qual seja, a de que as categorias são, antes de tudo, gêneros supremos e irreduzíveis uns aos outros. A partir disso, iniciamos

¹⁹¹ Anton [1992], p. 8: *In order to secure the pursuit, interpreters defended the conflation of Aristotle’s distinction between “genera of being” and “genera of category or categories.” A tradition was established whereby interpreters persistently argued to identify the categories (a) logically with the *κατὰ μηδεμίαν συμπλοκὴν λεγόμενα* (“things not said in combination”) and (b) ontologically with the *γέννη τοῦ ὄντος* (“genera of being”).*

nosso percurso coligindo objeções a essa idéia, bem como levantando dificuldades que cercam o texto das *Categorias*, a fim de fixar um horizonte de pesquisa que não tornasse nossa investigação acerca das categorias redundante. As principais objeções nesse sentido formuladas ao longo do nosso estudo são:

- a regra da transitividade, entendida como condição necessária para a relação entre gêneros subordinados uns aos outros, não se aplica a todos os entes classificados sob uma categoria determinada;
- um mesmo item pode figurar em duas categorias distintas, sem que se trate de um “erro categorial”, isto é, porque pertence de fato a ambas — o que depõe contra a irreduzibilidade de um gênero a outro;
- quando Aristóteles discute o que seriam respostas adequadas à pergunta “o que é?” não dá a entender que o nome de uma categoria (digamos, ‘substância’) conte como resposta relevante, mas apenas os gêneros e as espécies próximos do ente em questão;
- Aristóteles estabelece uma definição (ὀρισμός) para os relativos, empregando para esse fim a fórmula “ser para *x*” — fato que contesta uma suposta impossibilidade definitória devido às categorias serem gêneros supremos.

No segundo capítulo deste texto, concluímos que a conexão das “coisas ditas segundo uma conexão” é precisamente a *asserção* (λόγος ἀποφαντικός), figura de linguagem pela qual atribuímos um predicado a um sujeito. Enfatizamos dois dados relevantes para a compreensão da noção em estudo: por um lado, o fato de as coisas ditas sem qualquer conexão serem *ditas* e, por outro, a oposição que Aristóteles estabelece entre as coisas ditas sem conexão quando consideradas *em si mesmas* e quando o são *umas em relação às outras*. Disso originaram-se duas questões. A primeira questão foi saber sob que condições essas coisas são ditas, uma vez que elas o são sem que, no entanto, isso constitua uma asserção. A

segunda dizia respeito ao desenvolvimento da hipótese segundo a qual a predicação é uma relação (πρός τι). Respondemos a primeira ao examinar a segunda.

A hipótese se assenta no modo como caracterizamos a ocorrência do sintagma πρός ἄλληλα no quarto capítulo das *Categorias*. Coube-nos atestar a sua razoabilidade, mostrando, em primeiro lugar, que Aristóteles poderia ter dito o que disse dispensando o sintagma, como de fato o fez em outro contexto¹⁹², no qual emprega similarmente o termo συμπλοκή; e, em segundo lugar, que Aristóteles utilizava intencionalmente a preposição πρός para assinalar a noção de *relação*. Em seguida, aplicamos os traços que configuram os relativos à predicação. Procedimento que nos permitiu estabelecer um vínculo entre os dois dados supracitados que justifica a maneira pela qual as categorias aparecem nas *Categorias*.

No terceiro capítulo, vimos que o corolário da segunda definição dos relativos aplicado à predicação traz uma importante consequência: saber que y é predicado de x tem como condição necessária saber o que é x . Como Aristóteles alega nas *Categorias* que só as substâncias podem ser sujeitos¹⁹³, é necessário saber que x é uma substância. Dessa forma, os enunciados categoriais (i.e. enunciados que não constituem uma asserção) explicitam a que tipo de coisa nos reportamos em certas situações ordinárias; mais precisamente, uma situação em que se busca *conhecer de modo determinado* que ente é aquele que se encontra exposto a um falante. Tal conhecimento é condição necessária para que se realize uma predicação. As ocorrências de κατηγορεῖσθαι no quinto capítulo das *Categorias*, que envolvem sinonímia, exibem o tipo de determinação que as categorias têm por função operar. A partir dos resultados de nossa análise, podemos esquematizar a predicação (heterogênea) como se segue:

Para que y seja predicado de x , é necessário que

- (i) x seja uma substância;

¹⁹² Cf. nota 95 acima.

¹⁹³ Cf. nota 167 acima.

(ii) conheça-se de modo determinado aquilo de que y é predicado, isto é, sabe-se o que é x (= saber que x é uma substância);

(iii) y seja uma não-substância.¹⁹⁴

A segunda condição é satisfeita com o auxílio do proferimento do gênero ou espécie do ente em questão, que revelará se tratar de uma substância, tal como ocorre, por exemplo, no nono capítulo do primeiro livro dos *Tópicos*.

Voltemo-nos agora para a questão de saber o que são as categorias. Tendo em mente a preocupação de Aristóteles nos capítulos dedicados ao exame da substância, da quantidade, dos relativos e da qualidade de estipular o que é *próprio* a cada uma dessas categorias e o “quadrado ontológico” introduzido no segundo capítulo das *Categorias*, pensamos que as categorias elas mesmas são conceitos que designam os diversos modos pelos quais as coisas existem. A busca pelo próprio está associada ao reconhecimento inconfundível do modo de ser de algo, uma vez que é critério suficiente para sua identificação. Além disso, a divisão quaternária realizada no segundo capítulo do opúsculo confere ao que é indicado pelas “coisas ditas sem conexão” — as diversas categorias — uma dimensão ontológica, pois que Aristóteles refere-se a *entes* (1a₂₀: τὰ ὄντα). Donde supomos ser uma resposta à pergunta “que tipo de coisas existem?”

Por fim, resta-nos sugerir algumas questões que ampliam o horizonte de pesquisa no âmbito da filosofia aristotélica.

O ente exposto enquanto tal, cuja indeterminação motiva a pergunta ‘o que é?’, é, em primeiro lugar, percebido. Através da percepção jamais alcançamos *o que é* algo, a não ser por concomitância (κατὰ συμβεβηκός)¹⁹⁵. À vista disso, a *determinação*, expressa por ὀρισμένως, só pode ser de ordem inteligível. O que abre a possibilidade de se aproximar as

¹⁹⁴ Cf. a formulação de Angioni [2006] (p. 27) para essa condição: “o predicado P introduz uma propriedade heterogênea em relação a S , a qual, ainda que seja necessariamente atribuída a S , não constitui sua essência.”

¹⁹⁵ Cf. *DA* II 6.

categorias, ou melhor, os gêneros e as espécies dos entes classificados por elas, dos inteligíveis indivisos de que nos fala Aristóteles em *DA* III 6, 430a₂₆ (ἢ τῶν ἀδιαιρέτων νόησις)¹⁹⁶, que, por não envolverem composição, não são verdadeiros nem falsos. É curioso observar ainda que Aristóteles assemelha a percepção ao “simples enunciar” (*DA* III 7, 431a₈: φάναι μόνον): assim como há perceptíveis próprios acerca dos quais não há engano possível¹⁹⁷, haveria, analogamente, no intelecto inteligíveis “próprios”, cuja apreensão, tendo ocorrido, seria inequívoca. Em *Metafísica* Θ 10, 1051b₂₄₋₂₅, Aristóteles menciona, com efeito, incompostos (ἀσύνθετα), para os quais, o verdadeiro é o tocar e o enunciar (θιγῆν καὶ φάναι). Dado o hiato entre percepção e intelecção na filosofia aristotélica, qual é o sentido preciso da analogia entre o toque e a apreensão dessa espécie de inteligíveis? Faz-se necessário um estudo mais detido do próprio sentido do tato em Aristóteles, porquanto contamos com poucas passagens sobre os incompostos ou indivisíveis. Curiosamente, Aristóteles alega, ainda nesse trecho, que afirmação e enunciação (κατάφασις καὶ φάσις) não são a mesma coisa. As ocorrências da família do verbo φημί, “enunciar”¹⁹⁸, indicam uma via investigativa que parece corroborar tanto a idéia de que as coisas ditas sem conexão são proferidas, sem que esse enunciado seja uma asserção, como suas conseqüências.

Além disso, Aristóteles, no segundo capítulo do livro Gama da *Metafísica*, mais precisamente em 1003a₃₃₋₃₄, afirma que “o ente é dito de muitas maneiras, mas em relação a algo uno e a uma única natureza” (πρὸς ἓν καὶ μίαν τινὰ φύσιν). Em outras palavras, ‘ente’, podendo designar cada uma das categorias, não é um termo unívoco, embora todos os seus usos possam estar conectados por afiliação a um uso central. Aristóteles exemplifica sua tese por meio de “saudável”. Tudo que é dito ‘saudável’ o é *em relação à* saúde (πρὸς ὑγίειαν). Dizemos ser *saudável* um homem, por possuir saúde; uma comida, por produzi-la;

¹⁹⁶ Agradeço ao meu orientador, prof. Fernando Rey Puente, a sugestão dessa idéia.

¹⁹⁷ Cf. *De an.* II 6, 418a₁₁₋₁₆.

¹⁹⁸ Cf., nesse sentido, as ocorrências de φῆμι (‘enuncia’) em *Tópicos* I 9 (ver nota 179 acima).

uma atividade física, por ajudar a preservá-la; etc. Destarte, não se pode saber o que é ser saudável para cada uma dessas coisas, a não ser pela referência à saúde. Essa referência à acepção primária de um termo, G.E.L. Owen, em 1960, denominou-a *focal meaning*, “sentido focal”, de uma expressão. Atente-se para o fato de essa referência ser mediada pela preposição *πρός*. Seria improcedente julgar que *πρός* tem, nesse contexto, o sentido *categorial* de relação? Nada parece contradizer tal possibilidade. Aristóteles reconhece no ‘ente’ uma polissemia cuja acepção primeira é a da substância (1003b₉: *πρός τὴν οὐσίαν*). Conseqüentemente, apesar de a qualidade enquanto tal, por exemplo, não ser um relativo, é impossível para qualquer qualidade não sê-lo *de uma substância*. Ora, era exatamente isso o que foi definido como sendo um relativo¹⁹⁹. Se for isto o que Aristóteles quer dizer, teremos de admitir que as categorias são relativos? Em caso positivo, surpreenderíamos o que talvez constituísse um curioso ponto de convergência com Platão²⁰⁰, uma vez que as interações entre os entes seriam mediadas pelo modo de ser dos relativos – muito embora preservando a distância fundamental da noção estritamente platônica de *participação*, inexistente em Aristóteles. Na *Ética Nicomaquéia*, o estagirita declara que ‘bom’ (*tò agathón*) é dito de tantos modos quanto ‘ente’, arrolando, para cada categoria, um sentido correspondente de ‘bom’ (*EN I 4*, 1096a₂₃₋₂₆). E o passo 1096b₂₆₋₂₈ sugere que há uma unidade nos vários sentidos de ‘bom’ e, entre os candidatos à unidade dessa polissemia, figura o sentido focal (*πρός ἓν*). Essas evidências poderiam nos conduzir a desdobramentos das análises precedentes no domínio da ética? Eis aqui algumas direções de pesquisas que pretendemos desenvolver em outra oportunidade.

¹⁹⁹ Cf. nota 155 acima.

²⁰⁰ Pensamos no que é dito, por exemplo, no passo 255c₁₂₋₁₃ do diálogo *Sofista*. É interessante notar a importância que os relativos possuem no pensamento de Aristóteles. Pois os relativos, a despeito de serem os entes com menor densidade ontológica, por assim dizer, estão entre as categorias mais citadas nas enumerações que figuram por todo o *Corpus*, afora as várias páginas que lhes são dedicadas nas *Categorias*.

Nesta sumarização do nosso itinerário investigativo, salientamos os passos que julgamos mais importantes em conformidade com o seu objetivo: esclarecer o sentido da noção de categoria e sua função nas *Categorias* de Aristóteles; que, afinal, esperamos ter cumprido a contento.

ANEXO

Tradução dos capítulos de 1 a 4 das *Categorias* de Aristóteles *

Capítulo 1

[1a 1] As coisas das quais só um nome é comum, ao passo que a fórmula segundo o nome é diversa, são chamadas *homônimas*; por exemplo, “animal” tanto o homem quanto o desenho. Com efeito, destes só um nome é comum, ao passo que a fórmula segundo o nome é diversa. Pois se alguém [5] fosse explicar o que é para cada um deles o ser para animal, forneceria uma fórmula própria a cada um.

Mas as coisas das quais o nome é comum e a fórmula segundo o nome é a mesma, são chamadas *sinônimas*, por exemplo, “animal” tanto o homem quanto o boi. Com efeito, cada um destes é designado por um nome comum e a fórmula [10] é a mesma. Pois se alguém fosse explicar a fórmula do que é de cada um deles o ser para animal, forneceria a mesma fórmula.

E todas as coisas que têm a designação segundo o nome a partir de algo, diferindo pela terminação, são chamadas *parônimas*, por exemplo, a partir da gramática, o gramático e a partir da [15] coragem, o corajoso.

Capítulo 2

Entre as coisas ditas, umas são ditas segundo uma conexão, mas outras <o são> sem conexão. De fato, umas são ditas segundo uma conexão, por exemplo, “um homem corre”,

* Apresentamos aqui os primeiros resultados de uma tradução que iniciamos por ocasião desta pesquisa e que pretendemos continuar, a fim de traduzir o texto integral desse opúsculo. Utilizamos a edição do texto grego de Lorenzo Minio-Paluello [1949].

“um homem vence”; mas outras o são sem conexão, por exemplo, “homem”, “boi”, “corre”, “vence”.

[20] Entre os entes, uns são ditos de um certo sujeito, mas não estão em nenhum sujeito, por exemplo, “homem” é dito de um sujeito, um certo homem, mas não está em nenhum sujeito. Outros, porém, estão em um sujeito, mas não são ditos de nenhum sujeito (por ‘<estar> em um sujeito’ quero dizer o que pertence a algo, não como parte, [25] e é impossível existir separadamente daquilo em que está), por exemplo, uma certa gramática está em um sujeito, na alma, mas não é dita de nenhum sujeito e um certo branco está em um sujeito, no corpo — pois toda cor está em um corpo —, mas não é dito de nenhum sujeito. Outros ainda [1b 1] são ditos de um sujeito e estão em um sujeito, por exemplo, a ciência está em um sujeito, na alma, mas é dita de um sujeito, da gramática. Outros, contudo, nem estão em um sujeito nem são ditos de um sujeito, por exemplo, um certo homem ou um certo cavalo [5] (pois nenhuma das coisas desse tipo está em um sujeito nem é dita de um sujeito). Geralmente, as coisas individuais e unas por número não são ditas de nenhum sujeito, mas nada impede que algumas estejam em um sujeito: com efeito, uma certa gramática está entre as coisas em um sujeito.

Capítulo 3

[10] Quando uma coisa é predicada de outra como de um sujeito, tudo quanto é dito do que é predicado, também será dito do sujeito; por exemplo, homem é predicado de um certo homem, e o animal <é dito> de homem; portanto, o animal será predicado também de um certo homem. [15] Com efeito, um certo homem é homem e animal.

As diferenças dos gêneros diversos que não são ordenados uns sob os outros são também diversas pela espécie, por exemplo, <as diferenças> de animal e <as> de ciência.

Com efeito, “pedestre”, “voador”, “aquático”, “bípede” são diferenças de animal, ao passo que nenhuma delas o é de ciência; pois uma ciência não [20] difere de outra por ser bípede. Mas, entre os gêneros que <são ordenados> uns sob os outros, decerto nada impede que as diferenças sejam as mesmas. Pois os gêneros que estão acima são predicados dos que estão abaixo deles, de modo que quantas forem as diferenças do que foi predicado, de tal quantidade também serão do sujeito.

Capítulo 4

[25] Cada uma das coisas ditas sem qualquer conexão indica seja uma substância, ou um quanto, ou um qual, ou um relativo, ou um onde, ou um quando, ou um estar posicionado, ou um ter, ou um fazer, ou um ser afetado. E, falando de maneira geral, *substância* é, por exemplo, “homem”, “cavalo”; mas *quanto*, por exemplo, “dois côvados”, “três côvados”; *qual*, por exemplo, “branco”, “gramático”; *relativo*, por exemplo, [2a 1] “dobro”, “metade”, “maior”; *onde*, por exemplo, “no Liceu”, “na praça”; *quando*, por exemplo, “ontem”, “ano passado”; *estar posicionado*, por exemplo, “está deitado”, “está sentado”; *ter*, por exemplo, “está calçado”, “está armado”; *fazer*, por exemplo, “cortar”, “queimar”; *ser afetado*, por exemplo, “ser cortado”, “ser queimado”.

[5] No entanto, cada uma das coisas mencionadas por si mesma não é dita em nenhuma afirmação, mas é pela conexão delas umas em relação às outras que uma afirmação é produzida. Pois toda afirmação parece ser verdadeira ou falsa, mas nenhuma das coisas ditas sem qualquer conexão não é verdadeira nem falsa, [10] por exemplo, “homem”, “branco”, “corre”, “vence”.

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes primárias

1.1. Edições críticas de textos antigos

1.1.1. Aristóteles

BEKKER, Immanuel. [1831-1870]. (ed.). *Aristotelis opera*. 5 vols. Berlin: Georg Reimer

BODÉÛS, Richard. [2001]. (texte établi et traduit par). *Aristote. [Catégories]*. Paris: Les Belles Lettres

BRUNSCHWIG, Jacques. [1967]. (texte établi et traduit par). *Aristote. Topiques. Livres I-IV*. Tome I. Paris: Les Belles Lettres

MINIO-PALUELLO, Lorenzo. [1949]. (ed.). *Aristotelis Categoriae et Liber de Interpretatione*. Oxford: Clarendon Press

ROSS, William D. [1924]. *Aristotle's Metaphysics. A Revised Text with Introduction and Commentary*. 2nd ed. Oxford: Clarendon Press, 1953

1.1.2. Outros autores

BURNET, J. [1900]. (ed.). *Platonis opera*. Vol. 1. Oxford: Clarendon Press, 1967

BUSSE, A. [1887-1907]. (ed.). *Commentaria in Aristotelem Graeca*. Berlin: Georg Reimer

LONG, H.S. [1964]. (ed.). *Diogenis Laertii Vitae philosophorum*. 2 vols. Oxford: Clarendon Press

1.2. Traduções

1.2.1. Aristóteles

ACKRILL, John L. [1963]. (translated with notes by). *Aristotle's Categories and De Interpretatione*. Oxford: Clarendon Press

ANGIONI, Lucas. [2004]. (tradução, introdução e notas). *Aristóteles. Segundos Analíticos. Livro I*. Campinas: IFCH/UNICAMP

ILDEFONSE, Frédérique & LALLOT, Jean. [2002]. (présentation, traduction et commentaires de). *Aristote. Catégories*. Paris: Éditions du Seuil

MATA, José Veríssimo Teixeira da. [2004]. (tradução do grego, introdução e notas de). *Aristóteles. Categorias*. Goiânia: Ed. UFG, Alternativa

SANTOS, Mário Ferreira dos. [1965]. (tradução, notas e comentários de). *Aristóteles. Das Categorias*. São Paulo: Matese

SANTOS, Ricardo. [1995]. (tradução, introdução e comentário de). *Aristóteles. Categorias*. Porto: Porto Editora

1.2.2. Outros autores

ARMSTRONG, Arthur Hilary. [1988]. (with an English translation by). *Plotinus. Enneads VI 1-5*. Vol. VI. Cambridge: Harvard University Press

COHEN, S. Marc. & MATTHEWS, Gareth B. [1991]. (translated by). *Ammonius. On Aristotle's Categories*. London: Duckworth

- CORNFORD, Francis M. [1935]. (translated with a running commentary by). *Plato's Theory of Knowledge. The Theaetetus and the Sophist of Plato*. London: Routledge & Kegan Paul
- GASKIN, Richard. [2000]. (translated by). *Simplicius. On Aristotle's Categories 9-15*. Ithaca, New York: Cornell University Press
- KURY, Mário da Gama. [1988]. (tradução do grego, introdução e notas de). *Diôgenes Laêrtios. Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Brasília: Editora UnB
- LONG, A.A. & SEDLEY, D.N. [1987]. *The Hellenistic Philosophers. Vol. 1: Translations of the principal sources with philosophical commentary. Vol. 2: Greek and Latin texts with notes and bibliography*. Cambridge: Cambridge University Press
- SANTOS, Bento S. [2002]. (introdução, tradução e comentário de). *Porfírio. Isagoge: Introdução às Categorias de Aristóteles*. São Paulo: Attar
- STRANGE, S.K. [1992]. (translated by). *Porphyry. On Aristotle's Categories*. London: Duckworth

2. Literatura secundária

- ACKRILL, John L. [1955]. “ΣΥΜΠΛΟΚΗ ΕΙΔΩΝ”, em *Essays on Plato and Aristotle*. Oxford: Oxford University Press, 1997. p. 72-79
- ANGELELLI, Ignacio. [1985]. “En torno al ‘cuadrado ontológico’”, *Anuario filosófico* 18, p. 23-32
- ANGIONI, Lucas. [2006]. *Introdução à teoria da predicção em Aristóteles*. Campinas: Ed. UNICAMP
- ANSCOMBE, G.E.M. & GEACH, P.T. [1961]. *Three Philosophers: Aristotle, Aquinas, Frege*. Ithaca/New York: Cornell University Press

- ANTON, John P. [1992]. “On the meaning of *kategoria* in Aristotle’s *Categories*”, em Preus, A. & Anton, J. (edd.). *Essays in Ancient Greek Philosophy: Aristotle’s Ontology*. Vol. V. Albany: State University of New York Press. p. 3-18
- ANTON, John P. [1969]. “Ancient Interpretations of Aristotle’s Doctrine of *Homonyma*”, *Journal of the History of Philosophy* 7/1, p. 1-18
- AUBENQUE, Pierre. [1980]. (ed.). *Concepts et Catégories dans la pensée antique*. Paris: Vrin
- BARNES, Jonathan. [2005]. “Les Catégories et les *Catégories*”, em *Les Catégories et leur histoire*. Paris: Vrin. p. 11-80.
- BARNES, Jonathan. [2003]. “The Aristotelian *Categories*”, *The Classical Review* 53, p. 59-62
- BARNES, Jonathan. [1982]. *Aristóteles*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2001
- BENVENISTE, Émile. [1966]. “Categorias de pensamento e categorias de língua”, em *Problemas de Lingüística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes, 1991. p. 68-80
- BERTI, Enrico. [1992]. *Aristóteles no século XX*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 1997
- BODÉÜS, Richard. [1996]. “Observations sur la notion de “relative” chez Aristote”, *Cahiers du Centre d’études sur la pensée antique « kairos kai logos »* 4, p. 1-12
- BRAKAS, George. [1988]. *Aristotle’s Concept of the Universal*. Hildesheim: Georg Olms Verlag
- BRÉHIER, Émile. [1928]. *Histoire de la philosophie. Tome I: L’Antiquité et le Moyen Âge*. Paris: Librairie Félix Alcan

- CAUJOLLE-ZASLAWSKY, Françoise. [1980]. “Les relatifs dans les *Catégories*”, em AUBENQUE [1980], p. 167-195
- CHEN, Chung-Hwan. [1957]. “On Aristotle’s two expressions: καθ’ ὑποκειμένου λέγεσθαι and ἐν ὑποκειμένῳ εἶναι. Their meaning in *Cat.* 2, 1a 20-b 9 and the extension of this meaning”, *Phronesis* 2, p. 148-159
- DE RIJK, Lambertus Marie. [1951]. “The Authenticity of Aristotle’s *Categories*”, *Mnemosyne* 4/4, p. 129-159
- DUHOT, J.-J. [1991]. “Y a-t-il des catégories stoïciennes?”, *Revue Internationale de Philosophie* 45, p. 220-244
- DUMOULIN, B. [1980]. “Sur l’authenticité des *Catégories* d’Aristote”, em AUBENQUE [1980], p. 23-32
- FREDE, Michael. [1987]. *Essays in Ancient Philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press
- FREDE, Michael. [1983]. “The Title, Unity and Authenticity of the Aristotelian *Categories*”, em FREDE [1987], p. 11-28
- FREDE, Michael. [1981]. “Categories in Aristotle”, em FREDE [1987], p. 29-48
- FREDE, Michael. [1978]. “Individuals in Aristotle”, em FREDE [1987], p. 49-71
- FRITZ, Kurt von. [1958]. “Once more on καθ’ ὑποκειμένου and ἐν ὑποκειμένῳ”, *Phronesis* 3, p. 72-73
- FRITZ, Kurt von. [1954]. Resenha de L.M. De Rijk, The place of the categories of being in Aristotle’s philosophy, *Philosophical Review* 63, p. 600-605
- GOTTSCHALK, H.B. [1990]. “The earliest Aristotelian commentators”, em Sorabji, R. (ed.). *Aristotle Transformed: The ancient commentators and their influence*. New York: Cornell University Press. p. 55-81

- KAHN, Charles H. [1978]. “Questions and Categories”, em Hiz, H. (ed.). *Questions*. Synthese Language Library. Texts and Studies in Linguistics and Philosophy. Vol. I. Dordrecht/Boston. p. 227-278
- MANSION, Suzanne. [1946]. “La première doctrine de la substance: la substance selon Aristote”, *Revue Philosophique de Louvain* 44, p. 349-369
- MENN, Stephen. [1995]. “Metaphysics, Dialectic and the *Categories*”, *Révue de Métaphysique et de Morale* 100, p. 311-337
- MORALES, Fabio. [1994]. “Relational attributes in Aristotle”, *Phronesis* 39, p. 255-274
- MORAUX, Paul. [1951]. *Les listes anciennes des ouvrages d’Aristote*. Louvain: Éditions Universitaires de Louvain
- MORRISON, Donald. [1992]. “The taxonomical interpretation of Aristotle’s *Categories*: A criticism”, em Preus, A. & Anton, J. (edd.). *Essays in Ancient Greek Philosophy: Aristotle’s Ontology*. Vol. V. Albany: State University of New York Press. p. 19-46
- NEVES, Maria Helena de Moura. [1987]. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005
- O’BRIEN, Denis. [1980]. “Bibliographie annotée des études principales sur les *Catégories* d’Aristote: 1794-1975”, em AUBENQUE [1980], p. 1-22.
- OWEN, G.E.L. [1965]. “Inherence”, *Phronesis* 10, p. 97-105. Republicado em *Logic, Science and Dialectic*. London: Duckworth, 1986. p. 252-258
- PUENTE, Fernando Rey. [2001]. *Os sentidos do tempo em Aristóteles*. São Paulo: Edições Loyola
- ROHR, M.D. [1978]. “Aristotle on the Transitivity of being said of”, *Journal of the History of Philosophy* 16, p. 379-385
- SMITH, J.A. [1921]. “ΤΟΔΕ ΤΙ in Aristotle”, *The Classical Review* 35, p. 19

STOUGH, Ch. [1972]. “Language and Ontology in Aristotle’s *Categories*”, *Journal of the History of Philosophy* 10, p. 261-272

VELOSO, Cláudio W. [2004]. *Aristóteles mimético*. São Paulo: Discurso Editorial

VELOSO, Cláudio W. [2000]. “A propósito da tradução de τóδε τι em Aristóteles”, *Kritérion* 102, p. 165-177

WHEELER, Mark. [2001]. “κατηγορία in the *Topics* and the *Categories*”, *Journal of Neoplatonic Studies* 8, p. 37-60

ZINGANO, Marco. [2005]. (coord.). *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus Editora

3. Filósofos modernos

KANT, Immanuel. [1781]. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997

QUINE, Willard Van Orman. [1969]. “Epistemologia Naturalizada”, em *Austin, Ryle, Quine, Strawson*. Trad. Andréa Maria Altino de Campos Loparic. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 157-169.

SALATIEL, José Renato. [2006]. “Peirce e Kant sobre categorias: Parte I - Dedução metafísica e reviravolta semiótica”, *Cognitio-Estudos* 3/1, p. 79-88. Disponível em <http://www.pucsp.br/pos/filosofia/Pragmatismo/cognitio_estudos/cognitio_estudos.htm>. Acesso em 2 de novembro de 2007

4. Léxicos e outros instrumentos

- BONITZ, Hermann. [1870]. *Index Aristotelicus*. Graz: Akademische Druck/Verlagsanstalt, 1955
- BRANDÃO, Jacyntho Lins; SARAIVA, Maria Olívia de Quadros & LAGE, Celina Figueiredo. [2005]. *Helleniká: introdução ao grego antigo*. Belo Horizonte: Editora UFMG
- CHANTRAINE, Pierre. [1968-1980]. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots*. 4 tomes. Terminé par O. Masson, J.-L. Perpillou, J. Taillardat, avec le concours de Françoise Bader, J. Irigoin, D. Lecco, Pierre Monteil, sous la direction de Michel Lejeune. Paris: Klincksieck
- CRESPO, Emilio; CONTI, Luz & MAQUIEIRA, Helena. [2003]. *Sintaxis del griego clásico*. Madrid: Gredos
- FOLSCHEID, Dominique & WUNENBURGER, Jean-Jacques. [1992] *Metodologia filosófica*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2002
- LIDDELL, Henry G. & SCOTT, Robert. [1843]. *Greek-English Lexicon*. Revised by Henry Stuart Jones. 9th ed. Oxford: Oxford University Press, 1996
- MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste C. & NEVES, Maria Helena de Moura. [2007]. (org.). *Dicionário Grego-Português (DGP): vol. 2*. São Paulo: Ateliê Editorial
- MALHADAS, Daisi; DEZOTTI, Maria Celeste C. & NEVES, Maria Helena de Moura. [2006]. (org.). *Dicionário Grego-Português (DGP): vol. 1*. São Paulo: Ateliê Editorial
- ROQUETE, José Inácio & FONSECA, José da. [1848]. *Diccionario dos synonymos poetico e de epithetos da lingua portugueza*. Lisboa: Aillaud/Bertrand